

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO -  
MESTRADO/PPGEFB  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO**

**TROPEIRISMO E EDUCAÇÃO NO CAMINHO DE PALMAS A  
PALMEIRA/PR: LIMITES E POSSIBILIDADES DE ESCOLARIZAÇÃO  
(1854-1916)**

**Bruna Aldine Muller**

Francisco Beltrão - PR  
2021

**BRUNA ALDINE MULLER**

**TROPEIRISMO E EDUCAÇÃO NO CAMINHO DE PALMAS A  
PALMEIRA/PR: LIMITES E POSSIBILIDADES DE ESCOLARIZAÇÃO  
(1854-1916)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado - Área de concentração: Educação, Linha de Pesquisa: Sociedade, Conhecimento e Educação, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Educação.  
Orientador: Prof. Dr. André Paulo Castanha.

Francisco Beltrão - PR  
2021

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Muller, Bruna Aldine

Tropeirismo e educação no Caminho de Palmas a Palmeira/PR : limites e possibilidades de escolarização (1854-1916) / Bruna Aldine Muller; orientador(a), André Paulo Castanha, 2021.

161 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Francisco Beltrão, Centro de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2021.

1. História da educação. 2. Paraná séculos XIX e XX. 3. Educação primária. 4. Região Sul do Paraná. I. Castanha, André Paulo. II. Título.

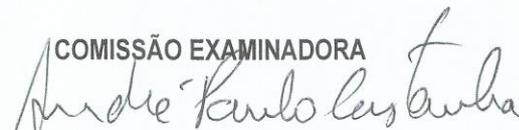
## FOLHA DE APROVAÇÃO

**BRUNA ALDINE MÜLLER**

**TÍTULO DO TRABALHO:** TROPEIRISMO E EDUCAÇÃO NO CAMINHO DE PALMAS A PALMEIRA/PR: LIMITES E POSSIBILIDADES DE ESCOLARIZAÇÃO (1854-1916)

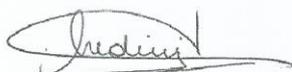
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Mestrado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, UNIOESTE, Campus de Francisco Beltrão, Área de Concentração: Educação, Linha de Pesquisa 02: Sociedade, Conhecimento e Educação, julgada adequada e aprovada, em sua versão final, pela Comissão Examinadora, que concede o Título de Mestra em Educação a autora.

**COMISSÃO EXAMINADORA**



**André Paulo Castanha (Orientador)**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Francisco Beltrão  
(UNIOESTE)



**Cecília Maria Ghedini**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Francisco Beltrão  
(UNIOESTE)



**João Carlos da Silva**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel  
(UNIOESTE)



**Márcia Marlene Stentzler**

Universidade Estadual do Paraná - Campus de Paranavaí  
(UNESPAR)

Francisco Beltrão, 19 de fevereiro de 2021

## RESUMO

MULLER, Bruna Aldine. **Tropeirismo e educação no Caminho de Palmas a Palmeira/PR: limites e possibilidades de escolarização (1854-1916)**. 2021. 161 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação - Mestrado, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2021.

A presente pesquisa está vinculada a linha de pesquisa Sociedade, Conhecimento e Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação, nível de Mestrado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – campus de Francisco Beltrão e tem como temática de investigação a relação entre movimento tropeiro e a escolarização na área de influência da Estrada de Palmas-Palmeira no Estado do Paraná. A Estrada de Palmas-Palmeira foi uma ramificação do Caminho das Missões, que buscava atender as necessidades comerciais decorrentes do grande tropeirismo do século XIX, possibilitando o trânsito de gado proveniente da região missioneira e dos Campos de Palmas, até o Caminho de Viamão, que passava pela cidade de Palmeira. Tendo em vista as transformações históricas, sociais e culturais que se desenvolveram em torno desse percurso pertencente à Província paulista até 1853, e depois ao Paraná, a presente pesquisa tem como objetivo compreender a relação entre tropeirismo e a institucionalização da educação na área de influência da Estrada Palmas-Palmeira, no período de 1854 até 1916. A delimitação temporal tem início em 1854, por ser o marco inicial do governo na Província do Paraná, quando o governo paranaense passou a organizar a instrução pública e demais setores. Já o recorte de 1916, marcou o acordo de limites entre o Estado do Paraná e Santa Catarina, fato histórico que caracterizou o fim da Guerra do Contestado e a configuração de novas fronteiras entre os dois estados. A investigação está alicerçada em fontes documentais, tendo como foco de análise a legislação educacional do período, os relatórios dos presidentes de províncias, relatórios dos governadores do estado, relatórios dos inspetores de instrução pública e professores, além de fontes bibliográficas e iconográficas. A metodologia adotada é a análise documental, considerando o contexto da produção das fontes e o cruzamento das informações/dados revelados pela documentação. Mediante o exposto, afirmamos que a introdução do tropeirismo na região foi importante à exploração do território e para a dinamização da fixação dos primeiros colonizadores. Esses sujeitos expulsaram e dizimaram os indígenas e organizados em grandes latifúndios, expandiram a criação e a invernagem do gado, com base no trabalho escravo, em uma sociedade religiosa e patriarcal. Nessa estrutura, a escolarização vinculada às políticas provinciais foi materializada com a implementação de escolas isoladas elementares. Frente à inserção de novas atividades econômicas houve o aumento demográfico e a escolarização gradativamente apresentou expansão. Concluimos dessa forma, que foi incipiente a implementação de instituições escolares na Estrada de Palmas, quando a atividade agropastoril integrou os aspectos estruturais dessa sociedade, pois a escolarização pública nesse contexto, não foi um elemento de interesse. Para tal, o número de escolas apresentou relativo aumento quando novas atividades econômicas tiveram ascensão e os ideais republicanos começavam a ser divulgados.

**Palavras-Chave:** História da Educação, Paraná Séculos XIX e XX, Educação Primária, Região Sul do Paraná.

## ABSTRACT

MULLER, Bruna Aldine. **Tropeirismo and education on the route of the Estrada de Palmas-Palmeira: the limits and possibilities of schooling (1854-1916)**. 2021. 161 f. Dissertation (Master's) - Master's Program in Education, State University of Western Paraná, Francisco Beltrão, 2021.

The present research is linked to the line of research Society, Knowledge, and Education, of the Postgraduate Program in Education, Master's level, of the State University of Western Paraná - Francisco Beltrão campus and its research theme is the relationship between Tropeiro Movement and schooling in the area of influence of the Estrada de Palmas-Palmeira in the State of Paraná. The Estrada de Palmas-Palmeira was a branch of the Caminho das Missões, which sought to meet the commercial needs arising from the great Tropeirismo of the 19th century, allowing the transit of cattle from the missionary region and the Campos de Palmas to the Caminho de Viamão, which passed through the city of Palmeira. Given the historical, social, and cultural transformations that developed around this route belonging to the São Paulo Province until 1853, and later to Paraná, the present research aims to understand the relationship between Tropeirismo and the institutionalization of education in the area of influence of the Estrada Palmas-Palmeira, from 1854 to 1916. The temporal delimitation began in 1854, as it was the government's initial landmark in the Province of Paraná when the Paraná government started to organize public education and other sectors. The 1916 clipping marked the boundary agreement between the State of Paraná and Santa Catarina, a historic fact that characterized the end of the Contestado War and the configuration of new frontiers between the two states. The investigation is based on documentary sources, focusing on the analysis of the educational legislation of the period, reports from provincial presidents, reports from state governors, reports from public education inspectors and teachers, as well as bibliographic and iconographic sources. The adopted methodology is the documentary analysis, considering the context of the production of the sources and the crossing of the information/data revealed by the documentation. Given the above, we affirmed that the introduction of Tropeirismo in the region was important for exploring the territory and the dynamization of the establishment of the first colonizers. These tropeiros expelled and decimated the indigenous people and organized them into large estates, expanded the breeding and wintering of cattle, based on slave labor, in a religious and patriarchal society. In this structure, schooling linked to provincial policies was materialized with the implementation of isolated elementary schools. Faced with the insertion of new economic activities, there was a demographic increase and schooling gradually expanded. We concluded in this way, that the implementation of school institutions in Estrada de Palmas was incipient when the agropastoral activity integrated the structural aspects of this society because public schooling in this context was not an element of interest. To this end, the number of schools showed a relative increase when new economic activities rose and republican ideals began to be disseminated.

**Keywords:** History of Education, Paraná XIX and XX centuries, Primary Education, Southern Region of Paraná.

## LISTA DE FIGURAS:

Figura 1 - Aquarela de Debret: peão conduzindo tropa mular na Província do Rio Grande	36
Figura 2 - Vista parcial de Palmas em 1919	46
Figura 3 - Gado vacum em embarque nos trens da Linha São Paulo-Rio Grande do Sul	50
Figura 4 - Vapor Cruzeiro no Rio Iguaçu	59
Figura 5 - Barco Visconde de Guarapuava	59
Figura 6 - Cronologia do desmembramento dos municípios da Estrada de Palmas até 1916	63
Figura 7 – Fazenda antiga em Palmas	67
Figura 8 - Estação ferroviária de União da Vitória, em 1905	74
Figura 9 - União da Vitória em 1912, por Claro Jansson	75
Figura 10 - Gado vacum em travessia do Rio Iguaçu em União da Vitória em 1912	76
Figura 11 - O Rio Iguaçu em São Mateus no ano 1909, por Luís Bianchi	78
Figura 12 - Colônia Rio Claro, no município de São Mateus em 1910	80
Figura 13 - Colônia Rio Claro, no município de São Mateus em 1910	81
Figura 14 - Prédio do Grupo Escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes em sua inauguração, em Palmeira (1907)	122
Figura 15 - Prédio do Grupo Escolar Professor Serapião em União da Vitória (1913)	135

## LISTA DE MAPAS:

Mapa 1 - Caminhos das Tropas	24
Mapa 2 - Estrada de Palmas	44
Mapa 3 - Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande do Sul	49
Mapa 4 – Municípios localizados na área de influência da Estrada de Palmas em 1924	64
Mapa 5 - Área de abrangência dos Campos de Palmas em 1843	68

## LISTA DE QUADROS:

Quadro 1 - Topônimos relativos ao tropeirismo em Palmas, União da Vitória, São Mateus, São João do Triunfo e Palmeira	33
Quadro 2 - Número da população das respectivas localidades em 1872	51
Quadro 3 - Número da população das respectivas localidades em 1890	51
Quadro 4 - Número da população das respectivas localidades em 1900	51
Quadro 5 - Síntese das disposições sobre o ensino, escolas, matrículas e professores dos regulamentos da Província entre 1857 a 1876	86
Quadro 6 - Síntese do número de escolas primárias públicas/particulares e matrículas em Palmeira, Palmas, São João do Triunfo e União da Vitória, entre 1854 e 1882	104
Quadro 7 - Síntese das disposições sobre a instrução primária, escolas, matrículas e professores dos regulamentos do Estado entre 1890 a 1915	108
Quadro 8 - Síntese das principais atribuições aos grupos escolares no Regulamento Orgânico do Ensino Público do Estado do Paraná (1909) e no Código do Ensino do Estado (1915)	116
Quadro 9 - Síntese do número de matrículas e escolas primárias públicas e particulares em Palmeira, entre 1894 a 1916	124
Quadro 10 - Síntese do número de matrículas e escolas primárias públicas e particulares em Palmas, entre 1894 a 1916	128
Quadro 11 - Síntese do número de matrículas e escolas primárias públicas e particulares em São João do Triunfo, entre 1894 e 1916	130
Quadro 12 - Síntese do número de matrículas e escolas primárias públicas e particulares em União da Vitória, entre 1894 a 1916	137
Quadro 13 - Síntese do número de matrículas e escolas primárias públicas e particulares em São Mateus, entre 1894 a 1916	139
Quadro 14 - Síntese do número de matrículas e escolas primárias públicas em São Pedro de Mallet, entre 1913 a 1916	142
Quadro 15 - Síntese do número de matrículas e escolas primárias públicas e particulares localizadas na área de influência da Estrada de Palmas, entre 1894 a 1916	143
Quadro 16 - Dados dos municípios que atualmente integram a área por onde passava a antiga Estrada de Palmas (Censo 2010)	148

Quadro 17 - IDEB dos municípios que atualmente localizam-se na região da antiga Estrada de Palmas (Resultados 2019)

149

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	12
<b>CAPÍTULO 1 - O TROPEIRISMO SUL-AMERICANO, SUL-BRASILEIRO E A DINÂMICA DA ATIVIDADE NO TERRITÓRIO PARANAENSE</b>	19
1.1 O TROPEIRISMO SUL-AMERICANO E SUL-BRASILEIRO	19
1.2 O TROPEIRISMO E SUA INFLUÊNCIA CULTURAL	29
1.3 O TROPEIRISMO NO PARANÁ	39
<b>CAPÍTULO 2 - A ESTRADA DE PALMAS E SUA INFLUÊNCIA NA ESTRUTURA ECONÔMICA E SOCIAL</b>	43
2.1 ESTRADA DE PALMAS: UMA RAMIFICAÇÃO DO CAMINHO DAS MISSÕES	43
2.2 O POVOAMENTO DA ESTRADA DE PALMAS	50
2.3 A ECONOMIA NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA ESTRADA DE PALMAS	54
2.4 A ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA E SOCIAL NA ÁREA DE INFLUÊNCIA DA ESTRADA DE PALMAS	62
<b>2.4.1 Palmeira</b>	64
<b>2.4.2 Palmas</b>	66
2.4.2.1 Os Campos de Palmas: entre conflitos e conquistas	68
<b>2.4.3 São João do Triunfo</b>	71
<b>2.4.4 União da Vitória</b>	73
<b>2.4.5 São Mateus</b>	77
<b>2.4.6 São Pedro de Mallet</b>	79
2.5 CONSIDERAÇÕES SOBRE A ROTA ESTRADA DE PALMAS-PALMEIRA	82
<b>CAPÍTULO 3 - A EDUCAÇÃO NO PERCURSO DA ESTRADA DE PALMAS-PALMEIRA NO PERÍODO DE 1854-1889</b>	83
3.1 A EDUCAÇÃO NA PROVÍNCIA DO PARANÁ	83
3.2 A EDUCAÇÃO EM PALMEIRA E PALMAS	94
<b>CAPÍTULO 4 - A EDUCAÇÃO NO PERCURSO DA ESTRADA DE PALMAS-PALMEIRA NO PERÍODO DE 1890-1916</b>	106
4.1 A EDUCAÇÃO PARANAENSE DENTRO DO PROJETO DE NAÇÃO	

REPUBLICANO	106
4.2 A ESCOLARIZAÇÃO NOS MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA ESTRADA DE PALMAS-PALMEIRA ENTRE 1890-1916	119
<b>4.2.1 A Escolarização em Palmeira</b>	119
<b>4.2.2 A Escolarização em Palmas</b>	125
<b>4.2.3 A Escolarização em São João do Triunfo</b>	128
<b>4.2.4 A Escolarização em União da Vitória</b>	131
<b>4.2.5 A Escolarização em São Mateus</b>	137
<b>4.2.6 A Escolarização em São Pedro de Mallet</b>	140
4.3 EDUCAÇÃO E TROPEIRISMO ENTRE 1890-1916: UMA SÍNTESE	142
CONCLUSÕES	145
REFERÊNCIAS	150

## INTRODUÇÃO

A Estrada de Palmas-Palmeira foi uma ramificação do Caminho das Missões, rota transitada efetivamente pelos tropeiros a partir da década de 1840. Daquele momento em diante, até 1916, na área de influência desta estrada, ocorreu a implementação dos municípios de São João do Triunfo, União da Vitória, São Mateus e São Pedro de Mallet.

O tropeirismo que abriu esse caminho sul-brasileiro remontou ao tropeirismo sul-americano e ao período colonial, quando ofereceu suporte de transporte à produção mineradora e destacou-se no cenário econômico, como atividade secundária. Com a vinda da Família Real ao Brasil, difundiu-se para outras economias. Para tal, o tropeirismo acompanhou a ascensão das principais produções brasileiras a partir da mineração, em um contexto colonial e escravista, em que o transporte era uma problemática para o desenvolvimento.

Como uma alternativa na condução, o tropeirismo sul-brasileiro foi subsidiado pela “[...] imperiosa necessidade de muares ao transporte de *minérios*, como o ouro, em Minas Gerais, da *cana-de-açúcar* nos engenhos do nordeste, do *café* nas fazendas de São Paulo e da necessidade de *mulas arreadas* no transporte das mercadorias entre as cidades brasileiras” (FILIPAK, 2010, p. 115, grifo do autor).

Visando atender as dinâmicas da produção, que se desenvolveram em diferentes locais e períodos históricos, o tropeirismo apresentou uma organização territorial que ocupou os territórios ao sul e sudeste brasileiro. Os campos sulinos dedicaram-se à atividade criatória e de invernagem e a Província paulista, mais especificamente Sorocaba, voltou-se à comercialização, distribuição e difusão dos animais aos mercados consumidores.

Nesse sentido, os campos do Paraná foram explorados de forma predatória, oferecendo suporte ao tropeirismo devido à sua localização, sendo essenciais na recuperação do gado antes de adentrar aos territórios comercializadores e de consumo. Os campos paranaenses, além de destacarem-se nessa atividade, foram os primeiros campos do sul a oferecer gado aos mercados localizados ao norte da colônia.

Com o trânsito de tropeiros pelo Caminho do Viamão, os Campos Gerais adquiriram importância e com a abertura do Caminho das Missões, foram os Campos de Guarapuava e de Palmas que possibilitaram áreas para os animais descansarem das longas viagens.

Os campos de Palmas foram ocupados em fins da década de 1830 e a Estrada de Palmas<sup>1</sup> foi uma via alternativa do Caminho das Missões e uma rota de ligação do povoado palmense, com outros centros populacionais, contato que possibilitou novas relações econômicas, ao atingir o Caminho do Viamão, em Palmeira. Na área de influência da rota aberta em 1842, ainda na Província paulista<sup>2</sup>, desenvolveram-se as cidades de São João do Triunfo (1890), União da Vitória<sup>3</sup> (1890), São Mateus<sup>4</sup> (1908) e São Pedro de Mallet<sup>5</sup> (1912).

A fundação desses municípios revelou outro caráter do tropeirismo: o envolvimento da atividade com a dinâmica social, pois auxiliou em acordo de limites, no povoamento e fundação de cidades, além de difundir nesses locais uma cultura tropeira. Assim, os caminhos perpassados pelos tropeiros também se caracterizaram como corredores culturais.

Tendo em vista que a atividade foi atribuída promotora do desenvolvimento de povoados e vilas, analisamos essa relação na Estrada de Palmas, sobretudo como ocorreu o processo de escolarização na rota, compreendendo os limites e possibilidades envolvidos no panorama educacional da região, entre 1854-1916.

Para tal, partimos da hipótese de que o tropeirismo, movimento associado ao progresso e a colonização, dinamizou a economia do local, fixando povoados, fundando vilas e municípios e, conseqüentemente, sendo determinante no desenvolvimento social e educativo, auxiliando na implementação de escolas isoladas no território até então povoado pelos nativos.

Nesse sentido, ao analisarmos a partir dessa perspectiva os aspectos educacionais da região da Estrada de Palmas, sobressaíram-se as indagações: como ocorreu a institucionalização da educação na região da Estrada de Palmas? Qual a relação estabelecida entre tropeirismo e o desenvolvimento educativo na área de influência da Estrada? Quais foram os limites e possibilidades da escolarização nesta região?

---

<sup>1</sup> Alguns autores denominam de “Caminho da Nação”, como é o caso de Ribas (2008).

<sup>2</sup> Até 1853, o Paraná integrou a Quinta Comarca da Província de São Paulo. Após várias tentativas de emancipação política, foi pela Lei n.º. 704, de 29 de agosto de 1853, que criou a Província do Paraná.

<sup>3</sup> O município foi denominado na documentação analisada por Porto União da Vitória, Porto da União, Porto União e União da Vitória. Com o acordo de limites entre Paraná e Santa Catarina, em 1916, a cidade foi dividida entre a cidade de Porto União, ao território catarinense e União da Vitória, para o Paraná. Assim, optamos referir-nos ao município pela denominação de União da Vitória.

<sup>4</sup> A partir de 1943, o referido município passou a ser denominado São Mateus do Sul, contudo no presente texto, optamos pela nomenclatura São Mateus, conforme descrito nos documentos analisados.

<sup>5</sup> A partir de 1929, o município passou a ser denominado de Mallet. Dessa forma, conforme descrito nos documentos analisados, nos referimos ao município com a nomenclatura São Pedro de Mallet.

Diante disso, o objetivo geral da pesquisa é compreender a relação entre tropeirismo e a institucionalização da educação na área de influência da Estrada Palmas-Palmeira, no período de 1854 até 1916. Visando alcançar esse propósito, estruturamos 4 objetivos específicos:

1. Caracterizar o tropeirismo sul-americano, sul-brasileiro e a dinâmica da atividade no território paranaense;
2. Explicitar as contribuições da Estrada de Palmas na estrutura econômica e social da região;
3. Mapear as instituições escolares que se estabeleceram no percurso da Estrada de Palmas-Palmeira no período de 1854-1889;
4. Mapear as instituições escolares que se estabeleceram no percurso da Estrada de Palmas-Palmeira no período de 1890-1916.

A delimitação do recorte temporal iniciou em 1854, por ser o marco inicial do governo da Província do Paraná, ou seja, quando o governo paranaense passou a organizar a instrução pública e demais setores da administração pública provincial. Já o final, datamos em 1916, ano em que se fixou o acordo de limites entre o Estado do Paraná e Santa Catarina e também, marco histórico que caracterizou o fim da Guerra do Contestado e a configuração de novas limitações na área de abrangência geográfica desta pesquisa. Já o recorte espacial geográfico abrangeu os municípios paranaenses de Palmeira, Palmas, São João do Triunfo, União da Vitória, São Mateus e São Pedro de Mallet.

A educação como elemento superestrutural dessa sociedade foi idealizada e materializada em uma estrutura<sup>6</sup> agropastoril, latifundiária e escravocrata. Dessa forma, a conjuntura de escolas instaladas na região não foi implementada de forma desvinculada da realidade brasileira imperial e republicana, pois o desenvolvimento foi inserido em uma totalidade de relações sociais e educativas.

A abordagem proposta é inédita<sup>7</sup> na área da História da Educação, pois não existem estudos específicos que investigaram o desenvolvimento, a escolarização e a

---

<sup>6</sup> Nas palavras de Marx, a totalidade das “[...] relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual (2008, p. 47)”.

<sup>7</sup> O ineditismo da pesquisa decorre do levantamento realizado nos bancos de dados do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), em todas as áreas do conhecimento entre 1990 até o ano de 2019. Nesse ínterim, foram defendidas teses e dissertações sobre o tropeirismo, nas seguintes grandes áreas de conhecimento: Ciências Humanas (65); da Linguística, Letras e Artes (22); das Ciências Sociais Aplicadas (16) e Multidisciplinar (9). Esses estudos foram realizados nas seguintes áreas de conhecimento: História (26); Geografia (21); Letras (19); Sociologia (7); Interdisciplinar (7); Turismo

organização educacional nos caminhos dos tropeiros no Brasil. No campo da educação, podemos enfatizar a dissertação de Borba (2013), “Aprender e ensinar a ser gaúcho dentro do Grupo de Danças Biriva Tropeiros de Dois Mundos”, que investigou o referido grupo de dança da cidade de Encantado (RS), problematizando a produção de identidades, a partir das pedagogias culturais.

Na mesma área, Witte (2017) realizou a pesquisa “Os caboclos dos Campos de Palmas e sua representação na Guerra do Contestado”, objetivando compreender os Campos de Palmas como pertencentes do território do Contestado e analisar as representações dos caboclos durante o conflito.

No campo da História da Educação, dos textos acadêmicos em que é possível estabelecermos relações entre instituições escolares e tropeirismo, citamos a dissertação de Spim (2014), “A criação do Grupo Escolar ‘Senador Vergueiro’ (1919) e a escolarização dos filhos dos operários em Sorocaba”, na qual o autor investigou o referido grupo escolar no contexto industrializado e republicano, posterior ao recorte desta pesquisa, porém ressaltou de modo breve, o contexto histórico do município relacionado com o movimento tropeiro.

Outra dissertação é de Moraes (2015), “O processo de escolarização pública na Vila de Cotia no contexto cultural caipira (1870-1885)”, na qual foi investigada a escolarização pública na Vila de Cotia, município paulista localizado em rota tropeira, com economia baseada no tropeirismo ao longo do século XIX, mas que a partir de 1870 apresentou retração econômica. A autora evidenciou historicamente o tropeirismo, relacionando o movimento com a comercialização local e com o processo de escolarização.

Verificamos que as pesquisas ressaltaram instituições escolares, porém de forma limitada apenas a um município, considerando o tropeirismo como um aspecto formador e de influência no local. As análises distanciam-se do modo com que a presente pesquisa foi realizada, ao analisar o desenvolvimento educacional na perspectiva de conjunto nos municípios que integraram a rota da Estrada de Palmas.

Nesse propósito, a investigação se caracterizou como documental, considerando o contexto da produção das fontes e o cruzamento das informações/dados revelados pela documentação. As fontes diretas que embasaram a presente investigação foram localizadas no Arquivo Público do Paraná, disponibilizadas digitalmente. No site<sup>8</sup>,

---

(6); Antropologia (5); Arquitetura e Urbanismo (4); Educação (4); Administração (2); Economia (2); Sociais e Humanidades (2); Teologia (2); Artes (1); Comunicação (1); Linguística (1); Serviço Social (1) e Teoria Literária (1) (CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES, 2020).

<sup>8</sup> Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/>.

encontramos documentos importantes que ofereceram dados acerca de diferentes aspectos do Paraná, a partir de sua emancipação política em 1853, tais como os Relatórios de Governo<sup>9</sup>, as Mensagens de Governo<sup>10</sup> e os Relatórios de Secretários de Governo<sup>11</sup>.

É importante destacarmos que fatores como as grandes distâncias e a falta de informações reveladas pelos professores e inspetores, principalmente das escolas comunitárias/particulares dos núcleos imigrantes, contribuíram para a fragilidade dos dados apresentados nos relatórios. No presente texto, foram organizados vários quadros que sistematizaram os dados oficiais, tais informações por vezes apresentaram lacunas, desse modo, consultamos muitos relatórios do período e utilizamos aqueles que ofereceram os dados mais completos.

Nesse sentido, as fontes possuem ampla importância para a área da história, pois sua análise possibilita a construção de novos conhecimentos sobre os fatos do passado. Na historiografia são consideradas indispensáveis para a sistematização do conhecimento, sendo o diferencial nas investigações os modos de identificação, uso e interpretação dos documentos que cada historiador utiliza (CASTANHA, 2013).

Tendo em vista os diferentes objetivos e pesquisas realizadas, a nomenclatura de fontes primárias e secundárias está perdendo espaço com a utilização dos termos fontes diretas, indiretas ou simplesmente fontes. Nesse contexto, com a nova classificação, são os aspectos metodológicos que adquiriram destaque, pois “[...] o que define a natureza da fonte ou informação é o tipo de pesquisa que se pretende, não mais a sua origem” (CASTANHA, 2013, p. 31). Cabe assim, ao historiador definir se determinadas fontes serão diretas ou indiretas para alcançar seus objetivos, sendo a ênfase na intenção ao analisar os documentos.

Voltando-se para a utilização da legislação educacional como fonte para pesquisas na história da educação, Castanha (2013) evidenciou que são complexos os estudos que utilizam leis, pois elas estão em um constante processo dialético<sup>12</sup> de construção e reconstrução, decorrendo a necessidade de articular o particular com o

---

<sup>9</sup> Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=44>.

<sup>10</sup> Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=31>.

<sup>11</sup> Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=59>.

<sup>12</sup> No materialismo histórico-dialético, a dialética pode ser definida como “[...] (a) um método e, mais habitualmente, um método científico: a dialética *epistemológica*; (b) um conjunto de leis ou princípios que governam um setor ou a totalidade da realidade: a dialética *ontológica*; e (c) o movimento da história: dialética *relacional*” (BOTTOMORE, 2001, p. 101, grifo do autor). A partir dessas concepções, Castanha (2013) ressaltou que as leis não são estáticas, pois no contexto prático, as falhas da legislação são evidenciadas, quando interesses individuais e coletivos podem ser feridos e contestados. Reveladas as contradições sociais, acelera-se o debate e novas alternativas são propostas e aprovadas. Dessa forma, a lei constitui-se como uma síntese de múltiplas determinações, estando em constante processo de transformação, ao expressar interesses, conflitos e contradições.

geral e contextualizar historicamente os fatos. Para tal, o autor ressaltou 3 níveis para uma análise coerente: o contexto macro e micro de produção da legislação, sua conservação, catalogação, disponibilização para o pesquisador e a relação com as questões que este faz a legislação.

Esses aspectos revelam a importância da análise crítica, sendo pertinente refletir sobre o “[...] processo de elaboração ou implantação; identificar quem foram seus autores, por que foi conservado/preservado, ou seja, deve-se lê-lo dentro de seu contexto e a partir de diversas variáveis” (CASTANHA, 2013, p. 39-40). Assim, para a produção de novos conhecimentos históricos a partir das fontes, não basta somente ter acesso a elas, mas também do pesquisador/historiador dispor de embasamentos epistemológicos<sup>13</sup> e metodológicos, que ofereçam direcionamentos coerentes à pesquisa.

Desse modo, o texto foi estruturado em 4 capítulos. O primeiro intitulado “O Tropeirismo Sul-americano, Sul-brasileiro e a Dinâmica da Atividade no Território Paranaense”, foi organizado em 3 tópicos: no primeiro contextualizamos o tropeirismo sul-americano e sul-brasileiro; no segundo, ressaltamos algumas questões culturais herdadas dos tropeiros e no terceiro, voltamo-nos especificamente a atividade no território paranaense.

O capítulo “A Estrada de Palmas e Sua Influência na Estrutura Econômica e Social” estruturou-se em 4 tópicos. No primeiro, historicizamos a necessidade da abertura da rota e os condicionantes que contribuíram para sua decadência como palco ao tropeirismo; no segundo, voltamo-nos ao povoamento da região; no terceiro, ressaltamos os aspectos econômicos que estruturaram essas sociedades e no último tópico, nos reportamos aos municípios que integraram a área de influência da estrada até 1916, nas quais delimitamos o recorte geográfico da presente análise: Palmeira, Palmas, São João do Triunfo, União da Vitória, São Mateus e São Pedro de Mallet.

O processo de escolarização nesses municípios foi tratado no terceiro e quarto capítulo. O terceiro intitulado “A Educação no Percorso da Estrada de Palmas-Palmeira no Período de 1854-1889”, dividiu-se em 2 tópicos: o primeiro voltou-se a educação em âmbito macro provincial e o segundo, tratou especificamente dos municípios de Palmas e Palmeira e nas freguesias de São João do Triunfo e União da Vitória.

---

<sup>13</sup> Na área dos estudos sobre instituições escolares, Nosella evidenciou que “Frequentemente, percebe-se uma justaposição entre o referencial teórico proclamado e o efetivamente aplicado, ou seja, não há uma íntima conexão entre o referencial teórico e os dados empíricos coletados” (2013, p. 53). Para desvencilhar-se dessa problemática, o autor defendeu a utilização de “[...] uma linha metodológica que descreva o particular, explicitando, dialeticamente, suas relações com o contexto econômico, político, social e cultural” (NOSELLA, 2013, p. 53).

O quarto capítulo “A Educação no Percurso da Estrada de Palmas-Palmeira no Período de 1890-1916” foi estruturado em 3 tópicos: o primeiro abordou a instrução em âmbito estadual; o segundo, a escolarização nos municípios da rota e na terceira seção, objetivamos estabelecer relações do desenvolvimento educacional da região com o tropeirismo que nesse momento, apresentou declínio, pois outras economias apresentaram ascensão.

Na conclusão retomamos a hipótese inicial e demonstramos a sua refutação. Nesse tocante, a investigação revelou que tal hipótese não se confirmou, pois a política educacional no território foi vinculada ao desenvolvimento de novas formas de trabalho, a ocupação de terras e a divulgação dos ideais republicanos na educação. É claro que o movimento do tropeirismo, conforme suas especificidades históricas auxiliou na maior exploração do território, na dinamização da fixação dos primeiros colonizadores e fundação de povoados, além da disseminação da cultura tropeira e de saberes populares, mas não produziu impactos expressivos no processo de institucionalização da educação escolar.

Pretendemos com essa pesquisa contribuir para o debate sobre a história e a historiografia da educação local e regional, bem como trazer conhecimentos sobre a história da educação nacional e, sobretudo, na região sul do Estado do Paraná.

# CAPÍTULO 1

## O TROPEIRISMO SUL-AMERICANO, SUL-BRASILEIRO E A DINÂMICA DA ATIVIDADE NO TERRITÓRIO PARANAENSE

Este capítulo abordou o contexto histórico do tropeirismo sul-americano e sul-brasileiro, movimento que perpassou pelo território paranaense, enquanto área de São Paulo e a partir de 1853, pela Província do Paraná, via Caminho do Viamão, Caminho das Missões e Estrada de Palmas-Palmeira. Para tal, o capítulo foi dividido em 3 tópicos.

No primeiro, contextualizamos o grande tropeirismo na América Latina e as necessidades econômicas que contribuíram para sua expansão na colônia brasileira, até a sua decadência no século XIX. Não se limitando aos aspectos de mercado, o modo de vida viajante possibilitou a emergência de uma cultura própria, tema abordado no segundo item.

No terceiro tópico, abordamos o tropeirismo no Paraná, pois a partir do século XVIII, o território passou a oferecer campos para a criação e invernagem do gado transportado dos campos sulinos até as províncias do sudeste, nordeste e norte. Com a emancipação da Província em 1853, a atividade contribuiu com os cofres públicos, constituindo-se como uma das principais arrecadações do Paraná no Período Imperial.

### **1.1 O Tropeirismo Sul-Americano e Sul-Brasileiro**

Como um fenômeno mundial no transporte, o tropeirismo no Brasil teve sua gênese relacionada com a busca do ouro e da prata pelos portugueses e espanhóis na América Latina. Nesse momento, o território era dividido pelo Tratado de Tordesilhas, assinado em Portugal, em 1494. Segundo Filipak (2010), os espanhóis descobriram a prata em 1545, no Cerro de Potosí, na Bolívia, e os portugueses em 1695, encontraram as minas de ouro brasileiras, no Morro Velho, Passagem e Cataguases, em Minas Gerais.

Conforme, as características geográficas e culturais presentes nos locais, cada tropeirismo apresentou especificidades, contudo, ambos estiveram relacionados com a condução dos metais, a partir da utilização de mulas arreadas<sup>14</sup>, fator que contribuiu na dinamização da criação e da comercialização do gado muar na América do Sul.

---

<sup>14</sup> Mulass domadas que carregam bruacas, cestos ou canastra, transportando mercadorias entre cidades.

De acordo com Filipak (2010), com relação ao tropeirismo platino-peruano, os espanhóis chegaram em 1532 no Império dos Incas, o qual abrangia o sul colombiano, o Equador, o Peru, a Bolívia, a Argentina e o Chile. No ano de 1542, a Espanha estabeleceu o vice-reinado do Peru e a criação de outras cidades. Em 1543, foram descobertas pelos colonizadores as minas de Potosí, localizadas a 3.960 metros de altitude na Bolívia, região de Charcas, ao sul de Sucre. A cidade foi fundada em 1546, quando passou a “[...] dominar a história do próximo século pela abundância da prata; em 1548, fundam a cidade de La Paz, em torno da qual abundava o ouro” (FONSECA, 1995, p. 76).

As minas propiciaram grande crescimento demográfico na região de Potosí, Oruro e demais centros mineradores na Província de Charcas, sendo que Potosí tornou-se uma grande cidade e importante centro de comercialização. Na exploração da prata, entre os anos de 1545 até 1630, os espanhóis utilizaram do trabalho nativo indígena e para o transporte das cargas, entre Potosí e o porto de Callao, em Lima, utilizaram-se principalmente do *llameraje*<sup>15</sup> (FILIPAK, 2010).

Nesse primeiro momento, os espanhóis fundamentaram-se nos sistemas de transporte dos incas, utilizando de escravos, lhamas e pequenas embarcações. A partir de 1630, o transporte em Potosí se transformou com a substituição do *llameraje* pelo *arrieraje*, ou seja, o tropeirismo das lhamas entrou em decadência com a ascensão do tropeirismo do gado muar, originário de Santa Fé, Entre Rios, Córdoba e Corrientes.

Por suas vantagens, a mula foi escolhida para ser a base do tropeirismo peruano e brasileiro. Caracterizado por ser um animal híbrido, resultante do cruzamento do jumento com a égua, conhecido também como burro, mulo e mula, foi introduzido na América do Sul pelos espanhóis a partir de 1545, na região da Cordilheira dos Andes, no Peru e no Paraguai.

A disseminação em maiores proporções do gado muar ocorreu com a atuação de Hernando Arias de Saavedra. Em 1573, ele transportou tropas de mulas de Assunção para Cayastá, na Estância de La Cruz, território atual da Argentina. Nos campos realengos, situados entres os rios Paraná, Uruguai até a Bacia do Prata, fez grande criação de gado muar, comercializando com as Províncias argentinas e peruanas (FILIPAK, 2010).

Saavedra expandindo suas áreas criatórias utilizou os campos do Estado Oriental, atualmente pertencente ao Uruguai, para a criação de gado muar, cavalos e

---

<sup>15</sup> “Estrutura tropeirista pré-colombiana que constava de tropilhas ou ‘piaras’ de 10 a 12 lhamas machos, que os lhameiros utilizavam no transporte de pequenas cargas” (FILIPAK, 2010, p. 78).

vacum. A partir de 1600, essas mulas começaram a suprir as necessidades de transporte em Córdoba, Salta e em Potosí. A mula obteve sua maior cotação no auge da exploração da prata das minas, as quais, a partir de 1660 até 1760, entraram em exaustão.

Foi no mesmo período do declínio nas minas de Potosí que os primeiros sinais do ouro apareceram no Brasil central. Assim, a pecuária realizada nos campos uruguaios, a partir do século XVI, originou o gado difundido nas pastagens e nas grandes tropeadas brasileiras, pois “Em 1634, foram trazidas mil e quinhentas cabeças de gado para as Missões, provenientes da região atualmente conhecida como Corrientes. Esse gado teve como objetivo alimentar os missionários nas reduções guaraníicas e deram origem às ‘estâncias de criação’” (SILVA, 2004, p. 239).

Nesse período inicial da pecuária no Brasil, a economia era baseada na produção agroaçucareira. Os primeiros animais cavалares foram introduzidos em 1541, por Álvaro Núñez Cabeza de Vaca, sendo 26 cavalos e éguas de procedência espanhola. Flores (1995) ressaltou que o gado vacum e cavalар atuante na economia canavieira, adentrou no território na região de São Vicente, marca da gênese da atividade pecuária no Brasil. Nos Campos de Curitiba, o gado presente foi originário dessas reses.

Os atuais territórios da Bahia e Pernambuco, também se constituíram como os primeiros núcleos de criação de gado no Brasil. No sul, foi importante a atuação dos jesuítas espanhóis para a disseminação, os quais vindos do Paraguai no início do século XVII, formaram redutos para catequizar os nativos. Desse modo, inseriram nesses locais o gado bovino, cavalар e muar que frente às boas condições climáticas adaptou-se e proliferou.

Os padres jesuítas organizaram-se na região das Missões, sendo os maiores povoadores do território no decorrer do século XVII. Esses aldeamentos sofreram sucessivas invasões, pois necessitando de mão de obra para atuar na produção açucareira, na agricultura e na mineração, bandeirantes paulistas lideraram ataques nas organizações, objetivando escravizar os nativos.

Interesses políticos também contribuíram na destruição das reduções espanholas, ao longo do rio Paraná, entre 1627 e 1650, já que os paulistas visavam estender seus limites às regiões do atual Rio Grande do Sul e Uruguai. Para evitar o saqueamento do gado com as invasões, os jesuítas conduziram os animais a outras regiões, originando assim, o rebanho conhecido como Vacaria do Mar.

Por volta do ano de 1700, o território possuía grande quantidade de gado, com o rebanho Vacaria dos Pinhais, formado quando os animais ficaram escassos e os

missioneiros os conduziram em direção aos Campos de Cima da Serra, visando afastá-los de possíveis arrastões, deixando-os próximos do território das missões.

A partir do século XVIII, a economia da colônia se alterou com a decadência da produção canavieira e a ascensão da mineração, nas Minas Gerais. A descoberta das minas de ouro provocou grande migração para o interior, despovoando os maiores núcleos populacionais localizados nas capitais das Províncias, no sertão do nordeste e no litoral, produtor da cana de açúcar.

Em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás, subsistiu-se inicialmente com a pecuária realizada no Nordeste. Essa realidade transformou-se com a emergência de alguns fatores que causaram crise na oferta dos animais pela região, como o alto preço do gado, as distâncias e o comprometimento em abastecer a produção açucareira (MACHADO, 2015).

Com relação ao transporte dos minérios, Straforini (2001) ressaltou a presença do trabalho do negro escravizado e do indígena. Os nativos disponíveis nos redutos jesuítas, localizados no território das Missões, eram capturados para atuar como mão de obra nas minas e no transporte de mercadorias. Porém, com o desenvolvimento da atividade mineradora, a forma desumana entrou em decadência, pois emergiu a necessidade de grande quantidade de escravos e, naquele momento, o preço deles estava elevado.

Uma das possibilidades para prosseguir com os lucros da mineração foi a utilização do transporte mar. O conhecimento do gado vacum e cavalari dos campos sulinos ocorreu pelos bandeirantes paulistas ao desbravarem o território na busca dos índios integrantes dos redutos. Objetivando somente capturar indígenas para atuar no transporte, os paulistas ignoraram os mares. Frente às novas exigências de mercado, essa realidade transformou-se, pois os gados tornaram-se a alternativa para a condução dos minérios e para a alimentação dos mineradores (STRAFORINI, 2001).

O gado vacum, cavalari e mar dos campos curitibanos foram os primeiros dos campos do sul a subsidiar as necessidades nas minas. Com a grande carência de animais, esses campos e os Campos Gerais, não conseguiram atender a demanda. A necessidade de maior número de gado contribuiu na abertura de novos caminhos em direção aos campos do atual território do Rio Grande do Sul, onde havia grandes rebanhos, sobretudo mar.

O projeto de abrir uma rota entre o sul da colônia, com o centro distribuidor de Sorocaba, foi proposto em 1720, por Bartolomeu Pais de Abreu, fazendeiro e sesmeiro dos Campos Gerais de Curitiba. Esse trajeto além de propiciar ligação com os campos

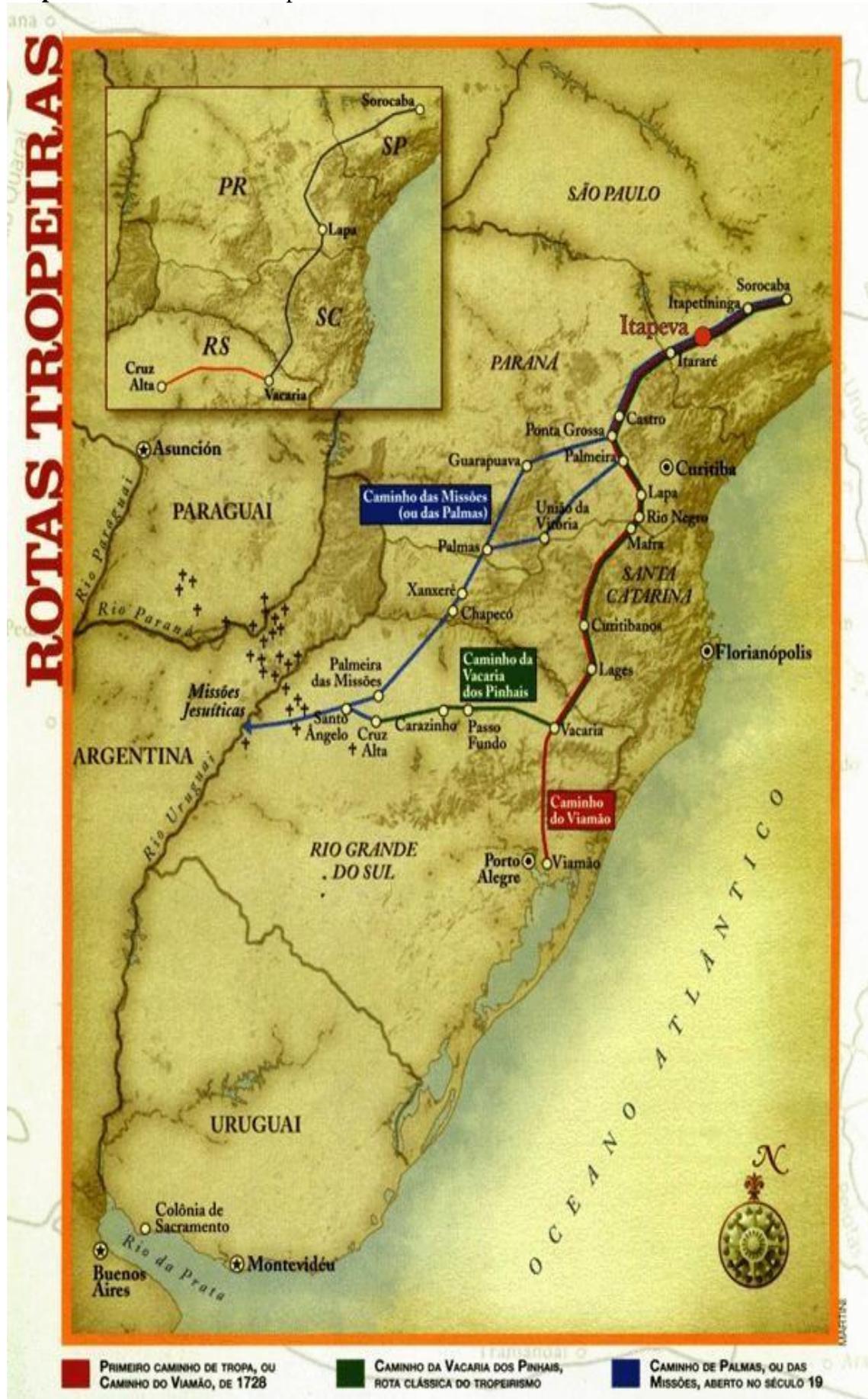
sulinos e o transporte de gado, consolidaria lucros para a Capitania de São Pedro e a Coroa Portuguesa, mediante a arrecadação de impostos. Percebendo as vantagens e aceitando a proposta, o governador da capitania paulista, Antônio Caldeira da Silva Pimentel, incumbiu o sargento-mor Francisco de Souza e Faria, para organizar a abertura do caminho (SILVA, 2004).

Faria iniciou os trabalhos partindo do Morro dos Conventos, perto de Laguna (SC), em fevereiro de 1728. Sua expedição passou pela Serra Geral e alcançou a Vacaria dos Pinhais, onde descobriu grande quantidade de gado. Em 1730, atingiu o rio Iguaçu e a vila de Curitiba, povoado que já estava ligado com Sorocaba. O trajeto foi ampliado em 1732, com Cristóvão Pereira de Abreu (TRINDADE, 1992).

Considerado o primeiro tropeiro, ao consolidar o modo de viver dos tropeiros brasileiros, Cristóvão Pereira de Abreu, inaugurou e retificou o caminho de Souza e Faria. Em 1732, acompanhado de sua tropa, partiu dos Campos de Viamão, abrindo a principal rota tropeira do Brasil colonial, denominada de Caminho do Viamão, Estrada de Sorocaba, Estrada Real e Estrada do Sul. A tropeada de Cristóvão Pereira de Abreu não se findou na capitania de São Paulo, seguindo em direção às minas.

O mapa 1 representa a localização do percurso, as principais cidades integrantes e algumas ramificações do Caminho do Viamão e do Caminho das Missões, inaugurado em 1840.

Mapa 1 - Caminhos das Tropas



Fonte: Silva (2011, p. 36).

A primeira grande modificação no caminho consolidado por Cristóvão Pereira de Abreu foi a abertura do Caminho da Vacaria dos Pinhais, o qual ligou-se ao Caminho do Viamão, que passou assim, a ser denominado de Estrada Geral para o Rio Grande do Sul. A mudança decorreu no início do século XIX, quando o gado começou a ficar escasso próximo ao litoral, onde havia maior interesse em bovinos e na produção do charque. Em direção ao oeste do território, existiam as fontes diretas do gado muar.

No final de 1840, um novo percurso ao oeste foi estabelecido: o Caminho das Missões. Conforme interesses econômicos, ambos os percursos estabeleceram uma grande rede que ligou diferentes povoados do sul, do interior ao litoral. Sobre o Caminho das Missões, Flores ressaltou:

Também chamado de Caminho de Palmas, era uma rota de contrabando de gado, que iniciava em São Borja. Em 1816, o alferes de Cavalaria Atanagildo Pinto Martins com uma pequena expedição saiu de Curitiba, atravessou o rio Pelotas no Passo do Pontão e chegou aos Campos de Vacaria (RS). Seguiu a trilha até São Borja. Com a oficialização desse caminho, o gado e as tropas de mulas passaram a ser arrebanhadas na Região Missioneira, inclusive na Argentina, abandonando-se os criatórios nos Campos de Viamão. Em 1845 há uma mudança no caminho, quando Francisco da Rocha Loures atravessou os campos de Guarapuava, cruzou o rio Uruguai no Passo de Goio-En, atingindo a antiga trilha das Missões (2006, p. 22-23).

O Caminho das Missões ou de Palmas compartilhou com o Caminho do Viamão, a ligação com Sorocaba, atingindo o antigo percurso na cidade de Ponta Grossa e posteriormente, a partir de 1842, com a abertura da Estrada de Palmas, na cidade de Palmeira. Perpassou os campos guarapuavanos e palmenses, localizados no atual território paranaense.

Com a fixação das rotas, o tropeirismo consolidou-se no território sul-brasileiro nos séculos XVIII e XIX. Caracterizando-se como uma atividade econômica subsidiária, renovou-se com o declínio da mineração, adentrando em outras práticas, como a produção do café, da cana-de-açúcar, do algodão, do tabaco, etc., em São Paulo e no Rio de Janeiro. Foi voltado a essas economias que o tropeirismo atingiu seu apogeu, nas décadas de 1850 e 1860, quando ocorreu a maior importação de cabeças de gado muar da Província riograndense e da região da Prata, pelas regiões produtivas de São Paulo e Rio de Janeiro.

Nesse sentido, durante a vigência do grande tropeirismo, os valores envolvidos com a atividade foram altos aos tropeiros, às Províncias e ao império, por meio da cobrança de impostos. Com a grande movimentação de gado vindo do sul no século

XVIII, a Coroa Portuguesa percebeu que poderia arrecadar com a atividade, criando assim, os registros. Flores descreveu esses pedágios,

Era um posto de controle da passagem de animais muares, bovinos e cavalares. O tropeiro ou capataz apresentava a guia de imposto expedida pela Fazenda Real de Rio Grande (1739-62), ou de Viamão (1762-72). O imposto seria quitado em Sorocaba pelo comprador dos animais. O registro era administrado pelo provedor que arrematava em leilão a exploração do registro, pagando antecipadamente as taxas que seriam cobradas durante o ano fiscal. O provedor contava com a ajuda de uma guarda militar, paga pela Provedoria da Fazenda Real. O contratante do registro deveria pagar 1% da arrematação para obra pia. O registro era formado por um corredor estreito, com porteira onde os animais eram conferidos com a relação da guia de imposto. Havia alojamento da guarda, armazéns para venda de arreios, mantimentos, bebidas e casa para o provedor ou para seu procurador. No século XVIII o dono da tropa era denominado de comerciante ou tropeiro, pagando um terço do imposto à Real Fazenda de Viamão, no ato de partida da tropa. Como havia carência de dinheiro, a Real Fazenda fornecia letras do imposto e do pedágio, que seriam resgatadas na Fazenda Real de Sorocaba, no ato da venda, pelo comprador, que também quitaria mais um terço do imposto. O terço restante seria pago em São Paulo ou no Rio de Janeiro, depois de dois anos (2006, p. 82-83).

Os registros demonstram como o transporte de gado foi significativo a Coroa Portuguesa e as Províncias. Dessa forma, a organização para efetivar a cobrança era composta por guardas, arrematantes e administradores. Os arrematantes tinham o direito de durante um triênio, gerar lucros com a exploração do registro, mediante pagamento antecipado das taxas. Os postos de cobrança também acompanhavam a dinâmica do tropeirismo, cobrando direitos na saída dos animais no Rio Grande do Sul e exigindo seu registro, ao adentrar em São Paulo.

No território paulista, destacou-se o Registro de Sorocaba, criado em 1750. Diferente dos outros, este posto de coleta apresentou uma especificidade: a vila foi sede da grandiosa Feira de Muares. Contudo, esta não foi implementada de imediato com o registro, sendo que nos fins do século XVIII, o evento já estava consolidado como a maior feira de comercialização do gado sulino, com destaque para o gado muar, fornecido para produtores de café, de açúcar, entre outros tropeiros que revendiam para as demais localidades.

Outra prática da feira foi a comercialização de alimentos, ferramentas, arreios, vestimentas, entre outras. Segundo Almeida (1993), os sorocabanos não tropeiros vendiam suas obras manufaturadas aos negociantes de gado, como rédeas, baixeiros de lã, coxinilhos, arreios, pano de algodão, artigos de prata e ouro. Havia a venda de outros itens, originários de São Paulo e da Corte, negociados pelos mascates.

Possuindo o auge com o comércio muar destinado a economia agrícola, a partir de 1870, o número do gado começou a declinar até 1897, ano da última feira. O principal condicionante apontado para findar a os eventos, foi a ação do trem, contexto no qual o tropeirismo, constituído pelo trabalho humano e força animal, não conseguiu superar-se. No entanto, Straforini (2001), salientou a forma heterogênea da expansão das ferrovias no país, a qual atuou inicialmente no transporte em determinados locais, principalmente onde a economia contribuiu em sua expansão e instalação.

Outro condicionante apontado na historiografia foi o surto de febre amarela na vila, sendo ressaltadas as epidemias de 1897, de 1899 e 1900. Contrapondo-se a essa possibilidade, Chiovitti (2004), afirmou que a decadência esteve relacionada também com as iniciativas da instalação da ferrovia e do progresso do município, no controle e afastamento do trânsito de animais e de pessoas desconhecidas, sobretudo dos tropeiros, do centro da cidade.

Sendo com a expansão do trem, com a epidemia, com políticas progressistas e modernizadoras, o fim das Feiras de Sorocaba, marcou o declínio do grande tropeirismo. No entanto, o desfecho das feiras não demarcou imediatamente o fim da negociação do gado com os tropeiros, pois se o trem foi o principal fator para sua decadência e posteriormente, os demais veículos, estes foram sendo substituídos de modo gradual, conforme as malhas ferroviárias foram introduzidas no interior do Brasil imperial e republicano. Tal processo contínuo adentrou no século XX, quando ainda havia trânsito de tropas entre cidades e regiões próximas.

Até o declínio do grande tropeirismo sul brasileiro, a atividade apresentou uma organização que utilizou as melhores condições do território, funcionando como um sistema integrado. A formação das tropas também possuía especificidades, demarcadas pela organização hierárquica, que diferenciava socialmente e economicamente os sujeitos que a formavam.

O termo tropa é derivado do francês *troupe*, do italiano *truppa* e do castelhano e português *tropa*. Almeida (1993) ressaltou que o termo no sentido de multidão de animais já existia no português, podendo ser considerado brasileirismo, ao originar-se do castelhano do sul, quando passou a ser aplicada para animais cargueiros.

Com relação aos animais que integravam a tropa, esta poderia ser xucra ou semoventes, as quais abrangiam tropas de muares não domados conduzidas por peões, entre a Colônia do Sacramento no Uruguai, Viamão no Rio Grande do Sul, Santa Fé e Corrientes na Argentina, em direção a Feira de Sorocaba. As tropas também poderiam ser arriadas, que “[...] destinava-se ao transporte de mercadorias entre cidades em *mulas*

*arreadas* que carregavam no lombo duas bruacas de couro cru as quais, comportavam cada uma 45 quilos de mercadorias” (FILIPAK, 2010, p. 115, grifo do autor).

Outro destaque nas tropas era o animal madrinheiro, considerado o mais importante, ao guiar todos os outros organizados na tropa ou no lote, durante as caminhadas, nas paradas e nos pousos. Além de evitar que os animais se dispersassem ou fugissem, a quantidade e qualidade dos arreios e enfeites desse animal representava os poderes aquisitivos do dono da tropa, o tropeiro.

O tropeiro constituindo-se na profissão de conduzir o gado solto possuiu diferentes definições. A partir de 1730, era um homem habilidoso em “armar uma tropa”, ou seja, em eleger os melhores animais, em negociar valores, em compor a comitiva com os peões com maior habilidade e experiência na condução de tropas de cavaleiros, muares e vacuns, em enfrentar os desafios dos caminhos. O tropeiro era o dono dos animais em viagem, da tropa, do negócio, chefiando e decidindo (FILIPAK, 2010).

O negociante dos animais poderia ser um grande latifundiário, que adquiria grandes lotes de muares nos campos ou na feira, como também o pequeno produtor que economizando, comprava poucos lotes de muares xucros, os quais eram adestrados e revendidos na feira.

Além do tropeiro, a tropa era composta pelo madrinheiro, responsável por conduzir a égua ou mula madrinha; pelos peões arrieiros, que conduziam animais de carga e acompanhavam o gado na viagem e na ronda noturna; os arribadores que recuperavam os animais extraviados; os morochucos, aqueles que cuidavam do gado em marcha, da alimentação e do descanso; além do cozinheiro. Os peões assalariados eram incumbidos das atividades mais rudes (FILIPAK, 2010).

Percebemos que o tropeiro atuava nas decisões e nas negociações e os peões com as atividades diretas com gado, havendo uma divisão do trabalho. Permeava uma organização que diferenciava os componentes, conforme os investimentos que esses empregavam no negócio e os lucros que retornavam, sendo o tropeiro o que obtinha maiores retornos. Ao enriquecer os tropeiros não acompanhavam o transporte dos animais, incumbindo os tropeiros de aluguel para exercer a função de chefe da tropa.

De tal modo, os tropeiros adquiriram notoriedade econômica e também política na região em que exerciam influências. Conforme evidenciamos, no início do século XVIII, somente o dono da tropa e do negócio, foi denominado de tropeiro e os outros membros eram capatazes, arrieiros, camaradas, cozinheiros, madrinheiros e peões. A partir da segunda metade do século XVIII e no século XIX, o termo tropeiro passou a

designar o dono da tropa e o capataz. Já no século XX, a nomenclatura expandiu-se aos demais trabalhadores, referindo-se a todos os condutores, inclusive os peões.

Tendo em vista a organização da escolarização no período colonial e imperial brasileiro, os capatazes, peões e demais integrantes das comitivas na condição de sujeitos simples que exerciam um trabalho rústico e nômade, foram excluídos do processo, pois nesse período, a educação possuiu limitações, a qual não atingiu as classes subalternas, sendo os membros da elite os maiores beneficiados.

Assim, a difusão da escolarização não era relevante naquela estrutura de ordem patriarcal, religiosa, escravocrata, hierarquizada e agroexportadora, havendo o predomínio das concepções burguesas na sociedade. Nesse sentido, a classe detentora dos meios de produção material torna-se do mesmo modo, dominante nas ideias, dispondo assim, dos meios de produção intelectual (MARX; ENGELS, 2009). Por meio da ideologia, a classe dominante legitima suas ideias, as quais passam a ser ideias de todos.

Sendo provenientes das classes subalternas, os trabalhadores envolvidos no tropeirismo não tiveram a oportunidade de frequentar o ambiente escolar, pois as políticas educacionais e ações da colônia e do Império brasileiro foram compostas por entraves e o modo de vida desses sujeitos dispensava a instrução, tendo seus conhecimentos voltados ao empírico, aprendendo com os mais experientes, ao inserir-se na atividade. A partir do senso comum, a formação foi baseada em crenças, ritos, na religiosidade e nos saberes populares, materializados por meio da oralidade, gestos e atitudes.

## **1.2 O Tropeirismo e sua Influência Cultural**

O modo de vida viajante dos tropeiros gerou necessidades, as quais foram atendidas com o estabelecimento de novas formas de trabalho e interesses econômicos, resultando na fixação de sujeitos e dos primeiros povoados ao longo dos caminhos. Nesse sentido, as rotas constituíram-se como corredores culturais, nos quais os tropeiros realizavam o intercâmbio cultural de uma região a outra.

A cultura como um elemento dinâmico, está em constante transformação. De acordo com Thompson, consolida-se como um conjunto de práticas, ritos e valores, construídos pelos sujeitos em situações de trocas entre o oral e o escrito, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole. Nesse sentido, “[...] é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa – por exemplo, o nacionalismo, a

consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante – assume a forma de um ‘sistema’” (1998, p. 17).

Conforme o referido autor, a cultura das classes subalternas e dominantes está em fluxo contínuo de trocas, sendo que o termo “cultura” no sentido de um consenso pode distrair a atenção das contradições sociais e culturais existentes no conjunto. Dessa forma, as generalizações da “cultura popular” se esvaziam, quando não colocadas firmemente no contexto histórico referente e no lugar material correspondente.

[...] não podemos esquecer que “cultura” é um termo emaranhado, que, ao reunir tantas atividades e atributos em um só feixe, pode na verdade confundir ou ocultar distinções que precisam ser feitas. Será necessário desfazer o feixe e examinar com mais cuidado os seus componentes: ritos, modos simbólicos, os atributos culturais da hegemonia, a transmissão do costume de geração para geração e o desenvolvimento do costume sob formas historicamente específicas das relações sociais e de trabalho (THOMPSON, 1998, p. 22).

Nessa perspectiva, os costumes são consolidados pela prática dos sujeitos em uma classe determinada, sendo a cultura formada a partir da relação entre os fatores sociais que estão em constante construção. Assim, ressaltamos que a cultura tropeira foi integrada por expressões e elementos que surgiram das necessidades do ofício da vida tropeira, como as vestimentas, a alimentação, ferramentas e também de aspectos sociais, como o gosto musical, crenças, conhecimentos, etc. Aliadas a essas necessidades, o modo de vida nômade possibilitou o contato com diferentes culturas.

O tropeiro para exercer seu trabalho, estabeleceu grande contato com a natureza e com os animais, utilizando arreios<sup>16</sup> e ferramentas específicas, sendo muitos desses fabricados artesanalmente. Já a linguagem foi um aspecto que demonstrou a especificidade dessa cultura, pois termos provenientes de diferentes regiões foram misturando-se, conforme os tropeiros estabeleceram contato. Assim,

Enriqueceram o vocabulário com expressões e palavras de origem quíchua como charque, aspa, guaiaca, cancha, chacra, guacho, guasca, etc.; asteca e mexicana como galpão, xícara, inhapa, etc.; do guarani, tapera, boitatá, chimbé, guri; dos índios araucanos adotamos, piola, pilcha, poncho etc.; e o pala tão usado na indumentária gaúcha vem da América Espanhola (ABREU, 2004, p. 627).

---

<sup>16</sup> Conforme Flores, os arreios integram a aparelhagem de montaria, tração ou de cargueiros colocados no animal, sendo formados por: “[...] **cabresto**, colocado na cabeça do animal; **cangalha**, posta no lombo; a **capa** cobria a cangalha; **retranca**, colocada no traseiro do animal, para evitar que a cangalha deslize para frente; **cincha**, que se aperta sobre a capa e sobre a barriga da mula; **peitoral**, que impede que a cangalha vá para as ancas da mula; **cangalha**, peça onde se prendem os cestos, bruacas ou caixas para conduzirem a carga; **couro** ou **ligal** cobre a carga; prende-se a **sobrecarga** ou **sobrecincha** em volta do ligal e da barriga do animal. Os arreios da mula de montaria são constituídos pelo **freio**, **rédeas**, **baixeiro**, **carona**, **arreio** ou **sela**, **cincha**, **pelegos**, **badana**, **sobrecincha**, **mala da capa** e **laço** colocado na garupa do animal” (2006, p. 12, grifo do autor).

A aproximação com diversas povoações possibilitou a formação de um linguajar próprio e específico da profissão tropeiro. Com o caráter social da atividade, esse linguajar não ficou restrito a esses sujeitos, sendo difundido a diferentes povos.

Uma das características do modo de vida tropeira, foi o pouso, pois a distância entre os locais produtores e de venda do gado levava semanas, ou meses para ser completada. Cada dia percorria-se certa quilometragem, o que gerava cansaço nos integrantes da comitiva, havendo no final da jornada a necessidade de realizar uma parada para descanso, visando no dia seguinte possuir condições de seguir viagem. Flores caracterizou o pouso da seguinte forma:

Local onde se pernoita; rancho à beira da trilha que servia para descanso e abrigo dos viajantes. Os roceiros do lugar vendiam milho, farinha de mandioca, linguiça, feijão e queijo para os tropeiros. Logo surgia a venda e várias casas com ferreiro, trançador de couro e artesãos que trabalhavam em madeira. Alguns donos de pousos não cobravam aluguel, a fim de fazer negócios davam mantimentos gratuitos aos tropeiros. Havia regras para uso do pouso: a primeira tropa que chegava, arrumava-se na parte externa do rancho, deixando espaço para outras que viessem. As cargas de cada lote de mulas eram arrumadas perpendicular à cumeira, ficando um corredor entre as cargas de uma e de outra tropa. Depois de terem o suor raspado, as mulas eram soltas no pasto. Os camaradas examinavam os arreios e depois jantavam. Enquanto o sono não vinha, tocavam viola, contavam casos ao pé do fogo (2006, p. 78).

A partir do pouso, muitas cidades e povoados foram sendo formados, pois nesses locais geralmente estabeleceram-se sujeitos que geravam sua subsistência, visando atender as necessidades dos tropeiros: local e instalações para o pouso, alimentação e diferentes utensílios para uso pessoal e profissional.

A arquitetura e a organização espacial das cidades fundadas a partir da atividade tropeira, foram demarcadas por especificidades. Straforini (2001), afirmou que esses núcleos urbanos formaram-se a partir de um pouso ou uma ponte, sendo a estrada ou a rota, o elemento responsável por desencadear seu processo de produção e desenvolvimento. As residências possuíam uma arquitetura simples, instaladas no alto, próximas a uma encosta, ficando os locais baixos destinados a pastagens. Conforme o autor, os espaços também se caracterizaram pela simetria de distância entre os pousos, vilas e cidades no caminho, fator decorrente do tempo percorrido de viagem diariamente.

As cidades formadas próximas de pousos, passos, pontes, registros e barreiras, diferenciaram-se de outros povoados que se desenvolveram a partir de uma igreja. De tal modo, as casas não foram construídas ao redor da matriz, a qual era instalada

posteriormente, “Daí nasce que nesses lugares a rua principal, antiga estrada, passa em frente à matriz, abrindo-se a em largo e continuando em seguida como rua até à ponte” (ALMEIDA, 1993, p. 117).

O tropeirismo também impulsionou a agricultura e a pecuária, promovendo o trabalho e a fixação no campo. Nesse contexto, as fazendas e estâncias criatórias no sul foram essenciais para o estabelecimento de povoados e na expansão das fronteiras da colônia brasileira, ao serem concedidas em forma de sesmarias a grandes proprietários, negociantes e ocupantes de cargos públicos de São Paulo, Santos e Curitiba. Esses sujeitos continuando residindo na área urbana, contratavam mão de obra para trabalhar nas referidas fazendas.

De tal modo, ressaltamos que o tropeirismo sul brasileiro fundou cidades nos atuais estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo. Flores (2006) salientou que as cidades de Campinas, São Carlos, Casa Branca, Franca do Imperador, Lapa, Itu, Lages, Bom Jesus, São Francisco, Lagoa Vermelha, Passo Fundo e Castro tiveram seus desenvolvimentos ligados a pousos de tropeiros.

Influenciando na fundação de cidades, o tropeirismo fez-se presente também nos nomes desses locais, além de nomear rios, morros, serras, etc., localizados nas rotas. No decorrer do Caminho das Missões, do Caminho da Viamão e de outros percursos, muitos “Pousos, passos (vaus<sup>17</sup> de cauda, vaus de orelha), rodeios, rondas, currais e feiras são significantes que constituíram e estratificaram inúmeros topônimos<sup>18</sup> sul-brasileiros” (FILIPAK, 2010, p. 142).

Voltando-se ao Caminho das Missões e a Estrada de Palmas, Moreira (2006) analisou os topônimos dos municípios localizados nessas rotas e constatou que dos 1.788 nomes pesquisados, 201 deles estão relacionados de forma direta ou indireta ao tropeirismo. Para evidenciar a influência dos tropeiros na denominação de acidentes geográficos na Estrada de Palmas, sintetizamos de Moreira (2006), os topônimos relativos ao tropeirismo em Palmas, União da Vitória, São Mateus, São João do Triunfo e Palmeira. Os dados foram expostos no quadro a seguir.

---

<sup>17</sup> Trecho raso do rio que possibilita a passagem a pé ou a cavalo.

<sup>18</sup> Conforme Filipak (2010, p. 142), “A toponomástica (em grego: *tópos* = lugar + *ónoma* = nome) analisa e estuda o significado dos nomes de acidentes geográficos como cidades, lagoas, montanhas, municípios, picos, planícies, praias, vales e vilas”.

**Quadro 1** - Topônimos relativos ao tropeirismo em Palmas, União da Vitória, São Mateus, São João do Triunfo e Palmeira.

Município	Acidente geográfico	Topônimo
Palmas	Córrego	da Boiada Campo Alto da Entrada Lajeado ou da Invernadinha Manchorra ou Veredinha Mundéu do Passo Feio Passo Fundo Passo Liso do Retiro Rodeiozinho
	Ribeirão	Divisa
	Rio	Mangueirinha Passa Três
União da Vitória	Colônia	da Encruzilhada Passo do Iguaçu
	Povoado	Encruzilhada
São Mateus	Povoado	Divisa Estiva Passo do Meio Pontilhão
	Arroio	das Mulas Passo Fundo
	Rio	dos Cochos da Estiva Passinho Passo do Meio do Pontilhão do Vau
São João do Triunfo	Povoado	Guaiaca Rio Baio I Rio Baio II Rio Baio III
	Arroio	das Campinas Guaiaca dos Padilhas Passo do Carlos Passo do Rubens Passo do Silva Quebra-Queixo
	Lagoa	Ferradura
	Rio  Serra	Bainha do Baio da Ponte Torta do Baio

Palmeira	Povoado	Cantagalo Encruzilhada
	Ribeirão	Passo Fundo Tapera
	Rio	Passo Fundo Tibagi Tibaginho

Fonte: Moreira (2006, p. 185-189-190).

Os nomes designados aos referidos acidentes geográficos são termos provenientes do cotidiano tropeiro<sup>19</sup>, estando ligados com espécies e características de animais, locais utilizados como pouso, as peculiaridades de determinados lugares de passagens, ferramentas e arreios.

Ao analisarmos as escolas situadas nos povoados e colônias apontadas no quadro, identificamos a presença de instituições no Rio do Baio, em São João do Triunfo. No ano de 1897, o secretário dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, Antônio Augusto de Carvalho Chaves, ressaltou sobre a instalação de uma escola pública primária masculina no local, a partir da promulgação da lei n. 224 (PARANÁ, 1897a). Em 1907, o professor regente na referida escola foi Manoel Gonçalves Padilha (PARANÁ, 1907b).

Contribuindo na fundação e nomeação dos locais, os tropeiros atuaram como agentes culturais, difundindo costumes e práticas, como a culinária. Desse modo, possibilitaram a difusão de hábitos alimentares e de conservação de alimentos, os quais precisavam ter durabilidade nas viagens, que duravam semanas ou meses e serem nutritivos, oferecendo alta sustância para resistir ao dia de trabalho.

Na organização diária, os alimentos básicos da gastronomia tropeira foi o feijão, arroz, carne, farinha, mandioca, pão e café. Para suplementar esses alimentos essenciais, também estavam inseridos produtos adquiridos no decorrer do caminho. O preparo dos alimentos era realizado pelos homens, mas especificamente, pelo madrinheiro da tropa.

Além dos alimentos, transportavam-se os utensílios para o preparo das refeições: o caldeirão para cozinhar o feijão, a caçarola para o arroz, balde para a água, a chaleira para aquecê-la e preparar o café. O trempe denominava o fogão, o qual em forma de tripé sobre o fogo, aquecia as panelas (MATIAS; MASCARENHAS, 2008).

<sup>19</sup> Como exemplo, citamos o caso da cidade de Cascavel, localizada ao Oeste paranaense. Conforme Filipak "Na sua marcha para o Oeste os tropeiros com suas tropas arreadas estabeleceram junto a um arroio o **Pouso de Cascavel**" (2010, p. 143, grifo do autor). Segundo o autor, os tropeiros ouviram o guizo de uma cobra cascavel enquanto estavam no referido pouso, onde o milho que caía do cocho dos animais atraía ratos e, conseqüentemente, as cobras cascavéis que vinham se alimentar dos ratos. A partir desse fato, conforme a crença popular, o local foi denominado Pouso da Cascavel, nome atribuído posteriormente ao Rio Cascavel e ao Município, criado em 1951.

Em meio ao cotidiano, na primeira refeição pela manhã, o alimento era o arroz com feijão misturado, acompanhado pelo café. No decorrer do dia, durante a viagem, se não realizava parada, o tropeiro alimentava-se da farofa de carne. Após o dia de trabalho, já instalados no pouso, as comidas principais eram o feijão, o arroz, o charque, o pão, a salsicha e o chimarrão. O peão que estava vigiando o gado durante a noite, alimentava-se de pão com charque (MATIAS; MASCARENHAS, 2008).

Os tropeiros que percorriam os caminhos do sul paravam ao meio dia para sestar, ou seja, para descansar e almoçar nas horas mais quentes. Nesse momento, alimentavam-se do feijão com toucinho, conhecido como o feijão tropeiro<sup>20</sup>. Outro prato típico foi o arroz com charque, denominado de charque carreteiro, o qual oferecia sustância no jantar que ocorria no pouso noturno. Essa forma de alimentação, ainda exerce influências<sup>21</sup> na culinária presente nas regiões perpassadas pelos tropeiros, sendo um exemplo, o feijão tropeiro.

No Paraná, os tropeiros tiveram sua alimentação semelhante às refeições dos nativos paranaenses. Um dos alimentos presentes foi a paçoca de carne<sup>22</sup>, inserida no estado já no período de incursões pelos bandeirantes (MATIAS; MASCARENHAS, 2008).

Outra especificidade foram as vestimentas, as quais eram adaptadas aos longos caminhos percorridos sobre lombos de muares, necessitando haver conforto e praticidade. Tendo em vista a hierarquia existente no tropeirismo, Straforini (2001) ressaltou que as vestimentas dos peões, aprendizes e cozinheiros, eram diferentes das roupas usadas pelo dono da tropa, demarcada na necessidade de diferenciá-lo dos outros trabalhadores, do que das exigências da profissão. Assim, as vestimentas do patrão refletiam seus poderes aquisitivos.

Em sua viagem às terras brasileiras entre 1816 e 1831, o artista Jean Baptiste Debret, pintor e desenhista retratou o Brasil em seus aspectos naturais e o cotidiano da colônia<sup>23</sup>. Debret representou também as práticas diárias dos tropeiros, demonstrando

---

<sup>20</sup> Esse prato compõe-se por feijão cozido com toucinho, charque, juntamente com farinha de mandioca ou farinha de milho. O feijão tropeiro hoje é uma das influências dos tropeiros na culinária das regiões influenciadas pela atividade, estando “[...] sempre presente à mesa dos brasileiros das localidades por onde circulavam, assim como nos cardápios de restaurantes que servem a culinária regional” (MATIAS; MASCARENHAS, 2008, p. 6).

<sup>21</sup> A alimentação tropeira originou a “[...] paçoca de carne; o uso da quirera de milho amarelo com carne de porco; [...] o feijão tropeiro; a farofa de ovo; as diversas receitas de bolo de polvilho; o uso da costelinha e da bife de porco no preparo de diversos pratos; a costela de gado assada; o ensopado de carne etc” (MATIAS; MASCARENHAS, 2008, p. 17).

<sup>22</sup> Produzia-se a paçoca de carne “no pilão, com uma mistura de carnes moqueadas, vegetais e grãos” (MATIAS; MASCARENHAS, 2008, p. 9).

<sup>23</sup> “Os desenhistas das expedições científicas do século XIX registraram em gravuras as tropas e os tropeiros do interior do Brasil, que nos permitem estudar costumes, indumentária, o pouso, a travessia e

como o trânsito de tropas era comum nesse período. Na Figura a seguir, é possível observarmos a forma que o artista retratou um peão na Província do Rio Grande, transportando o gado muar.

**Figura 1** - Aquarela de Debret: peão conduzindo tropa muar na Província do Rio Grande.



Fonte: Trindade (1992, p. 47).

Das vestimentas do sujeito retratado por Debret, podemos destacar a bota, a camisa de mangas longas e o chapéu de palha de abas largas. A forma que o artista francês retratou as vestimentas do tropeiro aproxima-se de como Goulart o caracterizou:

Em geral, como se observava em Minas Gerais e em Goiás, traziam à cabeça um chapéu de feltro, quase sempre cinzento, que era a cor preferida, de abas viradas; vestiam camisa e calças marrons, de pano forte, e usavam botas de couro flexível, tão compridas que alcançavam a metade da coxa, embora pudessem ser dobradas, jogada sobre os ombros, uma grande manta de baeta, com uma abertura no centro para enfiar a cabeça (1961, p. 119).

Geralmente, a indumentária possuía essas especificidades, podendo haver algumas diferenciações, decorrentes dos locais e tempo histórico. Segundo Monteiro (2013, p. 41) “[...] o traje mais encontrado era a calça e o paletó de pano grosso, a camisa de mangas longas, os lenços no pescoço, as botas que chegavam até os joelhos, além do chapéu de abas largas”. Para auxiliar na abertura de caminhos, ou decorrentes

---

tipos de arreios. Os desenhistas Hercules Florence, Jean Baptiste Debret e Johan Moritz Rugendas documentaram em gravuras o tropeirismo. O príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied, além das narrativas de viagem, elaborou algumas gravuras sobre o tropeirismo” (FLORES, 2006, p. 52).

necessidades, os tropeiros também levavam “[...] o facão sorocabano, largo e de ponta curvada que estava, frequentemente, enfiado na bota” (MONTEIRO, 2013, p. 42).

Essas vestimentas buscaram oferecer melhores condições para o sujeito desempenhar seu trabalho, pois ao perpassar por diferentes tipos de vegetações e climas, tal indumentária atendia as necessidades da profissão, protegendo o tropeiro em diferentes situações.

A religiosidade também acompanhou as comitivas nos momentos de pedidos e agradecimentos, ao sair em marcha, na finalização de uma tropeada e entrega do gado. Segundo Monteiro (2013), a religiosidade adquiriu especificidades populares, distinguindo-se em certos aspectos das práticas oficiais da religião pregada na igreja, revelando-se como elemento cultural.

A manifestação de crenças e costumes materializaram-se em capelinhas, orações e rituais, presente nas orações em pedidos de proteção, quando o peão adentrava em caminhos na busca de animais perdidos, ou quando a comitiva deparava-se com um temporal perigoso. Conforme ressaltou Almeida, o tropeiro foi precursor de uma religiosidade de contemplação da natureza e de pedidos em momentos de necessidades.

Os tropeiros dividem com os marinheiros e os monçoeiros e outros remeiros de nossos grandes rios o espírito religioso que provém da contemplação direta da natureza, sem a distração das cidades bulhentas, nas horas compridas de viagem, nas noites estreladas, bem como nas necessidades da oração nos momentos difíceis, requerendo bonança na tempestade desaçaimada, chuva nas ardentias prolongadas, remédio nas doenças, salvação nas passagens difíceis dos rios sem ponte ou nos precipícios das serranias. O companheiro morto ao longe não ficava só: a cruz do caminho abria-lhe os braços sobre a sepultura (ALMEIDA, 1993, p. 209).

A concretização dessa religiosidade popular também foi representada por meio da Festa do Divino, caracterizada como a principal festa associada à atividade, integrando pessoas e espaços. De certa forma, as andanças reproduziam o tropeirismo, com os pernoites e com o Pouso do Divino, onde ocorriam as comemorações, até o momento do descanso (MONTEIRO, 2013).

Do mesmo modo, as crenças apresentaram-se nos saberes e costumes voltados para a cura dos animais e de humanos, caracterizando uma medicina campeira, baseada principalmente em produtos naturais. A utilização de chás foi decorrente: da erva-cidreira, agrião, camomila, marcela, malva, eucalipto, pata de vaca, erva de bicho, entre outras.

Demais produtos também eram usados, como a aguardente que era transportada em pequenos barris de madeira ou em vasilhas, as quais eram feitas artesanalmente do

chifre de gado. Flores ressaltou práticas realizadas diretamente no corpo do animal em caso de enfermidade, como deixá-lo dentro da água e cortar a ponta da orelha. Eram comuns também alguns ritos, havendo “[...] uma série de atitudes, gestos, amuletos, benzeduras, ou orações que servem para proteger alguém ou um animal de doença, inveja ou maldade” (2006, p. 45).

As benzeduras materializadas em forma de oração são consideradas como uma tradição familiar, passada de modo hereditário. Eram utilizadas para curar machucados, mordidas de insetos, afogamentos, quebranto, entre outros. As simpatias não envolviam orações e não possuíam o caráter restrito para serem ensinadas, como as benzeduras. Destacamos as simpatias realizadas para preservar o bem estar dos animais: contra patologias, após a castração, etc. Havia simpatias também para encontrar objetos e gado perdido (ABREU, 2004).

Essas práticas visavam evitar patologias e acidentes com o gado, o qual seria comercializado e precisava estar em bom estado de saúde, ou nos sujeitos, que poderiam apresentar enfermidades, machucados ou mordidas de animais. Nesse contexto, a religiosidade, a medicina campeira, as benzeduras e as simpatias, baseadas em crenças e práticas diversas, foram utilizadas como solução.

Nos pousos também havia momentos dedicados à distração, com a contação de histórias e entoação musical. Na cultura tropeira formou-se um folclore, composto por mitos e histórias vivenciadas ou imaginárias, contadas oralmente e que remetiam às práticas realizadas, aos locais de repouso e nas relações sociais estabelecidas. Tais histórias poderiam ser contadas em meio às viagens ou nos pousos à noite, acompanhadas pelo chimarrão e pela música.

Já as músicas eram uma forma de descontração nos pousos, sendo entoadas como “[...] uma forma de ‘causo’ cantada, nos quais os tropeiros narravam, por meio de versos, as suas aventuras passadas ou imaginadas” (MONTEIRO, 2013, p. 45). Nas canções estiveram presentes os causos e as experiências relacionadas com o trabalho, demonstrando assim, como a vida de viajante propiciava momentos de emoção, alegrias e desafios e, os tropeiros sentiam a necessidade de registrar tais fatos, sendo narrando por meio da literatura oral, ou por composições musicais.

Dessa forma, estando integrado atualmente na cultura sulina e brasileira em geral, as práticas da vida tropeira materializaram-se na fundação e no nome de cidades, na organização espacial e geográfica do território, na culinária, nos saberes, na música, na linguagem. Esses costumes e práticas se difundiram, das quais certos hábitos,

costumes e saberes, foram relegados e outros, incorporados e praticados, estando ainda presentes na realidade dos sujeitos que vivem nas áreas de influência da atividade.

### **1.3 O Tropeirismo no Paraná**

Em meio aos locais criatórios e de destino do gado, foram os campos de invernagem que possibilitaram o descanso e a engorda das tropas de animais. Com as grandes distâncias percorridas, o gado perdia peso, decorrentes do cansaço e da fome, o que não era favorável para as negociações. Nesses campos, os animais recuperavam-se da viagem e adquiriam melhores condições para serem vendidos.

Os campos do atual Estado do Paraná foram os primeiros centros criatórios instalados no extremo sul da colônia, visando abastecer os mercados do norte. Formados em fins do século XVII e início do XVIII, os Campos de Curitiba e os Campos Gerais integravam ainda a Capitania de São Paulo e, posteriormente, a Província paulista, até a emancipação do Paraná, em 1853. Esses campos integraram a maior área de pastagem paranaense, conforme ressaltou Trindade,

No Estado do Paraná, a maior área campestre é conhecida como Campos Gerais. Fica a nordeste do Estado e estende-se desde o rio Itararé limite com o Estado de São Paulo, até a oeste da cidade de Curitiba. Numa linha descendente, esses campos são limitados, na extremidade norte, pelo município de Sengés, e, na extremidade sul, pelo de Palmeira. Os Campos de Curitiba, a leste dos Gerais, avizinham-se desses através das regiões de Campo Largo e São Luís do Purunã, e seguem na direção sul, estendendo-se pelos municípios da Lapa e Campo do Tenente. Toda essa sequência de campos está separada dos campos do oeste paranaense pela porção da Serra Geral, denominada Serra da Esperança (1992, p. 17).

As respectivas terras foram cedidas no sistema de sesmaria, com a propriedade padrão de 3 léguas de quadra, pelo governo a quem possuísse bens em animais, escravos ou dinheiro. A localização demarcada entre os rios Iguaçu e Itararé, os pastos e as abundantes fontes aquíferas propiciaram a região dos Campos Gerais ser o maior polo na produção pecuária paranaense. O destaque também decorreu da maior extensão do território, em detrimento dos campos vinculados à vila curitibana e a localização próxima do caminho de Curitiba até São Paulo (TRINDADE, 1992).

O tropeirismo nos Campos Gerais possibilitou o ciclo econômico pecuário e pastoril entre 1731 a 1897, com o comércio de muares, cavalares e vacuns, criados na Colônia do Sacramento, no Rio Grande ou na Argentina, nas Províncias de Corrientes e Entre Rios, os quais prosseguiram ao norte brasileiro. Nesse período, os referidos

campos possibilitaram a invernagem aos animais durante 4 ou 5 meses, para que posteriormente, fossem vendidos na Feira de Sorocaba (FILIPAK, 2004).

Os Campos de Guarapuava foram outras áreas destinadas à pecuária no atual território do Paraná. A ocupação efetiva ocorreu em 1810, com a Real Expedição da Conquista de Guarapuava, organizada por Diogo Pinto de Azevedo Portugal. Com a abertura do Caminho das Missões, os campos adquiriram maior importância.

A partir de 1836, estando em meio ao Caminho das Missões, os Campos de Palmas ao Sudoeste do atual território paranaense, também adentraram no sistema tropeiro, sendo ocupados por José Ferreira dos Santos e Pedro Siqueira Cortes, conforme demonstrado no próximo capítulo.

De tal modo, ambas as áreas foram muito importantes para a manutenção do tropeirismo, pois ofereceram alimentação, pouso, descanso e recuperação do gado que perpassava meses em trânsito. Os animais precisavam estar em boas condições para o trabalho ou, tratando-se do gado *vacum*, para ir ao abate.

A necessidade da existência desses espaços culminou em constantes solicitações para que no final do trajeto das tropas e próximo de matadouros, houvesse campos destinados ao descanso e a recuperação dos animais. Os locais podiam ser terras de uso comum e áreas já ocupadas, sendo cedidas pelos seus proprietários. No nível provincial, leis e códigos municipais reconheceram e ressaltaram a existência de campos de uso comum, os quais poderiam servir de descanso e alimentação ao gado, tanto ao que estava em trânsito, quanto aos animais que já haviam chegado ao seu destino (CAMPOS, 2004).

Com a expressiva importância do tropeirismo, a Coroa Portuguesa chancelou o Alvará do Regimento do Governo Imperial<sup>24</sup>, datado de 22 de janeiro de 1810. Servindo

---

<sup>24</sup> Os principais itens relativos aos locais de descanso e engorda do gado dispostos no Alvará foram:

15. E por quanto à falta de pastagens, que sofrem os gados, que são conduzidos para esta capital os atormenta de modo, que quando são cortados nos açougues estão inadequados de servir de alimento, hei por bem que o Provedor Mor fique competindo o conhecimento, e jurisdição necessária para designar pastagens nos sítios por onde passam as boiadas, nos quais haverá de descansar os gados, e refazer-se até serem conduzidos aos matadouros da cidade.

16. Para verificar-se esta útil providência procurará o Provedor Mor as instruções necessárias das Câmaras dos distritos, e os comandantes deles, e com sua audiência estabelecerá em distâncias proporcionados terrenos para descanso e pastagens dos gados, que se conduzem para o abastecimento desta Capital tanto nesta Província, como nas Capitânias vizinhas de onde eles costumam descer.

17. Se estes terrenos forem devolutos, serão demarcados ficando com o tamanho de meia légua em quadro cada um deles e pertencerão aos Concelhos respectivos, que os conservarão para o uso dos passageiros, e pastagens dos gados, sem que em tempo algum se possam aforar, arrendar, vender, ou por qualquer maneira alienar ou dar de sesmaria...

18. E sendo particulares se lhes pagará pelo Cofre da Saúde a renda que se arbitrar por louvados e notando-se neste caso os que menos prejuízos causarem ao proprietário evitando-se com mesmo cuidado, que se não cortem por este meio as grandes fazendas, para se não inutilizarem assim, preferindo-se sempre os baldios, ainda em alguma distância, e devendo haver no valor do arrendamento toda a

para toda a colônia, foi decretado pelo príncipe regente e buscou solucionar a questão de pastagens comuns ao gado, nos centros de consumo e abate.

A promulgação da legislação impactou no descanso dos animais, no cotidiano dos tropeiros e dos sujeitos residentes próximos a esses lugares. Nesse sentido, a atividade do repouso caracterizava-se como uma necessidade para a recuperação dos animais e à manutenção desta produção. De tal modo, citando Thompson, podemos afirmar que a lei “[...] estava profundamente imbricada na própria base das relações de produção, que teriam sido inoperantes sem ela” (1997, p. 352).

Sobre a legislação, o autor avançou da concepção da lei somente como um elemento da superestrutura. Em suas palavras:

[...] a lei em ambos os aspectos, isto é, enquanto regras e procedimentos formais e como ideologia, não pode ser proveitosamente analisada nos termos metafóricos de uma superestrutura distinta de uma infra-estrutura. Embora isso abarque uma grande parcela evidente da verdade, as regras e categorias jurídicas penetram em todos os níveis da sociedade, efetuam definições verticais e horizontais dos direitos e *status* dos homens e contribuem para a autodefinição ou sendo de identidade dos homens. Como tal, a lei não foi apenas imposta de cima *sobre* os homens: tem sido um meio onde outros conflitos sociais têm se travado (1997, p. 358, grifo do autor).

Na concepção de Thompson, a lei não pode ser concebida como um espaço de consenso, mas de conflito, pois possui características próprias, sua história e lógica de desenvolvimento independente.

Integrando-se com a oferta de campos ao tropeirismo, o atual Estado paranaense foi perpassado por caminhos. Wachowicz (2001) ressaltou que os primeiros caminhos existentes no território surgiram com os povos indígenas, foram utilizados pelos bandeirantes e aproveitados para a passagem de tropas de gado.

Filipak (2004) destacou que o tropeirismo no Paraná constituiu-se em duas fases, decorrentes nos séculos XVIII e XIX. A primeira fase abrangeu o recorte de 1731 até 1845, quando o Paraná integrava a 5ª Comarca de São Paulo. O tropeiro paranaense foi denominado de paulista-curitibano, paulista do sul e paulista dos Campos Gerais de Curitiba. Nesse período, o território destacou-se com a invernagem do gado nos Campos Gerais.

O segundo período, de 1845 até 1897, compreendeu a abertura do Caminho das Missões, em 1845 e a última Feira de Sorocaba, em 1897. Nesse período, as cidades de

---

consideração ao dano e prejuízo de seu dono, a ser forçado...” (RIO DE JANEIRO, 1810 apud CAMPOS, 2004, p. 304-305).

Ponta Grossa, Guarapuava e Palmas integraram-se na rota tropeira que passou ao oeste do território sulino. O segundo momento foi marcado pela presença dos tropeiros barões, membros da aristocracia paranaense, que além de grandes pecuaristas, exerciam influência política (FILIPAK, 2004).

O território do Paraná, independentemente de sua condição, sendo parte da Capitania de São Paulo e posteriormente, integrando a Província paulista, ou em 1853, com a emancipação da Província, esteve durante todo o ciclo do grande tropeirismo envolvido com as atividades. Perpassado pelos caminhos, se inseriu na produção agropastoril que contribuiu em sua economia e na fundação de povoados e cidades.

Foram essas as condições materiais e as ações reais que os indivíduos envolvidos com o tropeirismo empreenderam para a vigência da atividade no território paranaense. Desse modo, conforme Marx e Engels (2009) é essencial considerar os indivíduos reais e suas condições materiais de vida, priorizando a conjuntura que os sujeitos encontraram e a que eles produziram, por meio de suas ações realizadas em um contexto histórico e social determinado.

A compreensão da estrutura agropastoril e tropeira paranaense evidenciaram as contradições e mediações do movimento, determinações que contribuíram em sua emergência no século XVIII, até a sua decadência, com a introdução do trem. Assim, não parte-se de pressupostos arbitrários, mas de pressupostos reais.

Conforme evidenciamos no próximo capítulo, na região da Estrada de Palmas, a subsistência e o modo de vida dos sujeitos baseou-se, em primeiro momento, na exploração intensa dos recursos naturais e humanos, em uma estrutura latifundiária, escravocrata e agropastoril. Havendo o predomínio de novas formas de trabalho, sustentado por outras matérias primas, tal estrutura foi dinamizada e registrou-se ascensão demográfica. Tais transformações foram condicionantes na política de escolarização na região.

## **CAPÍTULO 2**

### **A ESTRADA DE PALMAS E SUA INFLUÊNCIA NA ESTRUTURA ECONÔMICA E SOCIAL**

Neste capítulo as discussões abordam a Estrada de Palmas, desde a sua ascensão na década de 1840, na condição de uma ramificação do Caminho das Missões até a sua decadência, como palco ao tropeirismo. Para tal, o capítulo busca explicitar as contribuições do caminho na dinamização do desenvolvimento regional, sendo dividido em 5 tópicos.

No primeiro, salientamos os condicionantes que contribuíram na abertura da Estrada de Palmas, sua importância e declínio no século XX, a partir da introdução da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande do Sul. No segundo item, abordamos o povoamento da região, formado inicialmente por indígenas e colonizadores; posteriormente houve a organização em grandes latifúndios, com a presença de trabalhadores escravizados e brasileiros; e a partir de 1870 e, sobretudo na década de 1890, os colonos imigrantes adentraram no território.

As questões econômicas foram discutidas no terceiro tópico, pois com a maior densidade demográfica, houve a inserção de novas formas de trabalho no local. No quarto item, ressaltamos sobre os aspectos históricos e sociais dos municípios que integraram o caminho e no último, tecemos algumas considerações.

#### **2.1 Estrada de Palmas: Uma Ramificação do Caminho das Missões**

A Estrada de Palmas constituiu-se como uma variante do Caminho das Missões, a qual recebeu este nome por seu destino ser as antigas Missões dos Sete Povos no Noroeste do Rio Grande do Sul. Do mesmo modo, esse grande caminho do tropeirismo sul-brasileiro foi denominado de Estrada ou Caminho de Palmas, por atravessar os Campos de Palmas.

No tocante a ramificação Estrada de Palmas-Palmeira, seu início envolveu o bandeirante Pedro Siqueira Cortes, quando descobriu no dia 12 de abril de 1842, um vau no Rio Iguaçu, em União da Vitória e prosseguindo caminho, chegou em Palmeira, no dia 07 de maio (WACHOWICZ, 1987). Podemos observar o referido caminho e as atuais cidades que integram seu percurso no mapa abaixo.

**Mapa 2 - Estrada de Palmas.**



Fonte: Moreira (2006, p. 56).

Organizado juntamente com 7 pessoas, Siqueira Cortes partiu de Palmas e em 8 léguas acima do Iguazu, encontrou o vau, onde posteriormente foi denominado de Porto da União. Em 1846, essa picada foi aproveitada para a abertura da estrada definitiva até Palmeira. Estabelecendo uma nova ligação dos Campos de Palmas, além da rota por Guarapuava, o caminho foi um traçado mais curto que diminuiu distância aos tropeiros em mais de 20 léguas (RIBAS, 2017).

Constituindo-se como uma alternativa para a comercialização do gado e demais produções, facilitando a importação do sal aos campos, na década de 1850 e 1860, a via foi de grande valia para a existência da sociedade palmense. Tal importância foi decorrente de uma problemática de localização que emergiu na freguesia, quando o Caminho das Missões distanciou-se da sede do povoado. Segundo ressaltou Wachowicz,

Acontece porém que, para encurtar o trajeto em direção a Guarapuava, a Estrada das Missões teve que desviar a localidade de Palmas cerca de 37 quilômetros em direção ao poente, ficando a nova povoação fora do trajeto. Os negociantes e tropeiros, que necessariamente entravam em Palmas para descanso e abastecimento, acrescentavam mais de 70 quilômetros no seu percurso (1987, p. 46).

Para resolução, os interessados, sendo os tropeiros e comerciantes, objetivaram transferir a sede para um local mais próximo do Caminho das Missões. Contudo, a mudança não propiciaria vantagens aos pecuaristas, pois o local era ótimo para a

atividade pecuária. Os decorrentes interesses dos tropeiros e comerciantes, em oposição aos dos fazendeiros, promoveu inseguranças e atrasou o progresso da freguesia.

Após expedição, o Tenente Coronel de Engenheiros, Henrique de Beaurepaire Rohan, elaborou em 31 de dezembro de 1854, ao Presidente da Província Zacarias de Góis e Vasconcellos, um relatório sobre as estradas e a situação do local. Analisando alternativas para estabelecer o contato do povoado com outras regiões, afirmou:

Não é de tão fácil resolução, como à primeira vista se poderia pensar, a questão relativa à estrada de Palmas. Esse território é ainda pouco conhecido; suas matas estão quase intactas; seus acidentes topográficos mal estudados, o que não é de espantar, porque sua existência moral data apenas do ano de 1839, em que duas companhias de capitalistas se incorporaram para fazer entre si a distribuição daqueles campos. De então para cá, o único trabalho de alguma importância que se executou foi, em 1846, a picada que abriu o cidadão Francisco Ferreira da Rocha Loures, para estabelecer a comunicação entre esse território e o de Missões (PARANÁ, 1855b, p. 135).

Rohan ressaltou que muitas eram as sugestões sobre em qual local seria fixada a povoação. Sobre a escolha da melhor direção das rotas para ligar Palmas com o Caminho das Missões, o engenheiro salientou o cuidado, por envolver uma importante atividade econômica naquele momento, “No estado atual da nossa indústria, é o comércio das tropas uma necessidade de que não se pode prescindir. Convém, portanto, protegê-lo, facilitando não só um trânsito cômodo, como também pastagens em lugares apropriados” (PARANÁ, 1855b, p. 137).

Nesse sentido, a lei provincial n.º 22, de 28 de fevereiro de 1855, determinou a mudança do povoado para um local próximo do Caminho das Missões. Com essa regulamentação, o anseio dos fazendeiros em construir suas moradias próximas à capela central da vila foi desestimulado, pois poderiam perder seus investimentos. A partir de meados da década de 1850, moradores, capatazes e comerciantes começaram a abandonar a vila. Em 1861, outra lei foi chancelada, afirmando que a sede de Palmas deveria ser fixada às margens do rio Chapecó, no entanto, também não apresentou efeito (WACHOWICZ, 1987).

Alguns comerciantes migraram para Bela Vista de Palmas, atual Clevelândia. Contribuindo para o desenvolvimento dessa cidade, Palmas permaneceu no mesmo local. A figura a seguir, datada de 1919, ilustrou a sede da cidade, na qual podemos observar ao centro a praça e a Catedral:

**Figura 2** - Vista parcial de Palmas em 1919.



**Fonte:** Disponível em: <https://pmp.pr.gov.br/website/sobre.php>. Acesso em: 27 mai. 2020.

Permanecendo na mesma localização, a problemática da comunicação com outros povoados ainda permeou a realidade palmense. Para o abastecimento de mercadorias e do sal ao gado, utilizou-se a rota de Antonina até Palmas, passando por Curitiba, Ponta Grossa e Guarapuava. Por esse mesmo trecho percorreu o gado com destino aos centros comercializadores e consumidores, como em Ponta Grossa, Curitiba e Sorocaba. Tal trajeto, tanto para o trânsito de mercadorias e do sal, quanto para escoar o gado era longo e cansativo.

Nesse contexto, emergiu a importância da Estrada de Palmas. A rota foi uma alternativa para a povoação, ao comércio e para aproximar os campos da costa litorânea e da capital da Província, a qual mantendo maior contato com a região pode assegurar sua posse durante o século XIX.

Em 1869, o Presidente Antônio Augusto da Fonseca, informando sobre os gastos com reparos da abertura da Estrada de Palmas, salientou que a tesouraria provincial informou que a rota não era necessária, tendo em vista a existência da via por Guarapuava. Fonseca contestou tal opinião, “São tão remotos da capital os campos de Palmas, e tão próximos à fronteira, que convém procurar abreviar o caminho que conduz a eles o quanto for possível: ora a estrada pela Palmeira abrevia indubitavelmente muito sobre a que passa em Guarapuava” (PARANÁ, 1869, p. 23).

Outra razão da importância do caminho era manter a região dos campos pertencentes à Província paranaense, já que Santa Catarina também possuía interesse na área. Uma das alternativas apontadas pelo Presidente para aumentar o tráfego na estrada era “[...] criar uma freguesia no Porto da União, onde me consta haver já um núcleo de povoação. Tal freguesia ficaria pertencendo a da Palmeira, que está em circunstâncias de ser elevada à vila” (PARANÁ, 1869, p. 23).

Na década de 1880, o Major Bacharel Carlos Eugenio de Andrade Guimarães, chefe da comissão de engenheiros militares responsável pela abertura da estrada, enviou um relatório da situação dos trabalhos ao Presidente provincial, Joaquim de Almeida Faria Sobrinho. Guimarães afirmou que o apoio do governo provincial seria indispensável para a realização das obras, tendo em vista as dificuldades existentes.

Esses trabalhos vieram demonstrar cabalmente a exequibilidade de uma obra que a muitos moradores destas localidades se afigurava impossível, do que alguns já se mostram convencidos dando preferência para o trânsito de cargueiros as picadas das explorações e abandonando a estrada velha. Entretanto, os trabalhos definitivos não serão escoimados de dificuldades e algumas bem sérias, porém hoje em dia, a engenharia não conhece outras dificuldades senão as que provêm da falta de recursos para execução das obras que lhe são propostas, e a que foi confiada a esta comissão será uma realidade se o governo geral não faltar-lhe com o seu apoio (PARANÁ, 1886b, p. 79).

Ressaltamos as dificuldades que o empreendimento perpassaria, no entanto, para ligar Palmas às demais localidades e assegurar a integração do território ao Paraná, análises, estudos e verbas provinciais foram direcionadas aos caminhos que ligavam os campos as principais cidades paranaenses da época.

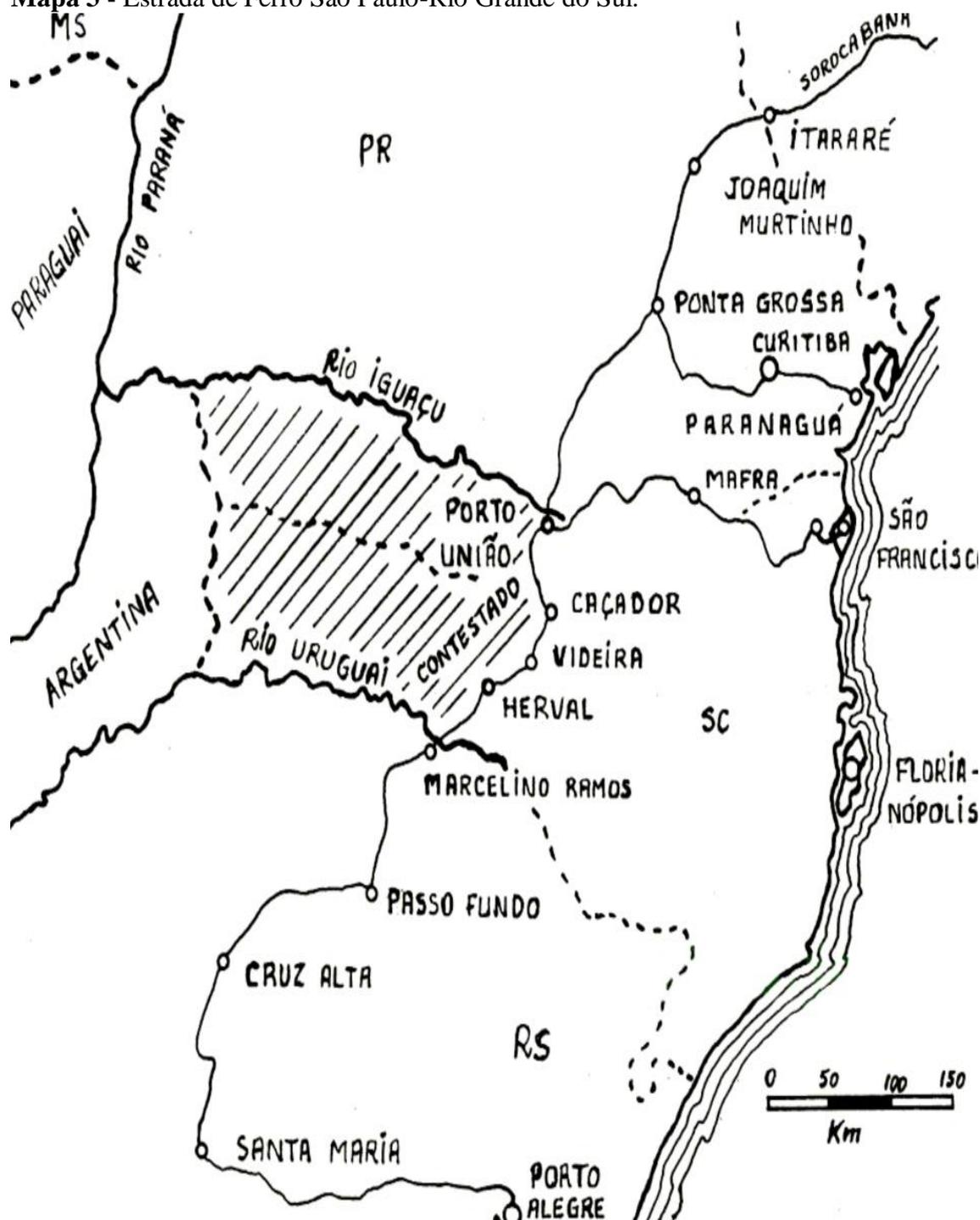
Na década de 1890, o Engenheiro Civil Cândido Ferreira de Abreu, secretário de Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização, relatou as principais ações realizadas na abertura da rota. Foi destacada a presença do trabalho indígena na concretização das obras e a necessidade de caminhos para viabilizar o trânsito de carroças, em 1887 e 1888 (PARANÁ, 1897b). Percebemos que nesse momento, outros modos de condução estavam desenvolvendo-se, não havendo somente o trânsito de gado, mas também a necessidade de transporte a partir de outros veículos.

Em relatório de 1904, o Secretário de Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização, Arthur Pedreira de Cerqueira ressaltou os trabalhos dos colonos na concretização da estrada, os quais “[...] receberam quitação de seus débitos para com o Estado, provenientes dos lotes que ocupam” (PARANÁ, 1904b, p. 19).

Desse modo, a decadência da Estrada de Palmas como rota ao tropeirismo foi condicionada pela introdução da ferrovia e pelo fim das Feiras de Muales de Sorocaba, em 1897. Com relação ao trem, a via férrea adentrou na região em 1905, com a construção da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande do Sul, sendo concluída em dezembro de 1910.

A construção foi dividida na Linha Norte, que partia de Ponta Grossa (PR) até São Paulo (SP) e Linha Sul, partindo de Ponta Grossa, até às margens do rio Uruguai. A Linha Sul atravessou a cidade de Porto da União da Vitória em 1905, com a inauguração da estação ferroviária da cidade. O Mapa 3 demonstrou o percurso que os trilhos foram construídos.

Mapa 3 - Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande do Sul.



Fonte: Disponível em: <http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias/Estrada-de-Ferro-Sao-Paulo-Rio-Grande/mapa-e-cronologia-da-EFSPRG.shtml>. Acesso em: 06 jul. 2019.

Evidenciamos que a Linha Férrea São Paulo-Rio Grande do Sul, modificou os aspectos econômicos e sociais das regiões pelas quais passou e inseriu novas formas de trabalho, extinguindo outras. A Figura abaixo ilustrou essa realidade datada provavelmente de 1912, marcada pelo transporte do gado originário dos campos de Palmas, até União da Vitória, onde os animais embarcavam no trem.

**Figura 3** - Gado vacum em embarque nos trens da Linha São Paulo-Rio Grande do Sul.



**Fonte:** Disponível em: <http://paulodafigaro.blogspot.com/2014/11/porto-uniao-da-vitoria-sob-o-olhar-de.html>. Acesso em: 20 abr. 2019.

Dessa forma, com a exploração dos recursos naturais na região, principalmente da madeira e da erva-mate, a estrada adquiriu maior importância, pois ligaram povoados e serviu como canal para exportar mercadorias. Com o maior fluxo populacional e a inserção de outras formas de trabalho, a rota necessitou de reparos, possibilitando o trânsito de veículos e não só de gado, como era na produção agropastoril.

## **2.2 O Povoamento da Estrada de Palmas**

Sendo terras habitadas pelos nativos, a região encontrava-se despovoada de colonizadores, sujeitos que de forma intensa exploraram os recursos naturais e humanos disponíveis. Dessa forma, destacamos as práticas nocivas do tropeirismo e da produção agropastoril: a expulsão e dizimação dos indígenas, a difusão do trabalho escravo, a concentração de grandes latifúndios e a degradação das pastagens naturais.

Voltando-se a conjuntura social da Estrada de Palmas, no recorte temporal de 1854 até 1916, os municípios de Palmeira, Palmas, São João do Triunfo, União da Vitória, São Mateus e São Pedro de Mallet integraram o percurso. Esses locais apresentaram povoamento em ascensão, pois ao comparar os dados dos recenseamentos de 1872, 1890 e 1900, observamos crescimento demográfico. Os quadros a seguir, revelam o desenvolvimento e a distribuição populacional nas localidades.

**Quadro 2** - Número da população das localidades indicadas abaixo em 1872.

Local	População livre			População escravizada			Total
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	
Palmas	1.612	1.416	3.028	118	115	273	3.301
São João do Triunfo	615	552	1.167	11	4	15	1.182
Palmeira	2.233	2.269	4.502	311	303	614	5.116

Fonte: BRASIL, 1872. Dados organizados pela autora.

**Quadro 3** - Número da população das localidades indicadas abaixo em 1890.

Local	Homens	Mulheres	Total
Palmas	3.857	3.211	7.068
União da Vitória	1.491	1.042	2.533
São João do Triunfo	3.009	2.780	5.789
Palmeira	4.085	4.104	8.189

Fonte: BRASIL, 1898. Dados organizados pela autora.

**Quadro 4** - Número da população das localidades indicadas abaixo em 1900.

Local	Homens	Mulheres	Total
Palmas	4.604	3.899	8.503
União da Vitória	1.425	1.229	2.654
São João do Triunfo	5.664	5.005	10.669
Palmeira	5.225	4.880	10.105

Fonte: BRASIL, 1905. Dados organizados pela autora.

O povoamento no percurso da Estrada de Palmas foi gradual, envolveu sujeitos de diferentes grupos étnicos e classes sociais. Conforme exposto, a população escravizada integrou os núcleos populacionais de Palmas, Palmeira e São João do Triunfo, concentrando-se o maior número em Palmeira.

No primeiro momento, os povoadores foram os nativos. Para tal, somente a partir da expulsão e do extermínio de grande quantidade de indígenas é que a sociedade pastoril foi difundida na região. A pacificação ocorreu por duas vias: com a utilização das forças militares e das reduções.

Nesse tocante, o reduto do Atalaia, instalado em Guarapuava, foi importante para o processo de expansão da atividade agropastoril na região. O aldeamento iniciou em 1812 e até 1827, o padre Francisco das Chagas Lima, catequizou os caingangues chefiados pelo cacique Gacon. O comandante da Real Expedição de Conquista e

Povoamento dos Campos de Guarapuava, Diego Pinto de Azevedo Portugal também auxiliou nos trabalhos.

O aldeamento demonstrou declínio quando o governo paulista, em 1817, ordenou o recolhimento de alguns participantes da Expedição, visando transferi-los próximos aos Campos Gerais e Curitiba. Alguns soldados permaneceram em Atalaia e em 1819, essa população foi residir na Freguesia de Nossa Senhora de Belém de Guarapuava.

Com a migração dos soldados para o novo reduto, os indígenas de Atalaia ficaram vulneráveis aos ataques de tribos inimigas, o qual ocorreu em 1825, quando cerca de 200 indígenas rivais oriundos do sertão queimaram as dependências da organização e mataram o cacique Gacon (WACHOWICZ, 2001).

No ano de 1828, os indígenas restantes da organização de Gacon migraram aos campos de Palmas e, posteriormente, ao Rio Grande do Sul, onde não permaneceram, retornando e fixando-se em Palmas. Nesse sentido, o aldeamento em Atalaia auxiliou na expansão da estrutura pastoril em outras regiões e na formação de novas reduções, como nos campos palmenses.

Com a chegada dos colonizadores, a partir de 1839, em troca de benefícios à sua tribo, o cacique Viri comprometeu-se em defender as bandeiras colonizadoras em eventuais ataques de inimigos. Não compartilhando desse ideal, o cacique Vaiton, propôs a ele dizimar os ocupantes dos campos, porém mantendo seu posicionamento, a proposta foi recusada. Sem o apoio, Vaiton organizou um ataque contra Viri, havendo mortes e a derrota da tribo de Vaiton (WACHOWICZ, 2001, p. 23).

Frente a essa postura e demais auxílios, o cacique Viri recebeu o título honorífico de capitão e uma gratificação mensal do governo provincial por seus trabalhos. O cacique Vitorino Condá também colaborou e prestou grandes trabalhos, auxiliando em tarefas como guia e mão de obra.

Segundo ressaltou Takatuzi (2005), no ano de 1856, havia 250 nativos nos aldeamentos de Guarapuava e Palmas, número que frente aos 10 mil não catequizados no Paraná, revelou que as reduções não obtiveram os resultados esperados na civilização dos indígenas. No entanto, a política de aldeamento na região foi importante na fixação da tradicional sociedade campeira nas áreas de campos.

Nesse sentido, a expansão da atividade agropastoril trouxe consequências graves para esses povos, como o extermínio, a partir da pacificação, do aprisionamento, das guerras interculturais e intertribais, da escravização e de epidemias, fatores que impactaram na vida e nos costumes indígenas.

Utilizando dos conhecimentos desses povos, os primeiros pecuaristas residentes nos campos de Palmas vieram a partir de duas bandeiras, entre 1836 a 1840. Uma das organizações foi liderada por Pedro Siqueira Cortes e outra por José Ferreira dos Santos, os quais receberam a demarcação de suas terras em 1841.

Na fundação da cidade de Palmeira os maiores envolvidos foram Manoel José de Araújo e sua esposa Dona Anna Maria da Conceição de Sá. O casal recebeu por meio de sesmária, a propriedade denominada de Fazenda Palmeira. Manoel José de Araújo doou em 1819, uma pequena parte dessa fazenda para a construção de uma nova capela, local que posteriormente, serviu também de base para a fundação da cidade (VISNIESKI, 2014).

Nessas sociedades, os burgueses que obtiveram os poderes aquisitivos e grandes latifúndios foram do mesmo modo, dominantes na política, exercendo diferentes cargos em nível municipal e provincial, além dos títulos de nobreza e cargos públicos. Assim, a hegemonia dos proprietários latifundiários, de certo modo, se reproduziu na política paranaense.

Tendo em vista a estrutura escravista, os fazendeiros latifundiários possuíam inúmeros trabalhadores escravizados que atuaram como domadores, capatazes e peões de tropas, sobretudo os instalados nos Campos Gerais. Contudo, as relações de trabalhos estabelecidas pelos cativos com os senhores donos das terras e do gado, gerou uma complexidade, pois estes atuaram no interior das fazendas ou fora delas, conduzindo tropas (NOVACKI, 2000).

O sistema escravista reproduziu-se também na estrutura econômica da nova sociedade de Palmas. Conforme Machado houve maior predominância do sexo masculino, já que o trabalho nas áreas pastoris dependeu em grande parte da força física. No entanto, os cativos não se limitaram a essas atividades, realizando diferentes funções, pois atuaram como “[...] campeiro, lavadeira, cozinheiro, cozinheira, roceiro, lavrador, costureira, sapateiro, doméstica, doméstico, lenheiro, tropeiro, mocamba (mucama), pedreiro, domador e arreieiro” (2015, p. 137).

Essas atividades exercidas pelos trabalhadores escravizados revelaram não só sua presença na produção agropastoril, mas sua atuação como condicionante na manutenção da sociedade pastoril e da organização social. Para tal, exerceram práticas diretas com a realidade campeira, ou trabalhos domésticos e subsidiários.

Outra influência na formação populacional da região foi dos imigrantes instalados no território a partir de meados do século XIX e início do XX. Alguns

condicionantes da realidade provincial foram essenciais para legitimar o desenvolvimento de tais iniciativas.

A necessidade de povoar e desenvolver novas economias no território, que até então possuía grandes extensões de terras e sem moradores fixos, a industrialização no contexto europeu no século XIX e a concepção imperial, de tornar o Brasil uma nação composta pela população branca, foram fatores que intensificaram o desenvolvimento das políticas de imigração.

Segundo Wachowicz (2001), entre o Porto Amazonas e União da Vitória, região que correspondeu o vale médio do Iguaçu, não havia nenhum centro populacional. Os imigrantes ucranianos, poloneses, alemães, italianos, ingleses e russos foram essenciais para povoar essa área a partir de 1890.

Dessa forma, ressaltamos que a região da Estrada de Palmas possuiu maior densidade demográfica quando diminuiu-se o tráfego do gado e os grandes latifúndios foram divididos em povoados, freguesias, vilas e cidades. Os sujeitos que adentraram no território desenvolveram novas formas de trabalho e conseqüentemente, foram reduzidos os espaços para pastagens, criação e repouso do gado, alterando assim, os aspectos estruturais da área.

Tais transformações, marcadas pela inserção de novos sujeitos e atividades econômicas, promoveram alterações nos aspectos culturais, políticos, sociais e educativos. No tocante às questões educacionais, conforme evidenciamos no terceiro capítulo, a partir da década de 1890, o número de matrículas e de escolas isoladas primárias públicas e particulares apresentaram crescimento nas vilas e freguesias, em comparação com a realidade educacional do período provincial, quando a base agropastoril foi predominante.

### **2.3 A Economia na Área de Influência da Estrada de Palmas**

Até 1853, o Paraná integrou a Quinta Comarca da Província de São Paulo, período quando contribuiu na economia paulista, com a atividade pecuária, ervateira e mineradora. Após tentativas de emancipação política, foi pela Lei nº. 704, de 29 de agosto de 1853, que se criou a Província do Paraná. O primeiro presidente foi Zacarias de Góis e Vasconcelos, empossado em 19 de dezembro de 1853.

A análise dos elementos estruturais dessa conjuntura tornou-se essencial para compreender os aspectos superestruturais, como a educação, pois, aquilo que os sujeitos “[...] são coincide, portanto, com a sua produção, *com o que* produzem e também *com o*

*como* produzem. Aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção” (MARX; ENGELS, 2009, p. 25, grifo do autor).

Dessa forma, o presidente Góis e Vasconcelos, ao situar a relação econômica provincial, enfatizou a presença da indústria extrativa da erva-mate, a atividade agrícola, a exploração da madeira, as fábricas e a pecuária. Na agricultura destacou cultivos do “trigo, o centeio, a cevada, o milho, o arroz, a batata, a cana de açúcar, o chá, o café, o fumo, o algodão, etc. [...]” (PARANÁ, 1854, p. 65). Em algumas localidades, esses alimentos não eram produzidos para comercialização, mas para a subsistência familiar.

Outro destaque foi a erva-mate, principal produto de exportação da economia paranaense durante o Período Imperial e as primeiras décadas do século XX. Com relação às fábricas, o presidente ressaltou a presença das indústrias “[...] 1º De socar erva (em n. de 90 pouco mais ou menos) onde o mate recebe o último benefício e preparação. 2º De serrar madeira, em muito menor número. 3º De descascar arroz, poucos. 4º De fazer açúcar, e aguardente em pequena escala, alguns” (PARANÁ, 1854, p. 73). Essas produções estavam localizadas nas cidades mais desenvolvidas, em nível populacional e econômico, sendo que os lugares mais interioranos, como os campos de pastagens, foram destinados à pecuária.

No tocante ao tropeirismo, o presidente citou a coleta de impostos com passagem do gado, que trafegou pelo Registro de Rio Negro, “[...] mais de 40 mil animais entram cada ano em território desta Província de onde quase todo, depois, vai ser vendido na grande feira de Sorocaba, ou onde melhor convém aos que a esse tráfico se aplica” (PARANÁ, 1854, p. 75).

Nesse momento, o império viveu o ápice da comercialização das tropas, pois as décadas de 1840 e 1850 marcaram a grande comercialização de gado muar nas Feiras de Sorocaba e, conseqüentemente, o maior fluxo dos tropeiros. Com as passagens a coleta de impostos foi uma das arrecadações mais significativas do Paraná provincial.

Na área de influência da Estrada de Palmas, Zacarias de Góis e Vasconcelos ressaltou o interesse de Pedro Siqueira Cortes, ocupante dos campos de Palmas, no prosseguimento da exploração do território:

Pedro de Siqueira Cortes, residente em Guarapuava, que a Província conhece pela influência que teve, a poucos anos, na descoberta dos campos de Palmas, ofereceu-se a presidência para, como parte de maior exploração, que se propõe fazer, explorar também o Iguazu descendo por ele até sua confluência com o Paraná, uma vez que receba dos cofres públicos o auxílio de 2:000U000 (PARANÁ, 1854, p. 77).

O interesse no desbravamento da área próxima aos campos de Palmas por meio terrestre ou da navegação, demonstrou como ainda havia o desconhecimento da região coberta pela mata das araucárias e, o interesse em colonizar esse território. Siqueira Cortes, já havia percebido o potencial do Rio Iguazu na navegação.

No final da década de 1850, o presidente da Província foi Liberato de Mattos. Em relatório de janeiro de 1859, evidenciou o baixo preço da erva-mate, principal produto da economia no período. Liberato de Mattos destacou a preferência da população em trabalhar no cultivo ervateiro, em detrimento da agricultura (PARANÁ, 1859a).

Sobre a atividade pecuária e pastoril, base econômica das Freguesias de Palmas e Palmeira, o presidente descreveu o número de animais e locais de pastagens, afirmando, no entanto, que nem todas as câmaras municipais prestaram informações. Havia em 1859 na Província, 11 freguesias, sendo distribuídas nessas mais de 7 mil fazendas de criação, todas com 227.922 cabeças de gado, dos quais 132.860 era gado vacum, 66.762 gado cavalari, 2.190 muaras e 6.950 ovinos (PARANÁ, 1859a).

A importância da atividade criatória em Palmas foi destacada, em 1860, no relatório do presidente José Francisco Cardoso, quando descreveu que “Em todo o município de Guarapuava e especialmente na freguesia de Palmas, assim como parte da de Castro, é a indústria criadora aquela que maior riqueza representa” (PARANÁ, 1860, p. 71).

O número de animais em trânsito no território e a produção ervateira foram importantes na economia nesse período, conforme ressaltou o Presidente José Joaquim do Carmo em 1864,

A indústria do Paraná concentra-se no comércio de animais e da erva-mate. Os animais, porém, que vão anualmente abastecer a feira de Sorocaba, são exportados pelas Províncias do Rio Grande, Santa Catarina e espanhola de Corrientes, de maneira que não constituem um produto próprio do Paraná, sendo esta Província apenas lugar abrigado de passagem, e os comerciantes desse gênero no rigor literal intermediários (PARANÁ, 1864, p. 20).

Em 1867, o presidente Polidoro Cezar Burlamaque, ressaltou que nos Campos Gerais estava situada a parte mais abastada da população da Província, os quais possuíam grandes propriedades, sendo seus terrenos mais extensos do que vários estados da Europa. Ao comparar o gado criado por esses latifundiários com o gado europeu, afirmou que sua qualidade era inferior, devido ao pouco investimento que os animais recebiam (PARANÁ, 1867b).

Outras espécies criadas nos Campos Gerais foram dos ovinos, os quais estavam adentrando na economia gradualmente. Segundo Burlamaque, alguns fazendeiros estavam introduzindo ovinos, equinos e bovinos de novas raças em seus campos, visando à melhoria das espécies.

Nesse tocante, a região dos Campos Gerais baseou sua economia na produção pecuária e pastoril, sendo “[...] principalmente em gado que exporta para São Paulo e para a marinha, bem como, diversos artigos devidos à especialidade pastoril que a caracteriza; e, além disso, exporta para o exterior grande quantidade de erva mate” (PARANÁ, 1867b, p. 5). Ao referir-se à Comarca de Guarapuava, integrada pela Freguesia de Palmas, o presidente ressaltou também a base agropastoril,

O gênero de vida adotado pelos habitantes da comarca é principalmente a criação do gado vacum e cavalari por serem os campos apropriadíssimos para isso; e com quanto se prestem a lavoura, todavia esta aí está sujeita a regra comum do Brasil em geral, isto é, não utilizar os campos com os cereais, mas somente as matas (PARANÁ, 1867b, p. 6-7).

Devido a pouca povoação presente, segundo o presidente, a indústria foi pouco desenvolvida, caracterizando-se assim, a produção pastoril. A área, conforme descreveu Burlamaque, era composta por terras férteis e extensos campos e matas, com caminhos naturais para a comunicação, contendo matérias primas, como madeiras e minerais: o cobre, o ferro, os cristais de rocha, dentre outros.

Na década de 1870, em relação às atividades agrícolas no nível provincial, o presidente Venâncio José de Oliveira Lisboa, em 1872, destacou que “A agricultura na Província é quase nula, e mal seus produtos dão para suprir às necessidades da população da localidade produtora” (PARANÁ, 1872, p. 65). O cultivo principal baseou-se no centeio, trigo, cevada, batata, milho, feijão, mandioca, café, fumo, cana de açúcar, arroz e algodão em menores proporções, que ocorreram nos municípios de Curitiba, Paranaguá, Morretes, Antonina, Ponta Grossa, Castro, Guarapuava, envolvendo principalmente aldeamento de indígenas e colônias imigrantes.

Em 1876, o presidente Lamenha Lins ressaltou a criação do gado vacum nos Campos Gerais, onde a produção era suficiente para abastecer a Província. Nesse sentido, um dos mercados consumidores foi São Paulo. Já em Palmas ele destacou a baixa na produção do gado muar: “A produção do gado muar é quase nula, mesmo nos campos de Palmas e Guarapuava onde, aliás, se cria o cavalari que em certas épocas do ano, desce em tropas para a cidade de Ponta Grossa e aí, se faz uma pequena feira, a qual concorrem compradores de fora da Província” (PARANÁ, 1876, p. 117).

Conforme o exposto, percebemos a importância do tropeirismo na década de 1870, na organização de feiras de gado no próprio território, na cidade de Ponta Grossa.

Nesse mesmo ano, o município de Palmeira já demonstrava potencial para expandir a agricultura, por meio da mão de obra dos imigrantes, pois segundo Lamenha Lins, “As câmaras municipais de Campo Largo, Palmeira, Ponta Grossa e Castro, pediram-me quando visitei aquelas localidades, o estabelecimento de algumas famílias de colonos nos terrenos de seu rocio, velando elas pelo seu bem estar e prosperidade” (PARANÁ, 1876, p. 119). Percebemos que a produção agropastoril já estava dividindo espaço na receita do município, com o início de outras atividades, pois, no final do ano de 1877, instalou-se o primeiro núcleo de colonos imigrantes dispostos a desenvolver a agricultura.

Em 1878, o Presidente Joaquim Bento de Oliveira Júnior, ressaltou que o imposto dos animais em trânsito na Província, constituindo-se uma das verbas mais importantes, estava em decadência. Segundo o governante, não se deveria naquele momento esperar o aumento da receita, pelo declínio da exportação da erva mate e “[...] pela diminuição notável que tem havido na entrada de animais que do sul do império afluíam outrora para a feira de Sorocaba” (PARANÁ, 1878, p. 61).

Os municípios da área de influência da Estrada de Palmas, enquadrando-se nesse contexto da economia provincial, apresentaram-se engendrados por tais atividades, como a produção agropastoril, a extração da madeira e a indústria ervateira.

A partir de 1879, uma nova alternativa foi empreendida no desenvolvimento econômico da região: a navegação a vapor no rio Iguaçu. Segundo Silva e Sopelsa (2013), em 19 de abril pelo o decreto nº 7.248, Amazonas de Araújo Marcondes, o Coronel Amazonas, obteve concessão de exploração comercial do leito navegável do rio, o que lhe possibilitou a obtenção de lucros. O empreendimento iniciou em 1882, com o barco Cruzeiro, o qual pode ser observado na figura seguinte.

**Figura 4** - Vapor Cruzeiro no Rio Iguaçú.



**Fonte:** Silva e Sopelsa (2013, p. 140).

Havendo crescimento na demanda do transporte fluvial, no ano de 1889, outra embarcação foi lançada pelo Coronel Amazonas: o vapor Visconde de Guarapuava, ilustrado na figura a seguir:

**Figura 5** - Barco Visconde de Guarapuava.



**Fonte:** Silva e Sopelsa (2013, p. 140).

Com relação à indústria madeireira, podemos constatar sua presença na cidade de União da Vitória. A primeira serraria no município foi datada de 1884, com atuação na condição de ‘engenhos de serra’, ou pequenas fábricas de fundo de quintal, funcionando de forma rudimentar voltadas às necessidades locais. A criação da

companhia Southern Brazil Lumber and Colonization e a chegada da ferrovia São Paulo-Rio Grande do Sul, em União da Vitória no ano de 1904, influenciaram na transformação da indústria, pois a forma de trabalho artesanal foi modificada com a atuação da Lumber (CARVALHO; NODARI, 2008).

No tocante à produção pecuária e pastoril, em 1886, a comercialização dos animais criados nos pastos da Província estava sendo efetivada em menores proporções, em comparação com as décadas anteriores. Tal realidade causou o acúmulo de cabeças de gado nas fazendas e a desmotivação dos pecuaristas. Nesse sentido, o Presidente Joaquim d'Almeida Faria Sobrinho afirmou

A Província vizinha de S. Paulo, que de muitos anos tem oferecido os únicos mercados consumidores para a exportação de nossas boiadas, muito há desenvolvido e melhorado a criação do gado em seu próprio território. Calculando pela diminuição que nestes últimos anos tem sofrido a nossa exportação, pode-se aventurar que aquela Província, dentro de pouco tempo, deixará completamente de ser tributária da nossa neste ramo de comércio (PARANÁ, 1886b, p. 42).

O gado paranaense estava com baixo preço frente aos animais criados na Província do Rio de Janeiro e no próprio território paulista. Em comparação com os animais dos campos paulistas, o gado do Paraná atingiu menor valor na comercialização, pois segundo Faria Sobrinho “Há pouco mais de um mês, uma boiada vinda do Apiaí (SP), alcançou nesta capital o preço de Rs. 40\$000 por cabeça, sem refugo, ao passo que os bois vindos de Palmas, Guarapuava e Castro têm conseguido com dificuldade 24 a 32\$000” (PARANÁ, 1886b, p. 43).

Nesse sentido, em 1895, em âmbito estadual, o governador Francisco Xavier da Silva revelou também a importância da produção pastoril e pecuária na economia, alegando que “A indústria pastoril tão generalizada no Estado, e uma das principais fontes da sua riqueza, mas ainda rotineira, merece ser animada, facilitando-se aos criadores a introdução de animais de raças aperfeiçoadas” (PARANÁ, 1895a, p. 19).

Em meados da década de 1900, o então governador Vicente Machado da Silva Lima, ressaltou a supremacia da erva mate na economia do Estado: “Desde os primeiros dias de vida da ex-província até hoje, tem sido a indústria e comércio do mate consideradas as principais fontes da riqueza pública e particular, como já tinham sido antes para o pedaço de terra que constituía a quinta comarca de São Paulo” (PARANÁ, 1905a, p. 12). Conforme relatado, a erva-mate foi expressiva na comercialização no período analisado.

No início da década de 1910, o governador Carlos Cavalcanti de Albuquerque, descreveu a produção paranaense, ressaltando a agricultura e a pecuária como ramos potenciais na economia futura:

Não falando na erva-mate e madeiras, suficientemente acreditadas e que já constituem poderosos fatores dessa riqueza, o café em primeiro lugar, o centeio, o trigo, o linho, o arroz, o algodão, etc., são produtos de um grande e evidente futuro. A indústria pastoril obtida a regeneração das pastagens, pela guerra sistemática ao fogo e emprego dos meios racionais de melhorá-las, oferecerá, por seus specimens selecionados, vantagens tão notáveis aos que nela empregarem sua atividade, que não é lícito duvidar de que em breve venceremos o período de abatimento em que jaz imersa (PARANÁ, 1913a, p. 25).

Na produção pecuária, conforme os governadores anteriores já vinham afirmando, demonstraram-se iniciativas de melhoramento e seleção das raças e também da própria alimentação do gado, com investimento nas pastagens.

Não somente importante na atividade pecuária, o município de Palmas em 1915, foi destaque na indústria ervateira, pois em relatório, o governador Cavalcanti de Albuquerque, descreveu a concessão de prêmios aos seus ervais: “Os prêmios concedidos as ervas provindas de Palmas e Clevelândia, assim como as medidas que sabiamente decretastes em relação às destinadas aos mercados do Chile e dos Países da Europa, Ásia e América do Norte, já estão produzindo bom efeito [...]” (PARANÁ, 1915a, p. 40).

Verificamos que a produção ervateira nesse momento, estava em alta na região da Estrada de Palmas. Em relatório da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio do Paraná, o secretário Ernesto Luiz de Oliveira, destacou a produção de Palmas e de União da Vitória: “Palmas até Mangueirinha e toda a zona do Sul até a fronteira, são hoje grandes centros produtores de erva e ontem nada produziam; de Ponta Grossa a Guarapuava e a Porto União, a produção cresceu e com ela o valor dos ervais [...]” (PARANÁ, 1915c, p. 61).

Outra produção da região foi a agrícola. As fontes analisadas apontaram o desenvolvimento do plantio em Palmeira e em União da Vitória. Com relação à Palmeira, o secretário destacou o potencial da cidade no mercado exterior. Em União da Vitória seria realizada uma exposição regional, abordando temas da agricultura e da produção pastoril, no entanto, a situação do conflito do Contestado e seus agravantes impossibilitaram a ocorrência.

Já a economia madeireira foi destaque em São João do Triunfo, onde Frederico França Junior possuía uma fábrica com 25 funcionários, os quais atuavam no processamento desta matéria prima (PARANÁ, 1918).

Portanto, após a análise das fontes, podemos afirmar que no período, as bases econômicas da região, centraram-se, sobretudo na produção pecuária e pastoril, com ênfase nos campos palmenses e palmeirenses. As produções dos referidos municípios, não se desvencilharam da realidade paranaense, enquanto Província e Estado, a qual apresentou suas maiores produções na indústria extrativa e exportadora de erva-mate e da madeira, juntamente com a comercialização de gado e a arrecadação de impostos ao Estado com a passagem dos animais nos registros.

No período provincial, o comércio de gado demonstrou-se em maiores proporções. Foi nesse período que o Coronel Amazonas, empreendeu na navegação a vapor no rio Iguçu, tendo em vista também a expressiva produção da erva-mate e da madeira na região. Outra ocorrência foi das fábricas madeireiras, voltadas para a subsistência local.

Na república, com relação à pecuária, os governantes propagaram a melhoria das raças e das pastagens, buscando melhorar a utilização do potencial dos campos e a obtenção de lucros. A erva-mate continuou liderando a produção, juntamente com a indústria madeireira, sendo em maiores proporções com a atuação da Lumber. Já os trabalhos agrícolas foram desenvolvidos principalmente para subsistência com ênfase nas colônias de imigrantes.

#### **2.4 A Organização Político-Administrativa e Social na Área de Influência da Estrada de Palmas**

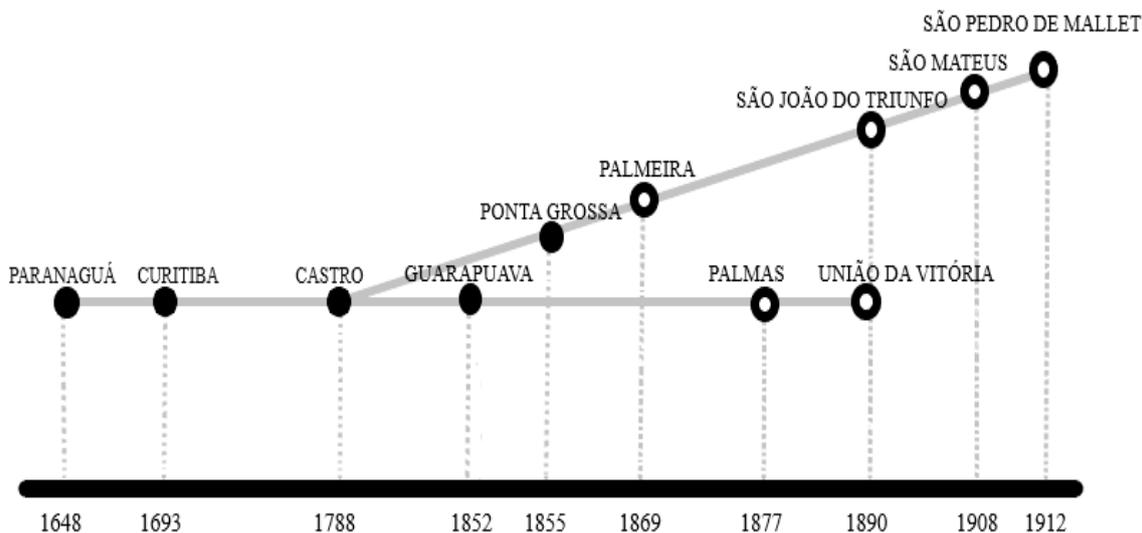
Quando Pedro Siqueira Cortes descobriu o vau do rio Iguçu em 1842, a rota localizava-se no município de Castro. Havendo maior densidade demográfica, ocorreram os desmembramentos, a partir da implementação de novos povoados, freguesias, vilas e municípios, fator que reduziu o extenso território de Castro.

Com a emancipação política de Guarapuava e Ponta Grossa de Castro, na década de 1850, a rota pertenceu às respectivas vilas. Na década de 1860 e 1870, novas transformações ocorreram, com a elevação da freguesia de Palmeira à categoria de vila em 1869, quando se emancipou de Ponta Grossa e com o desmembramento de Palmas de Guarapuava, ao tornar-se vila em 1877. Já em 1890, outros municípios passaram a integrar a rota: São João do Triunfo e União da Vitória. No ano de 1908, a colônia de

imigrantes de São Mateus foi elevada à mesma categoria e em 1912, São Pedro de Mallet emancipou-se de São Mateus.

Os respectivos desmembramentos originaram transformações na administração política da região e na divisão territorial. A figura 6 ilustrou tal relação.

**Figura 6** - Cronologia do desmembramento dos municípios da Estrada de Palmas até 1916.



Fonte: Ferreira, 1996. Dados organizados pela autora.

Percebemos que, enquanto a economia foi predominantemente agropastoril, não houve preocupação da parte dos governantes em desmembrar os territórios, que se constituíram como grandes fazendas necessárias para a manutenção da burguesia latifundiária.

O espaço geográfico da Estrada de Palmas, com a emancipação política dessas vilas, foi estruturado conforme demonstrado no mapa<sup>25</sup> a seguir, que representa a divisão política do Estado paranaense em 1924.

<sup>25</sup> No mapa, o atual Distrito de Palmira pertencente à São João do Triunfo, foi representado na condição de município. Dessa forma, Palmira foi uma colônia de imigrantes poloneses e vila de São João do Triunfo. Apresentando economia em ascensão, a partir da extração de matérias primas, da agricultura e devido sua localização como porto fluvial, em 1909 foi elevada à categoria de município. No final da década de 1930, seu território foi incorporado novamente à São João do Trinfo, devido ao Decreto-lei n. 311 de 1938, o qual dispôs sobre a divisão territorial do país (BRASIL, 1938).



das Tropas em 1800, o difícil acesso da população à capela de Tamanduá e o desentendimento entre o vigário Antônio Duarte dos Passos e os carmelitas, responsáveis pela referida igreja. Em 1818, Duarte dos Passos mudou sua residência e elegeu a nova área para a construção de uma nova capela.

O local escolhido foi em meio a Fazenda Palmeira de propriedade dos sesmeiros, Dona Anna Maria da Conceição de Sá e seu esposo Manuel José de Araújo, os quais doaram uma pequena parte da propriedade para a construção da nova capela, que posteriormente, serviu também de base para a fundação da cidade. A data da doação do terreno em 07 de abril de 1819 foi reconhecida como a mesma da fundação do povoado (VISNIESKI, 2014).

Em 1833, o povoado foi elevado à categoria de Freguesia e pela Lei Provincial nº 184, de 03 de maio de 1869, a Freguesia foi elevada à categoria de vila e município, sendo desmembrada do território de Ponta Grossa. A instalação oficial ocorreu em 15 de fevereiro de 1870 (FERREIRA, 1996).

Com relação aos imigrantes, a primeira Colônia foi a Sinimbu, fundada em 1878, pelos colonos russos-alemães. Com a experiência negativa destes, foi somente no início da década de 1890, que novos imigrantes de etnia inglesa, russa, polonesa e italiana fixaram-se no território. Esses colonos desenvolveram a agricultura com a plantação de diversos alimentos para sua subsistência, além da produção pastoril, com a criação de pequena quantidade de gado vacum e cavalari, além de suínos.

Das colônias presentes em Palmeira, a Colônia Cecília apresentou uma peculiaridade, pois se constituiu como uma experiência anarquista, entre os anos de 1890 e 1894. A colônia organizada por Giovanni Rossi e outros intelectuais foi composta por aproximadamente 100 a 200 imigrantes, os quais se baseando nos referidos ideais, fundaram a povoação localizada entre Palmeira, Porto Amazonas e Lapa (FERREIRA, 1996).

No ano de 1893, o território recebeu a Linha Férrea de Ponta Grossa-Curitiba, fator que contribuiu para o desenvolvimento da vila, pois facilitou o contato com outros povoados e agilizou o processo de condução de mercadorias. A presença da estação possibilitou a criação de novos encargos, como de Agente da Estação, de Guarda Chave, de Telegrafista (VISNIESKI, 2014).

Apresentando essa organização social, Palmeira foi elevada à categoria de cidade em 1897 e a partir de 1900, novas instalações integraram o espaço urbano, pois além da ferrovia, foi inaugurado o Grupo Escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes em

1907, e em 1910, o setor de entretenimento avançou, com a implementação do cinema (VISNIESKI, 2014).

Nesse tocante, em 1908, havia os seguintes núcleos e colônias de imigrantes no município: a Colônia de Porto Amazonas, Núcleo de Pugas, Núcleo do Lago, Núcleo Quero-Quero, Núcleo Papagaios Novos, Núcleo Santa Quitéria, Núcleo Alegrete, Colônia Kittoland, Colônia Santa Bárbara, Colônia Santa Cecília e a Colônia Cantagalo (PARANÁ, 1908b).

Conforme o exposto, destacamos que Palmeira foi o povoado com maior percurso histórico presente na área de influência da Estrada de Palmas. Assim, originária da atividade, atendeu as necessidades dos tropeiros ao longo do século XIX, oferecendo locais de pouso e campos de invernagem aos animais. A presença dos imigrantes nas décadas de 1880 e 1890 propiciou a maior povoação do território.

#### **2.4.2 Palmas**

Constituindo-se como uma área de campos em meio à vegetação fechada e em pleno ciclo das tropas, os campos de Palmas despertaram atenção de lideranças, no entanto, mesmo com a descoberta da região no século XVIII, foi somente a partir de 1839 que o território recebeu a presença de colonizadores, os quais exploraram de forma intensa os recursos humanos e naturais da área.

O processo de ocupação ocorreu entre 1836 a 1840, com a organização de duas expedições rivais. Um dos organizadores foi José Ferreira dos Santos que formou sua sociedade em 1838, em Guarapuava. Em contrato com o governo provincial, o fazendeiro adquiriu o direito de, após escolher suas terras, dar posse também aos outros membros de sua expedição. Informando sobre a sociedade de José Ferreira dos Santos e demais guarapuavanos, Pedro Siqueira Cortes, cidadão de Palmeira almejou integrar-se na referida bandeira, o qual teve seu pedido negado (LAGO, 1987).

Mesmo entre os fazendeiros paranaenses houve conflito para o reconhecimento de posse dos campos, pois ao não aceitar Pedro Siqueira Cortes em sua organização, José Ferreira dos Santos contribuiu para que este liderasse outra bandeira. A sociedade de Pedro Siqueira Cortes partiu de Palmeira, passando por União da Vitória. Os grupos demonstraram agilidade para fixar-se na área, a partir da iniciativa privada.

A divisão das terras efetivamente ocorreu no ano de 1841, pelo Dr. João da Silva Carrão e pelo Coronel Joaquim José Pinto Bandeira, “[...] ficando para os componentes da expedição de Pedro de Siqueira Cortes as terras ao poente do lajeado das Caldeiras, e

os componentes da expedição de José Ferreira dos Santos com as terras do nascente” (MENDES, 1989, p. 160).

Após a demarcação das respectivas fazendas e seus donatários, a economia baseada no comércio de animais de grande porte, como o gado mular, o vacum e o cavalariço, adquirindo estes dois últimos, maior destaque, além de pequenos, como ovinos e suínos, foi sendo estruturada e caracterizou a produção da região. A figura abaixo revelou esse contexto, na qual podemos visualizar a sede de uma fazenda situada nos campos e muitas cabeças de gado bovino próximas a residência:

**Figura 7** - Fazenda antiga em Palmas – fotografia publicada por volta de 1930 em revista não identificada.



**Fonte:** Trindade (1992, p. 50).

Em 1854, o engenheiro Henrique de Beaurepaire Rohan, ao analisar a Freguesia afirmou que “[...] compõe-se a povoação de vinte choupanas construídas de madeira, havendo apenas três cobertas de telha” (PARANÁ, 1855b, p. 132). Conforme a condição da vila em mudar-se para uma localização mais favorável, o engenheiro ressaltou que quase todas essas casas encontravam-se abandonadas e degradadas.

Foi nessa conjuntura de produção agropastoril e com carência de alimentos, sal, localização e ligação com demais povoados, que em 1855 Palmas foi elevada à categoria de Freguesia. Em 13 de abril de 1877, com a Lei nº 484, passou à categoria de Vila, sendo denominada Vila do Senhor Bom Jesus da Coluna dos Campos de Palmas, a Lei também elevou Palmas à categoria de município (LAGO, 1987).

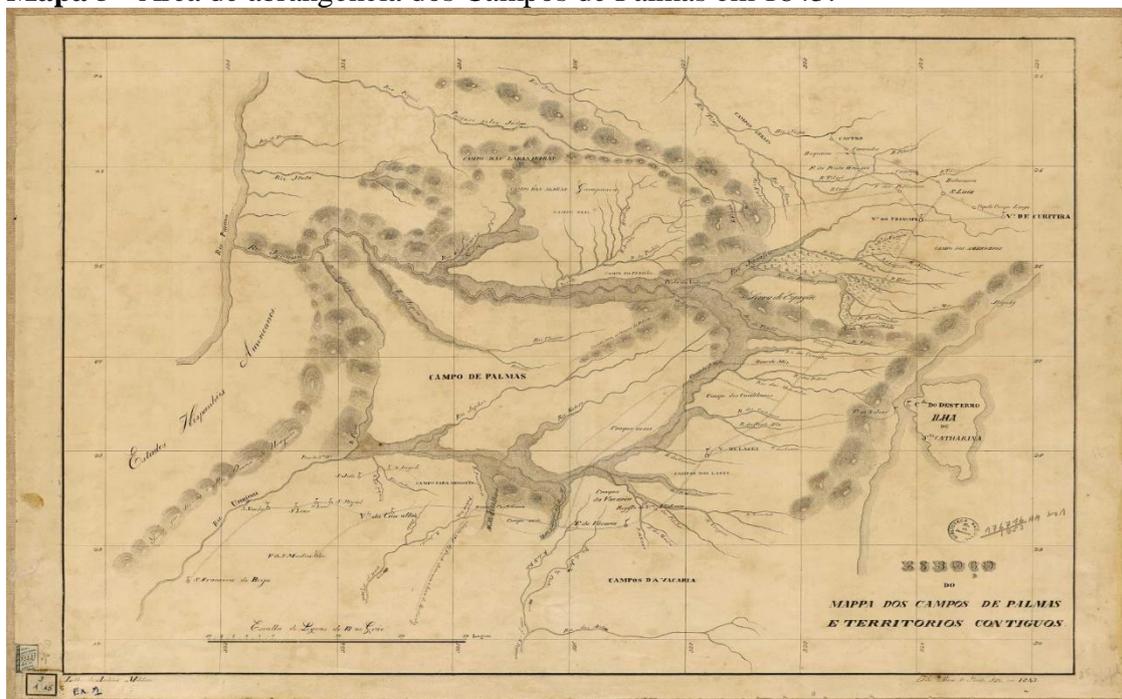
Com a Lei nº 586, de 16 de abril de 1880, Palmas foi elevada a termo judiciário, o qual suprimido posteriormente foi restabelecido em 1889. Com a linha de Telégrafo, em 1885, o município estabeleceu contato com Guarapuava. Já em 1896, foi elevada à categoria de Comarca (LAGO, 1987).

A partir da década de 1880, houve a presença de imigrantes no território, sobretudo de etnia alemã, polonesa e italiana. Esses colonos não se dedicaram ao pastoreio e a pecuária, pois segundo Lago (1987) preocuparam-se com o comércio, contrapondo-se assim, as atividades desenvolvidas pelos primeiros povoadores de origem luso-brasileira e seus descendentes, os quais dedicaram-se à criação e a comercialização do gado.

#### 2.4.2.1 Os Campos de Palmas: Entre Conflitos e Conquistas

Os Campos de Palmas configurando-se como uma extensa região tiveram com o decorrer do tempo, seus limites redefinidos. No século XIX, a localização era demarcada “[...] entre os rios Iguazu e Uruguai, limitando-se ao norte, com o município de Guarapuava, ao sul, com a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, a oeste, com a República Argentina, e a leste, com a Província de Santa Catarina” (MENDES, 1989, p. 01). O mapa 5 ilustrou a dimensão desta área em 1843.

**Mapa 5** - Área de abrangência dos Campos de Palmas em 1843.



Fonte: Biblioteca Digital Luso Brasileira.

O povoamento do território em 1839 não condicionou o fim dos conflitos, pois emergiu uma nova disputa, envolvendo o Brasil e a Argentina: a Questão de Palmas, resolvida em 1895, no período republicano brasileiro. Essa reivindicação por territórios remontou de interpretações do Tratado de Madri, de 1750 e de Santo Ildefonso, de 1777, que demarcaram as fronteiras entre as coroas portuguesa e espanhola. Além de envolver os limites dos territórios, a questão caracterizou-se por seu aspecto diplomático.

O Tratado de 1777 definiu como pontos para demarcação e definitivos na fronteira brasileira e argentina, os rios Uruguai, Paraná e parte do Iguaçu. Entre os rios Iguaçu e Uruguai, a fronteira passava pelo rio Peperi-Guaçu, afluente do Uruguai, e pelo rio Santo Antônio, afluente do Iguaçu. Não sendo definidos exatamente quais rios receberam tais nomenclaturas, a área entre os rios Iguaçu e Uruguai ficou sem a definição prática, as quais existiam somente nos mapas e possibilitaram diferentes interpretações. No ano de 1857, o governo imperial do Brasil iniciou a abordagem do assunto (WACHOWICZ, 2001).

Nas negociações, cada país defendeu uma interpretação, sendo que a Argentina posicionou-se somente em 1881. Nesse sentido, “Para o Brasil, esses rios eram o Peper-Guaçu e o Santo Antônio, enquanto para a Argentina eram o Chapecó e o Chopim. Entre eles, o território de Palmas, grande faixa de terra de mais de 30.000 quilômetros quadrados” (KRÜGER, 2004, p. 54).

O Brasil investiu na defesa e comunicação com o território e os argentinos adentravam na área contestada para extrair erva mate. Houve também a presença de diferentes sujeitos de ambas as nacionalidades: trabalhadores escravizados que fugiam, entre eles, caboclos e infratores. A situação agravou-se até ambos os governos decidirem uma alternativa sem a utilização das forças armadas. Assim, propuseram levar a questão para um arbitramento internacional (WACHOWICZ, 2001).

Os países em disputa escolheram como árbitro o presidente estadunidense, Grover Cleveland. Para defender as fronteiras brasileiras, o governo indicou o Barão do Rio Branco. Em 05 de fevereiro de 1895, Cleveland após analisar ambos os argumentos, foi favorável ao Brasil. Segundo Wachowicz, “O maior argumento usado pelo presidente americano, foi o *util possidetis*, de que o Brasil dispunha de toda a região contestada” (1987, p. 24).

Mesmo a Questão de Palmas tendo um desfecho pacífico e não envolvendo as forças militares, provocou movimentação no território, tanto como pauta em debates dos

governos brasileiro e argentino, quanto na prática, com a vulnerabilidade da população, que temia um conflito bélico.

No início do século XX, a Guerra do Contestado também foi condicionada pela luta de posse de território, no entanto, ocorreu em âmbito nacional entre Estados, com luta armada e teve a trágica perda de milhares de vidas. Segundo Krüger (2004), foi outro litígio que se arrastou desde o período colonial entre o Paraná e Santa Catarina, os quais disputaram uma área de terras a oeste dos estados, composta por 47.880 km<sup>2</sup>.

A riqueza da mata de araucárias despertou o interesse do capitalismo norte americano, no início do século XX, na região contestada. Esse território possuía quantidades de terras devolutas de poder da União e era habitado por caboclos que basearam seu trabalho no extrativismo e na agricultura. A realidade desses sujeitos transformou-se bruscamente com a construção da ferrovia, projeto apoiado pela elite da época e pela União, pois concedeu 15 km de mata de cada lado da ferrovia, à empresa Brazil Railway Company, de Percival Farquhar.

O empresário assumiu a concessão da construção dos trilhos e percebendo o potencial da região sul à produção madeireira, fundou a Southern Brazil Lumber and Colonization Co, voltada para a extração do segmento. Conforme Rios (2013, p. 36),

Percival Farquhar, em 1908, adquiriu o controle da São Paulo-Rio Grande e fundou a Southern Brazil Lumber and Colonization Co, que passou a ser conhecida como Lumber. Incumbiu o engenheiro Achilles Stenghel de dirigir o empreendimento. Na sua visão, antecipava lucros obtidos com a exploração da madeira cortada nas florestas de araucárias. Sob as araucárias, imbuíam centenárias, algumas com dez metros de circunferência.

Os caboclos habitantes na área concedida a Percival Farquhar para a construção da ferrovia foram expulsos de suas casas e abandonados pelos latifundiários e governos do Paraná e Santa Catarina, que contestavam a posse do território. Nas palavras de Wachowicz, “Os caboclos do Contestado julgavam-se cercados de inimigos: o governo federal republicano, os coronéis papa-terras e seus capangas, a polícia ilegal dos norte-americanos e as polícias legais paranaenses e catarinenses” (2001, p. 199).

Nessa tensão de ordem política e social, emergiu a figura religiosa dos monges, considerados como grandes influenciadores, ao despertar a ação de resistência na população. João Maria e José Maria de Agostini tiveram seus nomes associados pelos sertanejos devotos à fé, milagres, conselhos, curas e considerados como grandes influenciadores, ao despertar a ação de luta e resistência na população.

Essas ações, foram condicionantes para agravar a situação da população marginalizada, que se encontrou em meio ao território contestado, a linha ferroviária e a extração madeireira, em grande escala pela Lumber. Nessa conjuntura, ocorreu a Guerra do Contestado, entre os anos de 1912 e 1916, no interior do atual Estado de Santa Catarina.

Os sertanejos se organizaram em redutos e buscaram resistir às ações dos proprietários das terras e do governo federal, que objetivava a saída dos caboclos e a desarticulação do movimento organizado por José Maria. A consequência do conflito foi o Acordo de Limites.

Nesse tocante, em 1916, decidiram-se quais áreas eram de domínio catarinense e paranaense, “[...] ficando 20.310 km<sup>2</sup> para o Paraná e 27.570 km<sup>2</sup> para Santa Catarina, que assim ganharam seus contornos atuais” (KRÜGER, 2004, p. 57). No entanto, as incidências não se limitam às fronteiras, pois para o desfecho da guerra em 1916, houve o envio sucessivo de 13 expedições militares, a prisão dos chefes dos últimos redutos e a perda de milhares de vidas.

Ressaltamos que o acordo em 1916, configurou as novas limitações na área de abrangência geográfica da Estrada de Palmas, pois ocorreu a divisão da região dos campos palmenses entre os Estados. Nesse tocante, às questões e disputas envolvidas nos campos de Palmas revelaram a importância da área para o pastoreio e a atividade criatória. Em diferentes momentos históricos, interesses contraditórios emergiram e distintas lideranças agiram na busca de um ideal: a posse e a dominação do território.

### **2.4.3 São João do Triunfo**

O Município de São João do Triunfo foi emancipado no alvorecer do período republicano em 1890, quando se desmembrou de Palmeira. De tal modo, já ressaltamos anteriormente, que em 1872, havia nesta Freguesia a presença de trabalhadores escravizados, os quais atuaram principalmente nos Campos Gerais.

Nesse sentido, a base da povoação esteve relacionada com o pioneiro João Nunes de Souza, em 1864. Esse sujeito, morador de São José dos Pinhais, encantado com as riquezas naturais do território, localizado às margens do Rio da Vargem, decidiu fixar-se naquela área com sua família. Para tal, empreendeu ações para desbravar a região, localizada até então em meio a mata. Com seu trabalho, o local ficou conhecido como Rio da Vargem (FERREIRA, 1996).

Em 1867, com a fixação de Antônio Dotes e maior número de ocupantes, a localidade formou uma pequena povoação marcada pela forte religiosidade, pois os moradores logo instalaram a capela sob a invocação de São João Batista. Com a construção da igreja, o povoado organizou-se ao redor desta, pois novas residências foram construídas. Foi nesse contexto, com a Lei Provincial nº 254, de 16 de março de 1871, que o povoado de Rio da Vargem passou a ser conhecido como Freguesia de São João do Triunfo, pertencente ao município de Palmeira (FERREIRA, 1996).

Outro condicionante à maior povoação da Freguesia foi a navegação fluvial, entre o Porto Amazonas e União da Vitória, a partir de 1882. São João do Triunfo localizando-se em meio ao trecho, foi um dos portos de embarque e desembarque de imigrantes, de mercadorias e produtos originários da extração.

No período republicano, com a Lei Estadual nº 13, de 08 de janeiro de 1890, a Freguesia de São João do Triunfo foi elevada à categoria de município, com instalação em 15 de fevereiro de 1890 (FERREIRA, 1996).

A presença de imigrantes foi outra influência na povoação, a partir da década de 1890, com maior predominância de poloneses. O relatório de 1908 do Secretário dos Negócios de Obras Públicas e Colonização, ressaltou a presença de 5 colônias, dentre elas a Colônia São Mateus, a Colônia Água Branca, a Colônia Palmira, a Colônia Eufrosina e a Colônia Rio Claro. A Colônia de São Mateus foi fundada em 1890 e as demais, em 1891.

Evaristo Martins Franco ligado à Secretaria, dedicada à colonização paranaense, descreveu sobre a organização dessas colônias em 1902, ao Secretário de Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização. Assim, a colônia Maria Augusta, posteriormente denominada de São Mateus, possuía 1.367 habitantes e era “[...] uma das mais prósperas do vale do Iguaçu, não só pela colocação de sua sede, a margem direita do rio Iguaçu, pelo qual exporta os seus produtos, sendo o principal a erva mate, como também pela uberdade de suas terras” (PARANÁ, 1902, p. 72).

A Colônia Palmira, habitada por poloneses, caracterizou-se como centro comercial de erva-mate. Foi conhecida também pela denominação de Rio dos Patos e localizou-se à margem direita do rio Iguaçu e de uma estrada carroçável, com destino a Palmeira. A Colônia Rio Claro possuía o total de 9.640 imigrantes poloneses, dos quais aproximadamente mil eram brasileiros, havendo em números gerais, cerca de 12 mil habitantes no Distrito (PARANÁ, 1902).

A colônia Água Branca, conhecida inicialmente como Accioli, foi formada por colonos poloneses. Evaristo Martins Franco salientou que havia 959 habitantes, era

localizada a 24 léguas de São João do Triunfo, em meio à margem esquerda da Estrada de Palmas e a direita do rio Água Branca (PARANÁ, 1902).

Em 1918, havia na cidade a serraria de Frederico França Júnior, que empregou 25 funcionários. A presença dessa indústria em São João do Triunfo demonstra que o ciclo da madeira era significativo ao setor econômico do município, nas primeiras décadas do século XX, pois além da extração da matéria prima, a cidade já comercializava a madeira processada.

Ressaltamos assim, que mesmo localizando-se em meio a Estrada de Palmas, as origens de São João do Triunfo não foram ligadas diretamente com o tropeirismo, mas com a colonização iniciada pelo pioneiro João Nunes de Souza. No entanto, é possível afirmarmos que a atividade foi um condicionante para dinamizar, a partir do constante tráfego de gado em direção a Palmeira e ao Caminho do Viamão, a maior movimentação de sujeitos na região. Com a presença da religiosidade, a base do povoado foi formada com a maior fixação de moradores.

#### **2.4.4 União da Vitória**

Com a ocupação dos Campos de Palmas, União da Vitória localizou-se na estratégica Estrada de Palmas a partir de 1842 e passou a ser denominado de Porto da União ou Porto da União da Vitória. Segundo Ribas, a travessia do vau foi importante ao povoamento do local, onde muitos tropeiros acampavam na espera de boas condições para a travessia. Desse modo, “A vila prosperou, o comércio surgiu e o tráfego de pessoas aumentou, e as possibilidades de acesso à cidade de Palmas foram facilitadas por esse fato” (2017, p. 125).

A região dos Tócos, atual Bairro São Pedro, foi um povoado do município destinado ao descanso do gado. A movimentação dos tropeiros no local favoreceu a ascensão do comércio, no estabelecimento de moradores e da capela (RIBAS, 2017).

Com essa movimentação, em 1863 havia 18 residências cobertas de tabuinhas e de palha em Porto União da Vitória. Em 1877, as mercadorias para subsistência que vinham para a região eram transportadas de canoas pelo Porto Amazonas e prosseguindo à Palmas utilizou-se do sistema de cargueiros. Neste mesmo ano, União da Vitória foi elevada à categoria de freguesia. Em junho de 1881, chegaram os primeiros imigrantes, em sua maioria de origem alemã. Esses primeiros colonos eram originários das Províncias do sul (SILVA, 1933).

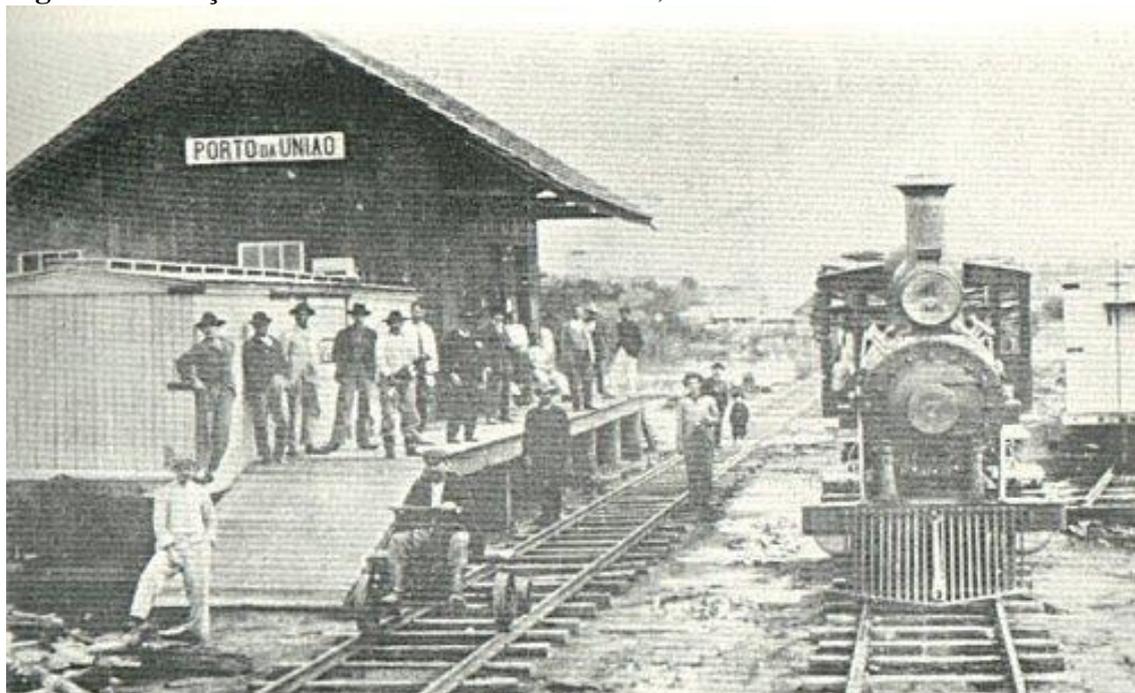
Em 1886, o Presidente da Província Visconde de Taunay realizou uma viagem fluvial na região, conhecendo União da Vitória. Com relação à freguesia, descreveu suas características geográficas.

A nascente povoação do porto União da Vitória está sendo edificada à margem esquerda do Iguacu, em duas colinas um tanto irregulares, ligadas por uma baixada, que infelizmente é inundada por ocasião das grandes cheias do rio, bem como todas as circunvizinhanças. A vista que se desfruta do alto desses outeiros, extensa e bastante interessante, domina várias curvas elegantes do rio, e do outro lado bela perspectiva de pinheiral e mataria. O seu nome provém do encontro, ou combinado ou ocasional e fortuito, de duas comissões de engenharia e sertanistas que exploraram, há uns 30 e tantos anos, aquela região, em procura de comunicação e caminho para a povoação e os campos de Palmas. Parece, contudo, que o ponto exato em que se fez essa junção fica abaixo, pois algumas voltas além demora o porto denominado Vitória, de maneira que não haverá inconveniente em crismar com denominação mais característica e concisa a povoação, quando ela tiver proporções para ser elevada à vila (PARANÁ, 1886a, p. 14).

Taunay já percebia o potencial de União da Vitória ser uma vila, fato que ocorreu em 1890, por meio do Decreto nº 54, de 27 de março de 1890. Com o Decreto nº 55 da mesma data, criou-se o município de Porto União da Vitória (FERREIRA, 1996). Na década de 1890, uma nova corrente imigratória chegou ao município.

Em 1905 ocorreu a inauguração da estação ferroviária da Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Na figura a seguir, podemos visualizar a referida estação:

**Figura 8** - Estação ferroviária de União da Vitória, em 1905.



**Fonte:** Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/prtronco/fotos/ptuniao1906.jpg>. Acesso em: 20 abr. 2019.

Novamente, novos sujeitos e profissões atuaram na região para o funcionamento da locomotiva. A inauguração do trecho completo, em dezembro de 1910, possibilitou à União da Vitória localizar-se em meio a uma importante rota do Brasil republicano, estabelecendo contato direto com cidades e mercados gaúchos, catarinenses e paulistas.

A figura 9 ilustrou a cidade no ano de 1912, na qual podemos observar que a vila já possuía relativo desenvolvimento, sendo composta por várias residências.

**Figura 9** - União da Vitória em 1912, por Claro Jansson.



**Fonte:** Disponível em: <http://paulodafigaro.blogspot.com/2014/11/porto-uniao-da-vitoria-sob-o-olhar-de.html>. Acesso em: 20 abr. 2019.

Os trilhos da linha férrea, no entanto, serviram posteriormente para dividir a cidade entre os Estados do Paraná e de Santa Catarina, com acordo de limites, marcado pela linha Wenceslau Brás, de 20 de outubro de 1916. Assim, em setembro de 1917, foi desmembrado de Porto União da Vitória o município catarinense de Porto União. Além de terras, a nova cidade apropriou-se das instalações públicas, como prédios, praças e ruas. Com a fundação do referido município, União da Vitória pertencente ao Paraná precisou reestruturar a arquitetura e a organização de sua área central.

Com o desfecho da Guerra do Contestado, outro movimento emergiu na região: o Estado das Missões. Conforme Krüger, a ideia foi decorrente da indignação entre os habitantes do sul do Paraná, entre eles Palmas e União da Vitória, ao não concordarem com a perda da posse paranaense do território. Esses sujeitos idealizaram formar na região contestada um novo Estado Federado independente.

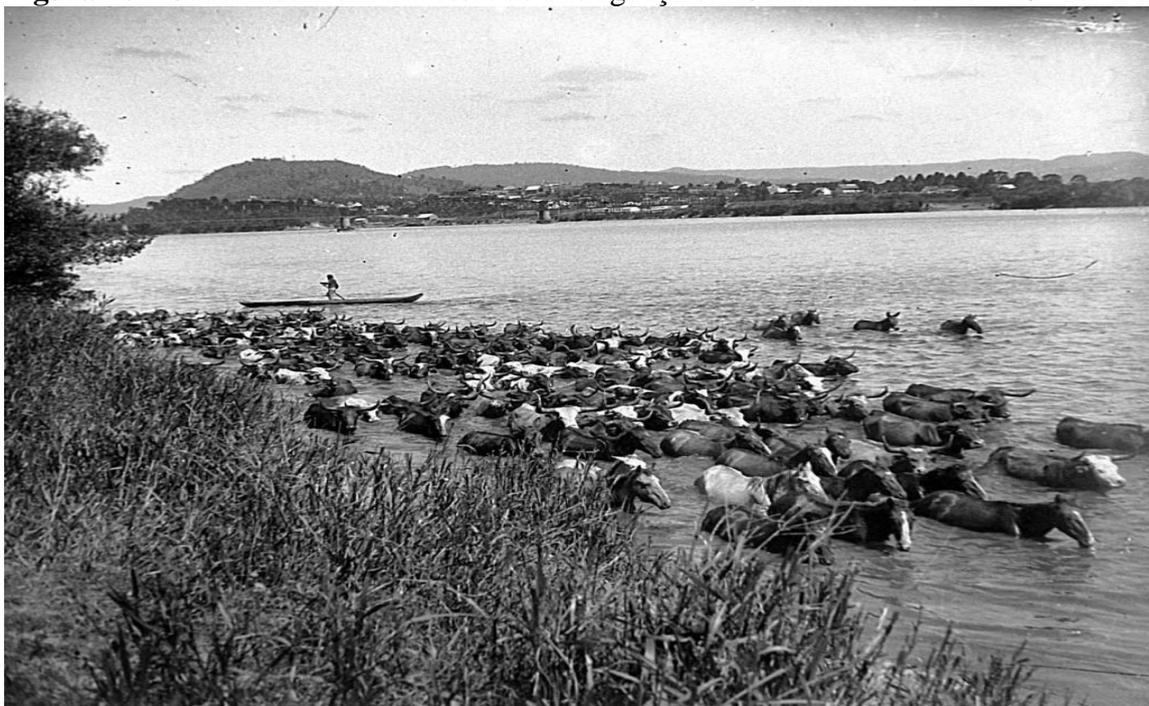
À frente do movimento, que tinha por sede União da Vitória, estava o influente coronel Amazonas Marcondes, que movimentou os adeptos realizando comícios em Clevelândia, Palmas e União da Vitória. Corriam listas de adesão em busca de apoio expresso da população. Criou-se em União da Vitória a primeira Junta Governativa Provisória do novo Estado das Missões, composta das seguintes lideranças:

Palmas - Bernardo Vieira Viana e Cel. Domingos Soares; Clevelândia - José Cleto da Silva; Rio Negro - Pedro Alexandre Franklin; União da Vitória - Cel. Amazonas de Araújo Marcondes e Francisco Cleve (KRÜGER, 2004, p. 55).

Mesmo com a organização e propostas de novos levantes armados, ocorreu acordos e afastamento do projeto por seus defensores, contribuindo assim, para que o Estado das Missões fosse somente idealizado e nunca concretizado. Essas ideias movimentaram a região, levando novamente a área ser pauta aos governantes, mas neste último momento, não surtiu efeitos no território, o qual permaneceu com os limites definidos em 1916.

Mesmo com o desenvolvimento de outras atividades econômicas, União da Vitória não deixou de ser palco da passagem de tropas, pois o trânsito de animais ainda era comum em 1912. Tal contexto foi retratado por Claro Jansson, quando registrou por meio da fotografia, a passagem do gado vacum, conforme podemos visualizar na figura abaixo.

**Figura 10** - Gado vacum em travessia do Rio Iguazu em União da Vitória em 1912.



**Fonte:** Santos e Barroso (2004, p. 354).

Ressaltamos assim, que a partir de 1842, o tropeirismo acompanhou os diferentes momentos do percurso social de União da Vitória. Nesse tocante, mesmo quando o ciclo das tropas já havia revelado declínio, eram comuns as passagens de animais provindos dos campos palmenses no vau do Iguazu, durante as primeiras décadas do século XX.

#### 2.4.5 São Mateus

O tráfego dos tropeiros no município de São Mateus e a utilização de um certo ponto do território como pouso foram condicionantes para dinamizar a ocupação da região. Na década de 1870, havia a presença de famílias brasileiras e a partir da década de 1880, os colonos imigrantes ocuparam o território.

Nesse tocante, em viagem no percurso de Porto Amazonas a União da Vitória, o presidente da Província Alfredo Escagnolle Taunay, passou no local, onde afirmou que os alemães Thiem e Rodolph Wolf investiram na extração de petróleo e outras substâncias naturais (PARANÁ, 1886a). Se os colonos não obtivessem sucesso no empreendimento retornariam para a produção agrícola, atividade de maior ênfase nas colônias imigrantes.

Segundo Ferreira (1996), um grupo de espanhóis chegou em São Mateus, no dia 19 de junho de 1889. Contudo, a maioria dos sujeitos não se adaptou às condições do local, fixando-se assim, somente alguns castelhanos. No início da década de 1890, chegaram centenas de imigrantes poloneses e entre 1907 a 1908, os colonos ucranianos, os quais permaneceram e fundaram alguns núcleos, dentre eles a colônia de São Mateus.

A colônia foi fundada em 1890, em terras adquiridas pelo governo em 1876, na margem direita do rio Iguaçu, localização que lhe propiciou grande comercialização. O núcleo foi criado juntamente com outros no município de São João do Triunfo. Dentre os demais núcleos de imigrantes, São Mateus já demonstrava maior desenvolvimento, possuindo mais de mil habitantes em 1902, quando se caracterizou como um grande centro agrícola e comercializador de erva mate (PARANÁ, 1908b).

A ascensão econômica, juntamente com as riquezas naturais e sua localização estratégica, possibilitou a colônia grande prosperidade econômica, chegando a emancipar-se politicamente de São João do Triunfo, em 02 de abril de 1908, pela Lei Estadual nº 763, com instalação em 21 de setembro do mesmo ano (FERREIRA, 1996).

A figura a seguir, ilustrou parte do município localizado às margens do Rio Iguaçu em 1909, em foto retratada por Luís Bianchi. Na imagem, além do rio, é possível observarmos um vapor, alguns barcos e as residências, certamente dos colonos imigrantes.

**Figura 11** - O Rio Iguaçu em São Mateus no ano 1909, por Luís Bianchi.



**Fonte:** Disponível em: <https://paulodafigaro.blogspot.com/2016/12/sao-mateus-do-sul-em-1909-em-foto-de.html>> Acesso em: 20 abr. 2019.

Em 1910, o Secretário de Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização, Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos relatou sobre a colônia, a qual deu origem ao município. A respeito do número de habitantes ressaltou que “A população da colônia, inclusive o quadro urbano, consta de 2.150 indivíduos, em sua maioria de origem polaca, tendo sempre sensível acréscimo” (PARANÁ, 1910, p. 25).

Com relação às atividades realizadas pelos imigrantes, eles dedicavam-se à agricultura dos cereais mais comuns cultivados pelos poloneses, como o centeio, o milho, o feijão, batatas, ervilhas, trigo, linho, sendo exclusivamente para a subsistência própria. Em pequena escala era realizado o cultivo de frutas, como pessegueiros e videiras (PARANÁ, 1910).

Além dos aspectos econômicos, o secretário ressaltou sobre a existência de escolas mantidas pelo setor público e pelos próprios imigrantes. Nas palavras de Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos,

Existem na colônia 2 prédios pertencentes ao governo, sendo um na sede Rio Claro e outro em Marechal Mallet, tendo sido o primeiro reconstruído este ano por conta da dívida colonial. Em ambos, funcionam escolas públicas, porém, com uma frequência que tem muito a desejar. Em espaçosas e bem construídas casas situadas em diversas linhas da colônia, funcionam escolas particulares, mantidas pelos colonos e nas quais é ministrado o ensino da língua polaca (PARANÁ, 1910, p. 26).

As instituições escolares em São Mateus receberam a influência dos colonos, pois os imigrantes tiveram a iniciativa de organizar os aspectos educacionais da colônia, ministrando aulas em sua língua vernácula. Além das escolas, as capelas foram outras instituições presentes. Com a Lei nº 1.099, de 01 de maio de 1912, São Mateus passou a ser sede de Comarca.

#### **2.4.6 São Pedro de Mallet**

O último município que adquiriu emancipação política na área de influência da Estrada de Palmas, até o acordo de limites entre Paraná e Santa Catarina em 1916, foi São Pedro de Mallet, quando se desmembrou de São Mateus, em 1912. Os primeiros moradores não estavam envolvidos com as políticas imigratórias, os quais fundaram inicialmente a colônia de Rio Claro, quando o território era pertencente à Palmeira. Segundo ressaltou Foetsch,

A colonização do Distrito de Rio Claro do Sul [...] deu-se a partir de 1884, quando se iniciavam as medições de terras para formações de núcleos coloniais da região sul do Paraná. Um grupo de famílias providas de Campo Largo da Piedade (PR) ao passar por Palmeira (PR) encontrou-se com lavradores procedentes de Ponta Grossa (PR) se agruparam e formaram assim quinze famílias que seguindo antigos caminhos de tropeiros fundaram um povoado que denominaram Rio Claro em virtude da limpidez das águas do rio que circundava o local (2007, p. 40).

Mesmo fundando a vila de Rio Claro, com a implementação da igreja sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário, esses moradores de origem brasileira estabeleceram-se de forma provisória (FOETSCH, 2007). Assim, as colônias do futuro município de São Pedro de Mallet receberam os imigrantes poloneses em 1890 e, em 1891 os ucranianos.

Segundo Foetsch (2007), após a chegada dos poloneses, em 1891 foi criada legalmente o núcleo de Rio Claro, juntamente com as colônias de Palmira, Água Branca e Eufrosina, sendo Rio Claro de maior extensão, formada por 1.371 lotes, destes 79 integraram a sede. Essas colônias pertenciam ao município de São João do Triunfo, o qual em 1892 criou o Distrito Judiciário de Rio Claro.

Os imigrantes na colônia tiveram sua subsistência a partir da pecuária, da agricultura, da extração madeireira e ervateira, além de comercializarem sua produção com os tropeiros. No ano de 1902, o núcleo foi habitado por 12 mil pessoas aproximadamente, das quais 9.640 eram imigrantes e o restante brasileiros (PARANÁ, 1902).

A religiosidade cristã foi um destaque em São Pedro de Mallet, pois os poloneses já no início da colonização de Rio Claro, após construírem suas casas provisórias, implementaram a Igreja, denominada de Rio Claro. Após a organização das questões religiosas, voltaram-se à instrução das crianças.

Em 1903, passou pelo futuro território do município de São Pedro de Mallet a ferrovia da linha São Paulo-Rio Grande do Sul, a 20 quilômetros do Distrito Judiciário Rio Claro. No local, foi implementada a Estação Ferroviária Marechal Mallet. Com o fluxo de pessoas e mercadorias, próximo da estação, houve a fixação de moradores e a chegada de novos imigrantes poloneses e ucranianos, “Sendo assim, nasce uma pequena Vila, São Pedro de Mallet, ao redor de uma capela construída em louvor a São Pedro” (ZWIERZYKOWSKI; SCHENA, 2011, p. 11).

A inauguração da estação ferroviária, em 1905, propiciou a integração das futuras colônias do município de São Pedro de Mallet com as demais cidades, contato que, além do aumento do número de moradores, ocasionou a maior movimentação de pessoas que vinham das colônias vizinhas para comercializar suas mercadorias. Em abril de 1908, o povoado de São Pedro de Mallet e as demais colônias, passaram a integrar o município de São Mateus, emancipado de São João do Triunfo.

Podemos observar a seguir, algumas instalações da Colônia Rio Claro em 1910, quando ainda pertencia à São Mateus. Nas imagens, destacam-se as igrejas, sendo que a figura 12 ilustra a Igreja Nossa Senhora do Rosário.

**Figura 12** - Colônia Rio Claro, no município de São Mateus em 1910.



**Fonte:** Disponível em: <https://paulodafigaro.blogspot.com/2016/10/as-colonias-polonesas-do-parana-em.html>. Acesso em: 07 ago. 2020.

**Figura 13** - Colônia Rio Claro, no município de São Mateus em 1910.



**Fonte:** Disponível em: <https://paulodafigaro.blogspot.com/2016/10/as-colonias-polonesas-do-parana-em.html>. Acesso em: 07 ago. 2020.

Com o desenvolvimento de São Pedro de Mallet, viabilizado pela comercialização e a introdução da ferrovia, o povoado foi desmembrado de São Mateus em 15 de abril de 1912, pela Lei nº 1.189 e passou a ser sede do município, com instalação em 21 de setembro do mesmo ano (FERREIRA, 1996). As colônias de Rio Claro, Vera Guarani e Dorizon passaram a integrar o novo município.

Conforme descrito no relatório do secretário de Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização, José Niepce da Silva, em 1912, a Colônia de Rio Claro era uma das maiores do Estado. Neste ano, foi realizado no núcleo o cultivo do centeio, trigo, aveia, cevada e do milho, sendo que os moradores estavam também pretendendo produzir e exportar a farinha de mandioca e produzir o vinho, para consumo próprio. Além da produção agrícola, a colônia possuía 12 moinhos, 6 serrarias e 8 ferrarias (PARANÁ, 1913c).

Juntamente com os grãos, os colonos cultivavam batatas e cebolas, produções vendidas por preços satisfatórios. Um dos destaques à ascensão no setor agrícola foi a melhoria das estradas, já que a construção e a reconstrução de vias “[...] não somente impulsionaram a lavoura como também ajudaram o desenvolvimento das indústrias” (PARANÁ, 1913c, p. 56).

Além da produção para a subsistência, a introdução da ferrovia e da Estação Marechal Mallet, possibilitou aos habitantes das colônias vizinhas a comercialização de

seus cultivos e mercadorias. Com a conservação das estradas que ligavam as colônias até a sede, próxima dos trilhos, o setor fabril também apresentou ascensão.

## **2.5 Considerações Sobre a Rota Estrada de Palmas-Palmeira**

Povoada inicialmente pelos nativos, os quais foram dizimados e expulsos de suas terras, a região da Estrada de Palmas teve a partir de 1830, a presença dos colonizadores que objetivaram explorar de forma intensa as pastagens naturais, utilizando-se da mão de obra escravizada. A partir da crise do grande tropeirismo, novas formas de trabalho emergiram.

Dessa forma, o caminho entre os Campos de Palmas e os Campos Gerais passou a ser integrado por novas vilas e com a consolidação das políticas imigratórias, núcleos de imigrantes foram instalados. A inserção de novos modos de transporte propiciou agilidade na comunicação e na comercialização.

Acerca dos aspectos educacionais dessas sociedades, conforme ressaltamos no capítulo seguinte, no domínio da ordem agropastoril, a educação como elemento superestrutural foi incipiente, pois a região integrada inicialmente pelas freguesias de Palmas e Palmeira despertava pouco interesse aos aspectos educativos. Assim, a expansão foi vinculada a maior ocupação das terras e a divulgação dos ideais republicanos.

## **CAPÍTULO 3 - A EDUCAÇÃO NO PERCURSO DA ESTRADA DE PALMAS- PALMEIRA NO PERÍODO DE 1854-1889**

Este capítulo foi dividido em 2 tópicos, nos quais buscamos demonstrar a organização da instrução nos municípios de Palmas e Palmeira, entre 1854 até 1889. Tendo em vista que a política de escolarização da região foi processual e não ocorreu de forma isolada da realidade imperial e provincial, discutimos sobre o tema no primeiro tópico, contextualizando a abordagem da educação nos regulamentos e relatórios paranaenses.

No segundo, abordamos especificamente o processo de implementação e as iniciativas públicas e privadas decorrentes na organização da instrução, nos povoados localizados na área de influência da Estrada de Palmas, relacionando-o com o contexto econômico e social.

### **3.1 A Educação na Província do Paraná**

A implementação de instituições escolares na área de influência da Estrada Palmas-Palmeira, não se desenvolveu desvinculada da totalidade de relações do contexto imperial brasileira e provincial paranaense. Nessa totalidade, torna-se essencial estabelecer a relação do particular com o geral, ou seja, do dado empírico com a conjuntura social, na qual a educação se desenvolveu.

Nessa relação, emergem interesses contraditórios presentes e conseqüentemente, o ideário de escolarização na época, pois a sociedade que produz a escola, em cada momento histórico, é composta por contradições e cada classe social empreende lutas a favor de instituições que atendam seus interesses (NOSELLA; BUFFA, 2009).

Assim, a educação no território paranaense foi organizada inicialmente pelo governo geral imperial. Aprovada a política educacional descentralizada em 1834, a gestão passou à Província paulista até 1853, quando o Paraná emancipou-se e responsabilizou-se pela administração e implementação das escolas.

Dessa forma, em 1834 foi aprovado o Ato Adicional<sup>26</sup> que preconizou a descentralização, a partir da implementação das Assembleias Legislativas Provinciais.

---

<sup>26</sup> Na historiografia educacional existe uma tendência de considerar o Ato Adicional de 1834 como principal condicionante do insucesso da instrução pública no Império, sustentada nas teses de que a referida lei contribuiu na fragmentação de um sistema de nacional de ensino, na transferência da organização do ensino do governo central para as Províncias, por cancelar a aprovação de leis contraditórias, entre outras. Contraopondo-se a essas análises, Castanha (2007) ressaltou que a instrução pública não foi considerada uma necessidade de primeira instância no Império, pois conforme as bases materiais, políticas, econômicas, sociais e culturais daquele momento histórico, os interesses eram outros.

Para tal, o governo central do império passou a incumbência de gerir a educação e determinados setores aos governos provinciais. No tocante à instrução pública primária e secundária, estes níveis passaram a ser responsabilidade dos governos provinciais, já o Município Neutro, ficou incumbido de organizar a instrução primária e secundária em sua área de abrangência, juntamente com o ensino superior em todo o país.

Tendo em vista os entraves na organização e disseminação do ensino no Período Imperial, foi precária a organização herdada da Província paulista ao Paraná, em 1853. Em relatório de 1854, o presidente Zacarias de Góis e Vasconcellos ressaltou que após obter informações a respeito da educação, foi possível constatar as condições desfavoráveis.

Dentre os problemas no ensino primário, o presidente destacou que os professores eram em maior parte interinos, que as escolas não eram frequentadas na proporção do número de habitantes das vilas e cidades, sendo também comum haver a presença de alunos com idade avançada nas instituições escolares (PARANÁ, 1854).

Conforme esses e demais anseios, no ano de 1854, foram aprovadas portarias que criaram novas escolas na capital, vilas, cidades e povoados. Outra medida foi a lei n. 17, de 14 de setembro de 1854, responsável por implementar na capital cadeiras de ensino secundário, além de escolas primárias na vila de São José do Pinhais, Guarapuava, Palmas e Curitiba. Outra ênfase foi à obrigatoriedade da instrução primária.

Além da obrigatoriedade com ressalvas e demais disposições, a lei reforçou a atuação do inspetor geral e de distrito. O artigo 15 afirmou que, “Haverá um inspetor geral de instrução, tanto primária como secundária, de nomeação do presidente da Província, que o conservará enquanto bem servir” (MIGUEL; MARTIN, 2004, p. 35). A incumbência do inspetor de distrito foi ressaltada no artigo 16: “Em cada povoação onde existir uma escola pública ou particular, haverá um inspetor da instrução do distrito” (MIGUEL; MARTIN, 2004, p. 35).

Os inspetores foram importantes na educação provincial, realizando conforme afirmou Santi, um papel intermediário entre governantes e escolas. Nas suas palavras,

Eles eram os principais agentes de mudanças, exercendo um papel intermediário entre os professores, presidentes e vice-presidentes da Província. Todavia, as mudanças efetivadas pelos inspetores de ensino

---

Segundo o autor, o Ato Adicional representou avanço para a organização e difusão da instrução pública, já que anteriormente a sua aprovação, as medidas sobre a educação eram burocráticas, ao serem formalizadas exclusivamente pelo Ministério dos Negócios do Império. De forma descentralizada, o Ato Adicional possibilitou maior aproximação da população com os aspectos educacionais e agilidade no processo de criação de escolas, concursos e provimento de cadeiras.

só foram possíveis, considerando o que muitos professores, sujeitos envolvidos diretamente com educação, apresentavam sugestões e reivindicações para o exercício da profissão. Os inspetores ao apreciarem tais sugestões e reivindicações, agregavam ao seu ofício outras necessidades da educação e, juntamente, com presidentes e vice-presidentes concretizaram algumas mudanças no panorama educacional [...] (2017, p. 68).

No sistema descentralizado, a instrução pública possuía uma hierarquia, pois era decidida e inspecionada respectivamente nos cargos do Ministro do Império, dos presidentes de Províncias, dos inspetores provinciais, dos delegados de distritos e dos inspetores paroquiais.

Em 1856, o vice-presidente Henrique de Beaurepaire Rohan informou que havia na Província 26 escolas públicas de primeiras letras para meninos, sendo que 5 delas estavam vagas por falta de docentes e para as meninas havia 14 instituições escolares. No tocante ao ensino particular, a Província possuía 9 escolas para meninos e uma para as meninas, assim, no total eram 50 instituições entre públicas e particulares. Já a educação secundária, encontrava-se restrita, pois havia somente “[...] uma cadeira pública de latim, regida pelo professor João Manoel da Cunha, e nas de francês, inglês e música, que se acham vagas” (PARANÁ, 1856, p. 35).

Desse modo, a instrução secundária e o ensino superior foram elitistas, voltados aos filhos das classes abastadas e da aristocracia, formada pela classe dirigente, trabalhadores liberais, latifundiários, grandes comerciantes, entre outros. Assim, a classe burguesa possuía condições para manter seus filhos na escola e as classes subalternas, conforme seu modo de vida dispensava a educação aos seus filhos.

Em 27 de dezembro de 1856, almejando o melhor funcionamento e padronização das escolas primárias, o vice-presidente José Antônio Vaz de Carvalhaes baixou o documento “Instruções contendo o plano e divisão do ensino nas escolas de primeira ordem”. Segundo as orientações, as escolas foram divididas em 3 classes, sendo disposto no artigo 1º que “[...] cada uma das quais menos a terceira, terá primeiro e segundo banco, conforme o grau de adiantamento dos alunos. Essa divisão, porém, poderá ser alterada em uma ou em todas por ordem especial do Inspetor Geral” (MIGUEL; MARTIN, 2004, p. 44). Os conteúdos enfatizaram os conhecimentos elementares de leitura, escrita e cálculo.

No início do ano de 1857, foram legalizadas outras regulamentações, dentre elas a lei n. 21 de 2 de março. Conforme seu 1º artigo foi criado o cargo de secretário da inspetoria geral de instrução pública. O 2º artigo dividiu a Província em 3 inspetorias de distrito e demais inspetorias em localidades que houvesse uma escola. A lei também

preconizou o conselho literário, as conferências pedagógicas dos professores e demais disposições, dentre elas, autorizou o governo a realizar reformas no sistema educativo (MIGUEL; MARTIN, 2004, p. 48).

De tal modo, durante o período provincial paranaense foram legalizados 4 regulamentos para a instrução, sendo o Regulamento de 8 de abril de 1857, o Regulamento de 13 de maio de 1871, o Regulamento de 1º de setembro de 1874<sup>27</sup> e o Regulamento de 16 de julho de 1876. O quadro a seguir sintetiza as principais disposições dessas leis sobre o ensino público e particular, das matrículas e dos professores:

**Quadro 5 - Síntese das disposições sobre o ensino, escolas, matrículas e professores dos regulamentos da Província entre 1857 a 1876.**

Da instrução	
<p>Regulamento de 8 de abril de 1857</p> <p>Artigo 1º - “O ensino primário na Província será dado em escolas públicas e particulares; as primeiras serão fundadas pelo governo gratuitamente para todos, salvo a criação de casas de asilo, que só serão gratuitas para os indigentes, e as segundas por pessoas particulares ou associação com prévia verificação de habilitação e conduta; umas e outras funcionarão debaixo da inspeção do Governo criado para a instrução pública”.</p> <p>Artigo 2º - “A lei distingue as escolas públicas primárias em escolas de primeira e segunda ordem, tanto para um como para outro sexo”.</p>	<p>Regulamento de 13 de maio de 1871</p> <p>Artigo 1º - “A instrução pública primária na Província será gratuita e dada nas escolas criadas por lei”.</p> <p>Artigo 3º - “O ensino será feito por professores nomeados pelo Presidente da Província pela forma estabelecida no capítulo 3º sendo a direção do ensino religioso, os quais terão Direito não só de inspecioná-lo e esclarecê-lo, como de dar a instrução religiosa nas escolas, nas épocas que julgarem apropriadas”.</p>
<p>Regulamento de 1º de setembro de 1874</p> <p>Artigo 1º - “A instrução pública primária na Província será gratuita e dada nas escolas criadas por lei”.</p> <p>Artigo 3º - “O ensino será feito por professores nomeados pelo Presidente da Província pela forma estabelecida no capítulo 5.º sendo a direção do ensino religioso igualmente confiada aos párocos, os quais terão Direito, não só de inspecioná-lo e esclarecê-lo, como dar a instrução religiosa nas escolas, nas épocas que julgarem apropriadas”.</p>	<p>Regulamento de 16 de julho de 1876</p> <p>Artigo 4º - “É obrigatório o ensino primário nas cidades e mais localidades em que for exequível este sistema”.</p> <p>Artigo 6º - “A instrução será difundida: 1º pelas escolas públicas dos três graus; 2º por colégios e escolas particulares subvencionados, ou por colégios e escolas particulares não subvencionados”.</p> <p>Artigo 10º - “As escolas públicas do ensino elementar serão classificadas em três entrâncias do seguinte modo: 1ª entrância, cadeiras de povoados e bairros. 2ª – 1ª entrância, cadeiras de vilas e freguesias. 3ª – 1ª entrância, cadeiras de cidades”.</p>

<sup>27</sup> Conforme salientou Castanha, a disposição legalizada pelo presidente Araújo Abranches, não foi executada, “Tudo leva a crer que o referido regulamento ficou só no projeto, não sendo posto em prática. Essa afirmação baseia-se no relatório do próprio Araújo Abranches apresentado à Assembleia provincial em fevereiro de 1875. No referido documento ele não fez nenhuma menção a execução do mesmo. A única referência da sua possível execução apareceu no artigo 16 das disposições permanentes da Lei n. 440, de 11 de maio de 1875, o qual revogava o artigo 145 do regulamento de 1º de setembro de 1874, que tratava da validade dos exames” (2007, p. 351).

Da instrução particular	
<p>Regulamento de 8 de abril de 1857</p> <p>Artigo 95 - “Ninguém poderá abrir escola ou qualquer estabelecimento de educação e instrução primária e secundária sem prévia licença do inspetor geral, que exigirá dos pretendentes as provas necessárias de capacidade profissional, comportamento civil e moral conforme o que dispõe os art. 67 até 74, podendo conceder o inspetor geral prazos para as provas de capacidade”.</p> <p>Artigo 97 - “Todo estrangeiro que estiver nas condições exigidas para os nacionais poderá ter licença para dirigir qualquer estabelecimento de instrução”.</p>	<p>Regulamento de 13 de maio de 1871</p> <p>Artigo 101 - “O ensino particular na Província é livre”.</p> <p>Artigo 102 - “Fica, no entanto, sujeito à inspeção de todos os funcionários do ensino, para que estes possam observar, apreciar e comparar os seus resultados com os do ensino público, assim como fazer para suprimir o ensino que for contrário aos princípios da moral pública e religião do Estado”.</p>
<p>Regulamento de 1º de setembro de 1874</p> <p>Artigo 115 - “O ensino particular na Província é livre”.</p> <p>Artigo 116 - “Fica, no entanto, sujeito à inspeção de todos os funcionários da inspeção de ensino, para que estes possam observar, apreciar e comparar os seus resultados com os do ensino público, e cumprir as disposições deste regulamento”.</p>	<p>Regulamento de 16 de julho de 1876</p> <p>Artigo 24 - “Os professores e diretores de estabelecimentos particulares são obrigados:</p> <p>1º. A remeter ao diretor geral da instrução pública por intermédio dos inspetores paroquiais, mapas trimestrais de seus trabalhos, declarando o número de alunos, grau de aproveitamento, a disciplina e compêndios adotados, e fazerem observações que entenderem convenientes.</p> <p>2º. A participar-lhe de qualquer alteração que projetem no regime e caráter de seus estabelecimentos com a precisa antecedência.</p> <p>3º. A dar-lhe parte de qualquer mudança de residência”.</p>
Matrículas	
<p>Regulamento de 8 de abril de 1857</p> <p>Artigo 39 - “As matrículas são gratuitas e ficam excluídos delas:</p> <p>1.º Os meninos que sofrerem de moléstias contagiosas e mentais.</p> <p>2.º Os não vacinados.</p> <p>3.º Os escravos.</p> <p>4.º Os menores de 5 anos e maiores de 15.</p> <p>5.º Os que houverem sido expulsos competentemente”.</p>	<p>Regulamento de 13 de maio de 1871</p> <p>Artigo 11 - “Não serão admitidos à matrícula, nem poderão frequentar as escolas:</p> <p>1º Os meninos que sofrerem de moléstias contagiosas.</p> <p>2º Os escravos.</p> <p>3º Os menores de cinco anos.</p> <p>4º Os que houverem sido expulsos competentemente”.</p>
<p>Regulamento de 1º de setembro de 1874</p> <p>Artigo 9º - “Não serão admitidos à matrícula, nem poderão frequentar as escolas:</p> <p>1º. Os meninos que sofrerem moléstias contagiosas</p> <p>2º. Os escravos</p> <p>3º. Os menores de cinco anos</p> <p>4º. Os que houverem sido expulsos competentemente”.</p>	<p>Regulamento de 16 de julho de 1876</p> <p>Artigo 39 - “As matrículas nas aulas públicas da Província serão gratuitas, vedadas, porém aos seguintes indivíduos.</p> <p>1º. Aos que sofrerem moléstias contagiosas.</p> <p>2º. Aos escravos.</p> <p>3º. Aos menores de 5 anos e maiores de 16.</p> <p>4º. Aos que tiverem sido expulsos segundo a lei”.</p>
Dos alunos mestres e professores adjuntos	
<p>Regulamento de 8 de abril de 1857</p> <p>Artigo 20 - “Os monitores, que forem aprovados em [...] exames, e tiverem mostrado habilidade para ensinar poderão por designação do inspetor geral, ser conservados na escola como alunos-mestres, não excedendo em toda a Província a</p>	<p>Regulamento de 13 de maio de 1871</p> <p>Artigo 27 - “Os meninos que tiverem diploma de aprovação plena e mostrarem aptidão para o ensino, sendo maiores de treze anos serão nomeados alunos mestres por título passado pelo inspetor geral sob informação do professor e</p>

<p>vinte”.</p> <p>Artigo 21 - “Estes alunos-mestres perceberão uma gratificação de 10 a 15 mil réis mensais quando se obriguem por contrato assinado pelo pai, tutor ou curador, a se dedicarem ao magistério público pelo tempo de dez anos, e no caso que queiram abandoná-lo, a restituírem a soma recebida e mais o juro de seis por cento ao ano”.</p> <p>Artigo 60 - “Os professores adjuntos receberão uma gratificação de 20 a 25\$000 réis mensais, e poderão na falta de mestres habilitados, ser empregados em quaisquer cadeiras que vagarem, percebendo os vencimentos do professor”.</p>	<p>inspetor do distrito”.</p> <p>Artigo 32 - “Depois de três anos de aprovação plena será conferido aos alunos-mestres o diploma de professor adjunto, passado pelo inspetor geral”.</p> <p>Artigo 34 - “Os alunos-mestres vencerão 10\$000 mensais no primeiro ano, 15\$000 no segundo e 20\$000 no terceiro”.</p>
<p>Regulamento de 1º de setembro de 1874</p> <p>Artigo 39 - “Os meninos que tiverem diploma de aprovação plena e mostrarem aptidão para o ensino, sendo maiores de 13 anos, serão nomeados alunos mestres por título passado pelo inspetor geral, sob informação do professor e do conselho de instrução”.</p> <p>Artigo 44 - “Depois de três anos de aprovação plena será conferido aos alunos mestres o diploma de professor adjunto passado pelo inspetor geral”.</p> <p>Artigo 46 - “Os alunos mestres vencerão 10\$000 mensais no primeiro ano, 15\$000 no segundo e 20\$ no terceiro”.</p>	<p>Regulamento de 16 de julho de 1876</p> <p>Artigo 96 - “Os alunos mestres das cadeiras da Província continuarão a perceber a gratificação que lhes compete se quiserem frequentar as aulas da escola normal”.</p> <p>Artigo 97 - “Os alunos mestres da Província que frequentarem as aulas da escola normal, conservarão as suas gratificações enquanto mostrarem aproveitamento nas aulas, e vocação para o magistério”.</p> <p>Artigo 100 - “Fica suprimida a classe das alunas mestras”.</p>
<p>Dos professores públicos</p>	
<p>Regulamento de 8 de abril de 1857</p> <p>Artigo 67 - “Só podem ser professores públicos os cidadãos brasileiros que se mostrarem nas condições seguintes: 1ª – Idade de 18 anos. 2ª – Moralidade. 3ª – Capacidade profissional”.</p> <p>Artigo 82 - “Os atuais professores continuarão a perceber os mesmos ordenados que ora percebem. Os que forem providos de vagas e os que se habilitarem segundo as regras deste regulamento, no prazo que lhes será marcado, perceberão os seguintes vencimentos a saber: Os professores da escola de 2ª ordem, 1:000\$000 réis de ordenado e 400\$000 réis de gratificação. Os professores de escola de 1ª ordem para as cidades, 800\$000 réis de ordenado e 200\$000 réis de gratificação. Para as vilas, freguesias e quaisquer outros lugares 600\$000 réis de ordenado e 200\$000 réis de gratificação”.</p>	<p>Regulamento de 13 de maio de 1871</p> <p>Artigo 36 - “Os professores públicos serão nomeados pelo Presidente da Província dentre os cidadãos brasileiros que se mostrarem as seguintes condições: 1º Ser maior de 18 anos. 2º Ter moralidade 3º Capacidade profissional 4º Professar a religião do Estado”.</p> <p>Artigo 57 - “Os professores públicos vencerão anualmente: 1º Os da 1ª classe.....720\$000 2º Os da 2ª classe.....960\$000 3º Os da 3ª classe.....1:2000\$000”.</p>
<p>Regulamento de 1º de setembro de 1874</p> <p>Artigo 51 - “Para ser nomeado professor público de instrução primária é indispensável provar: 1º. Ser maior de 18 anos 2.º Ter moralidade 3.º Capacidade profissional 4.º Professar a religião do Estado”.</p>	<p>Regulamento de 16 de julho de 1876</p> <p>Artigo 45 - “Os candidatos ao magistério público deverão provar perante o diretor geral da instrução pública: 1º. Serem maiores de 18 anos, mediante certidão ou justificação. 2.º Moralidade e isenção de culpa por meio de</p>

<p>Artigo 66 - “Os professores públicos vencerão anualmente:</p> <p>1.º Os da cidade.....1:2000000</p> <p>2.º Os de vila.....1:000\$000</p> <p>3.º Os de freguesias.....800\$000</p> <p>4.º Os de bairro.....600\$000”.</p>	<p>certidão do pároco e folhas corridas. 3º. Capacidade profissional”</p> <p>Artigo 92 - “Os professores substitutos terão por vencimentos a gratificação marcada aos proprietários, e os descontos que sofrerem estes nos seus ordenados”.</p> <p>Artigo 94 - “Os professores contratados continuarão nas suas cadeiras enquanto o governo não puder preenchê-las com alunos diplomados na escola normal”.</p>
---	---

**Fonte:** Miguel e Martin (2004). Dados organizados pela autora.

O regulamento baixado em 8 de abril de 1857, instituiu normas à instrução pública primária e ao ensino particular primário e secundário. Abordou questões sobre as escolas, matrículas, materiais, disciplina e castigos, sobre os docentes, condições para atuar na docência, sobre o ensino particular, dentre outras disposições.

Em 1864, o presidente José Joaquim do Carmo relatou que havia esforços para melhorar as condições da instrução pública na Província, contudo, era inexistente o apoio da população, sendo baixa a participação dos paranaenses na escolarização. Nesse sentido, a evasão escolar foi comum nesse período, já que os pais não concebiam a escola como importante para seus filhos, preferindo que esses auxiliassem no trabalho, pois seu modo de vida não exigia a instrução.

No ano de 1867, o presidente Polidoro Cezar Burlamaque ressaltou as dificuldades, referentes a “Causas de diversa natureza, algumas das quais impossíveis de remover atualmente, dificultam e entorpecem a marcha do ensino primário” (PARANÁ, 1867a, p. 28). Dessa maneira, os condicionantes apontados foram a má organização da inspeção, o pouco zelo dos subinspetores, a falta de professores habilitados ao magistério e a indiferença dos pais. Naquele ano, haviam 1.642 alunos matriculados nas escolas públicas primárias, sendo 47 cadeiras públicas de primeiras letras: 30 eram para os meninos e 17 para as meninas.

O presidente Antônio Luiz Affonso de Carvalho ressaltou em 1870, que mesmo com as iniciativas jurídicas dispensadas para a instrução primária paranaense, a realidade prática era permeada por dificuldades. Segundo o seu relato:

Aqui no Paraná tem-se escrito muito sobre a instrução pública: largas dissertações encontro nos documentos oficiais, os quais atestam a alta ilustração de seus autores e os bons desejos, de que estavam possuídos. Mas é necessário que não dissimulamos: se muito se tem escrito, aconselhado e legislado, pouco se tem praticado e obtido e infelizmente neste ramo de serviço público, mais que em todos os outros, os momentos perdidos não se recuperam (PARANÁ, 1870, p. 10).

Os anseios eram os resultados práticos, pois mesmo com a produção de leis, a realidade não era satisfatória. Esse fato foi constatado em diferentes aspectos da escolarização, como na frequência, nos professores habilitados à docência, na classificação das escolas, no seu movimento de frequência e no número de alunos preparados anualmente.

As iniciativas de promover a educação continuaram com a fundação de escolas primárias e secundárias. Em 1871, Venâncio José de Oliveira Lisboa criou 8 escolas, a partir da lei n. 286, de 15 de abril. Além de implementar maior número no mesmo dia, Oliveira Lisboa empreendeu uma reforma da instrução pública, com a Lei n. 290, que estruturada em 43 artigos, legalizou o ensino religioso, o estudo bíblico e o primeiro artigo definiu que a instrução pública era composta por leitura e caligrafia, pelos elementos da língua nacional e aritmética.

Venâncio José de Oliveira Lisboa também foi responsável por sancionar o novo Regulamento da Instrução Pública Primária, em 13 de maio de 1871. O decreto extenso composto de 128 artigos foi estruturado nos seguintes títulos: da instrução pública primária, da instrução pública secundária, do ensino particular, da direção e inspeção do ensino, da secretaria da instrução pública e disposições gerais (MIGUEL; MARTIN, 2004, p. 184).

No tocante ao número de instituições públicas primárias existentes na Província, o inspetor geral, João Franco de Oliveira Souza, ressaltou ao presidente que até em dezembro de 1871, havia 80 escolas, sendo que 4 foram suprimidas, a partir da lei n. 317, de 9 de abril de 1872 (PARANÁ, 1873).

Segundo Oliveira Souza, existiam naquele momento 86 escolas públicas primárias, sendo 55 voltadas ao atendimento dos meninos e 31 das meninas, destas encontravam-se providas 39 masculinas e 25 femininas e as vagas, totalizaram 22, havendo 15 masculinas e 7 femininas. Referente ao ensino particular primário, o inspetor salientou que haviam 18 escolas frequentadas por 436 alunos, sendo 11 voltadas aos meninos, duas as meninas e 5 eram de atendimento misto (PARANÁ, 1873).

Em 1874, em defesa da criação de escolas mistas, ou seja, voltadas para o ensino de meninas e meninos de modo simultâneo, sem a comum separação da época, foram sancionadas as leis que criaram escolas com esse atendimento em alguns locais da Província. Segundo Castanha (2015), no Paraná as escolas mistas certamente já funcionavam nas colônias de imigrantes que se fixaram no território, em meados do século XIX, no entanto, as iniciativas oficiais foram datadas de 1874.

Os decretos promulgados em 11 de abril do referido ano, difundiram cadeiras de instrução primária promíscuas<sup>28</sup> que poderiam ser masculinas ou femininas. O regulamento de 16 de julho de 1876<sup>29</sup> retificou tal dubildade, proibindo os professores de lecionar para alunos de sexo diferente, sendo que as professoras eram permitidas lecionar aos meninos de até 10 anos.

Com o Ato de 26 de setembro de 1877, a maioria das escolas femininas e masculinas localizadas nas vilas e freguesias, foram transformadas em promíscuas e, as masculinas somente seriam convertidas as que se encontrassem vagas, ou que, futuramente estivessem na condição<sup>30</sup>. Nesse tocante, conforme a orientação legal de 1876, todas as escolas promíscuas e femininas deveriam ser regidas por professoras, fator que contribuiu para difundir a inserção do trabalho feminino<sup>31</sup> nas escolas paranaenses.

Em 1876, o presidente Adolpho Lamenha Lins realizou nova reforma do ensino, chancelada em 16 de julho. O novo Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província do Paraná foi dividido em 182 artigos, nos seguintes títulos: da instrução, das escolas públicas, dos professores, dos alunos mestres, da inspeção e direção da instrução e das disposições gerais. Um novo regulamento foi legalizado pelo presidente em 1877, o qual propôs o princípio do ensino primário obrigatório para alunos a partir de 6 anos, que residiam até 2 quilômetros da sede da escola.

No início da década de 1880, o presidente Manuel Pinto de Souza Dantas Filho afirmou que a Província realizava sacrifícios para promover e difundir a instrução primária, despendendo para a área, um quinto de suas rendas, no entanto, o retorno e o aproveitamento não correspondiam aos resultados esperados, já que era evidente o número desproporcional entre as escolas e a frequência.

---

<sup>28</sup> Nas escolas mistas ou promíscuas permitia-se estudar meninos e meninas na mesma turma. Conforme ressaltou Castanha (2015), mesmo com a preconização legal da coeducação nas Províncias, havia resistências para sua efetivação no fim do século XIX, com a realização de ações objetivando distanciar as crianças do sexo feminino e masculino, pois o contato entre meninos e meninas era considerado uma ameaça à ordem e a moral pública, pela sociedade da época.

<sup>29</sup> O artigo 103 preconizou que “É proibido aos professores públicos: § 3º. Lecionar alunos de sexo diferente. As professoras não estão compreendidas neste §, podendo lecionar menores até a idade de 10 anos” (MIGUEL; MARTIN, 2004, p. 276).

<sup>30</sup> Segundo o artigo 2º, do Ato de 26 de setembro de 1877, “A disposição do artigo [...] que converte em promíscuas algumas cadeiras do sexo masculino, só se fará efetiva para aquelas que estiverem atualmente vagas” (MIGUEL; MARTIN, 2004, p. 294).

<sup>31</sup> Em estudo comparativo entre as ações implantadas na Corte e nas Províncias do Rio de Janeiro, Mato Grosso e Paraná durante o século XIX, Castanha evidenciou a relação da implementação das escolas mistas com o processo de feminização do magistério, nesse sentido, “[...] os discursos produzidos por professores, intelectuais e administradores em defesa da coeducação foram centrais para construir bases legais que estimularam a feminização do magistério e a difusão das escolas normais femininas” (2015, p. 209).

O presidente descreveu a realidade da educação pública paranaense, citando o número de escolas primárias, dos alunos matriculados e dos que frequentavam, havendo assim, diminuição nas frequências em relação às matrículas:

[...] em relação à matrícula e frequência das escolas existentes na Província, temos, para a matrícula no sexo masculino 1.913 alunos e no feminino 1.133, que perfazem o total do 3.046; e que, distribuídos pelas 85 escolas públicas primárias, dão a matrícula média de 35 alunos para cada escolas; para a frequência temos, no sexo masculino, 1.471 alunos e no feminino 879 os quais completam o total de 2.350 alunos, que, distribuídos pelas 85 cadeiras dão a frequência média de 27 alunos para cada escola (PARANÁ, 1880, p. 39).

Em menor número, segundo o presidente, o quadro da iniciativa particular na Província era o seguinte:

[...] às escolas particulares, em número de 24, temos, para a matrícula no sexo masculino, 365 alunos, e no feminino 133, que perfazem o total de 498, e distribuídos pelas 24 escolas, dão a matrícula média de 20 alunos; para cada uma: para a frequência temos no sexo masculino 332 alunos e no feminino 133, que perfazem o total de 465, que distribuídos pelas 24 aulas particulares, dão a frequência média de 19 alunos para cada aula (PARANÁ, 1880, p. 39).

Sendo mais popularizado e difundido o ensino primário dentro do contexto provincial, a instrução secundária era limitada e, no entanto, também foi condicionada pela baixa frequência. Conforme salientou o presidente, “O ensino secundário é dado no Instituto paranaense, achando-se vagas, por falta de frequência, as cadeiras de História e Geografia, de francês e inglês da cidade de Paranaguá, e a de latim e francês de Antonina” (PARANÁ, 1880, p. 39).

Essa problemática do Instituto Paranaense e da educação primária, também se estendia a Escola Normal. Para tal, em 1882 foi aprovada a lei n. 712, de 30 de novembro que autorizou ao Governo reformar o ensino público, extinguiu o Instituto Paranaense e reorganizou a Escola Normal.

Em 1883, o presidente Luiz Alves Leite de Oliveira Bello decretou nova lei sobre a obrigatoriedade de ensino em 3 de dezembro. Assim, afirmou que a premissa, já chancelada na legislação, não estava sendo praticada e referiu-se também à relação família e escola, a qual no Período Imperial não foi consolidada. Nas suas palavras,

A obrigatoriedade foi editada em lei; mas, como uma aspiração platônica, quase impraticável; não deve coagir à escola quem quer, porém, quem pode; é dever escolar, investido da sanção coercitiva, sem a qual é burla risível, é correlativo ao direito da família de exigir que o ensino seja efetivamente coisa séria, que funcionem escolas em número bastante, mestres dignos do nome, métodos eficazes, auxílios

ao desvalimento dos maltrapilhos, enfim, que a aula pública opere como foco de atração, que deve ser, não polo negativo, como é (PARANÁ, 1883, p. 32).

Tendo essa concepção, o regulamento chancelado por Oliveira Bello, em 3 de dezembro, assegurou em seu primeiro artigo que “É obrigatória a frequência das escolas de ensino primário nas cidades, vilas e povoações da Província para todas as crianças; sendo dos 7 aos 14 anos de idade para o sexo masculino, dos 7 aos 12 anos para o sexo feminino” (MIGUEL; MARTIN, 2004, p. 374). Tal premissa possuía ressalvas, conforme alguns aspectos.

Sendo em 1882, extinguido o Instituto Paranaense, em 1884 juntamente com a escola normal, essas instituições foram recriadas. Em 1888, a lei n. 917, de 31 de agosto reduziu a instrução pública primária em duas entrâncias, compreendendo a primeira, as cadeiras das vilas e freguesias, e a segunda as escolas das cidades (MIGUEL; MARTIN, 2004, p. 434). O 3º artigo expandiu o ensino em instituições escolares promíscuas. No entanto, a lei também suprimiu algumas escolas devido à baixa frequência.

Com esse panorama, permeado por dificuldades decorrentes do contexto da época, foi possível percebermos, a partir da legislação e dos relatórios dos presidentes e inspetores, algumas iniciativas e decisões desses sujeitos na promoção da instrução pública. Conforme muitas autoridades afirmaram, somente as ações legais e jurídicas não eram suficientes, havendo a necessidade de realizar mudanças práticas, com a implementação de prédios escolares e a presença de professores habilitados, que trabalhassem os conteúdos elementares, religiosos e morais, a partir dos métodos indicados.

Para essa realidade almejada pelos governantes paranaenses, as limitações foram variadas, sendo possível analisarmos que com maior ênfase, apresentou-se a baixa frequência e a não valorização da educação pelas famílias, já que os interesses na sociedade brasileira do século XIX, eram outros.

Na escolarização provincial paranaense, foi possível constatar a explícita divisão de classes, com a escolarização pública primária voltada, sobretudo para as classes subalternas, instruindo esses sujeitos com saberes úteis, religiosos e morais, ou seja, formando para o conhecimento de conteúdos elementares e na preservação dos valores do século XIX.

No entanto, conforme evidenciamos, as classes menos favorecidas vivenciaram limitações para frequentar a escola, seja pelas longas distâncias e dificuldades de acesso e também, pela necessidade das crianças auxiliarem em casa, nos trabalhos com o gado, na lavoura, na extração de matérias primas, entre outros. Dessa forma, no contexto

imperial, as famílias não apresentaram a concepção de educação como elemento essencial, pois tal ideário foi disseminado somente a partir da república.

Outros entraves também foram constatados, como a mobilidade<sup>32</sup> dos presidentes e vice-presidentes, que contribuiu na descontinuidade de projetos e redefinições de propostas. A falta de professores foi outro elemento, já que escola normal da Província também apresentou dificuldades de funcionamento e ausência de alunos e, a carreira docente não era incentivada, sendo os professores considerados referências de moralidade e constantemente controlados pelos inspetores.

Nesse sentido, as dificuldades para o fomento da instrução pública foram variadas, pois sua difusão lenta no império foi condicionada por entraves materiais, históricos, políticos, sociais e culturais. Conforme ressaltamos nos capítulos anteriores, o Paraná possuía uma estrutura escravista, religiosa, patriarcal, latifundiária e agropastoril, contexto no qual a educação, mesmo sendo vista como elemento importante para a conservação da moralidade e dos costumes, não era o interesse principal.

Essa conjuntura influenciou no desenvolvimento educativo da região da Estrada de Palmas, pois a escolarização local propagou-se a partir da organização da inspeção, da formação de professores, da concepção da instrução e das políticas educacionais do âmbito geral imperial e provincial. Tendo em vista os entraves existentes, a difusão da instrução na região foi incipiente, havendo a organização de algumas escolas isoladas públicas e particulares, conforme abordado no tópico seguinte.

### **3.2 A Educação em Palmeira e Palmas**

No Período Imperial, a educação institucionalizada nos municípios localizados na área da influência da Estrada de Palmas foi materializada com a implementação do ensino primário elementar. O percurso educativo da região iniciou no povoado de Palmeira, com a criação de uma escola isolada, ainda pelo governo geral.

De acordo com o Decreto de 13 de outubro de 1831, foram implementadas cadeiras de primeiras letras em diversas comarcas da Província de São Paulo, dentre elas, na Comarca de Curitiba. O primeiro artigo da referida lei estabeleceu que,

---

<sup>32</sup> “A circularidade do poder na Província foi intensa. Entre o final de 1853 até 15 de novembro de 1889 foram 55 mandatos diferentes, perfazendo uma média de menos de 8 meses por mandato. Dos 55 mandatos apenas 9 foram superiores a um ano e, destes, só 2 superiores a dois anos e foi nesses nove mandatos que a maioria das medidas em favor da instrução pública foram decretadas” (CASTANHA, 2007, p. 364).

Ficam criadas cadeiras de primeiras letras na comarca de São Paulo nas freguesias de Cutia, Caçapava, S. Bento, Queluz, e Colônia Alemã de Santo Amaro; na comarca de Itú nas freguesias de Pirapora, Capivari e Caconde; na comarca de Curitiba na vila de Castro, e nas freguesias de S. José dos Pinhais, Palmeiras, Ponta Grossa, e Xiririca, e na colônia Alemã da entrada da Mata (BRASIL, 1831).

Com a aprovação do Ato Adicional, o governo de São Paulo responsabilizou-se pela manutenção dessas escolas primárias. Conforme ressaltamos, decorrente das concepções da educação no império e dos entraves históricos, o sistema de instrução público organizado pela Província foi limitado, problemática que perdurou também na organização paranaense.

Na gestão paulista, conforme indicado nos relatórios dos presidentes de Província, houve em Palmeira uma tentativa de implementação de escola pública, voltada aos atendimentos dos meninos que na década de 1840, funcionou apenas em 1846, sob a regência do professor Joaquim Ribeiro da Silva (SÃO PAULO, 1846). Já nos outros anos, a instituição permaneceu vaga.

Dessa forma, no governo paulista houve uma busca inicial de efetivação de escola, no entanto, as atividades letivas começaram a funcionar de forma contínua na Freguesia com a emancipação do Paraná. Assim, houve uma melhor regularidade de escolas na região, pois as distâncias diminuíram e com isso possibilitou-se o controle, a fiscalização e o acompanhamento das ações pelos inspetores, bem como a agilidade na contratação de professores e na efetivação das políticas educacionais.

Na região dos Campos de Palmas, com a ocupação do território, a partir de 1839, o povoado foi subordinado administrativamente à vila de Guarapuava. Dessa forma, anteriormente à emancipação da Província do Paraná, Guarapuava já possuía escolas instaladas pelo governo paulista. Nesse panorama de grandes distâncias, dificuldades de comunicação e conquistas de territórios, a primeira escola foi criada em 1854, quando 734 habitantes residiam no local.

Essa instituição foi implementada por meio da Lei n. 17, de 14 de setembro, a qual preconizou em seu 8º artigo “Fica igualmente criada na capela de Palmas uma cadeira de primeiras letras para o sexo masculino” (MIGUEL; MARTIN, 2004, p. 34). A partir desse momento, o povoado recebeu novas instituições financiadas pela Província e pelo setor particular. Esse processo foi lento e de forma gradativa, escolas primárias masculinas, femininas e mistas foram instituídas, extinguidas e reabertas.

Em 1855, Palmas foi elevada à categoria de freguesia, pertencente à Guarapuava. Nesse contexto, permaneceu com uma escola primária masculina, regida

pelo professor Pedro Ribeiro de Souza e inspecionada por Antônio de Oliveira Ribas (PARANÁ, 1856).

Já Palmeira, na condição de freguesia de Castro, em 1854 foi habitada por 1.818 pessoas (PARANÁ, 1854). Nesse ano, o vice-presidente Theófilo Ribeiro de Rezende, ressaltou sobre a criação de uma escola primária feminina no local, além da gratificação de uma docente:

As que dependiam do governo foram atendidas com a criação de escolas para o sexo feminino nas povoações de Campo Largo, Palmeira e Ponta Grossa, tendo-se antes resolvido gratificar a professora particular da freguesia da Palmeira, Francisca Antônia de Frias, com a quota autorizada pelo art. 10 da lei provincial n. 17 de 14 de setembro de 1854 (PARANÁ, 1855a, p. 34).

Em 1856, Palmeira dispunha de duas escolas primárias que atendiam meninas e meninos, sendo inspecionadas por Manoel José de França Borges. O professor da cadeira masculina foi Manoel José Dias da Costa e na feminina, lecionou Francisca Antônia de Frias (PARANÁ, 1856). Em 1857, a escola feminina encontrou-se vaga, conforme frisou o inspetor geral, Joaquim Ignácio Silveira da Mota. Mesmo com poucas instituições, ele explicitou que Palmeira registrou um caso de violência escolar dos alunos contra o professor, por meio de ameaças (PARANÁ, 1857).

Na década de 1850, a freguesia de Palmas integrava o distrito educacional de Castro, formado por 9 escolas, sendo 3 na sede, duas em Guarapuava, uma na freguesia de Tibagi, duas na Colônia Thereza e uma no povoado palmense. Em relatório, o inspetor Silveira da Mota, salientou sobre sua criação, sendo a primeira “Cadeira masculina, provida por contrato em 1857, segundo o artigo 25<sup>33</sup> do regulamento de 8 de abril de 1857, com a retribuição de rs. 300U000” (PARANÁ, 1859b, p. 31). O professor da referida escola foi o Vigário José Xavier Pimenta.

Com relação à freguesia de Palmeira, em 1859, Silveira da Mota relatou os profissionais atuantes no sistema de inspeção da Província, sendo que Bento Fernandes de Barros foi responsável por 12 escolas paranaenses: 4 na capital, uma na freguesia do Iguaçu, uma em Votuverava, uma no Rio Negro, duas em Campo Largo, duas na vila do Príncipe e de uma cadeira em Palmeira. Junto às escolas do Iguaçu, Campo Largo,

---

<sup>33</sup> O referido artigo do Regulamento de 8 de abril de 1857, dispôs sobre as condições legais para subvencionar um professor particular, ressaltando que “Quando em uma povoação não houver número suficiente de alunos, que determine a criação ou continuação da escola pública, ou quando falte pessoa com as atribuições legais para ser provida, poderá o inspetor geral, com audiência do inspetor do distrito, e autorização do governo, contratar com qualquer professor particular, que melhores habilitações possuir, a admissão gratuita, na sua escola, de meninos pobres, mediante uma gratificação de cento e cinquenta mil réis a trezentos mil réis” (MIGUEL; MARTIN, 2004, p. 55).

Palmeira, Príncipe e Rio Negro havia os subinspetores. Nesse período, as escolas da respectiva freguesia foram subordinadas administrativamente ao distrito da capital.

No mesmo relatório, o inspetor ressaltou que em Palmeira havia duas escolas primárias em funcionamento: uma pública, com 12 alunos e outra particular, contendo 20 meninos matriculados, já a cadeira feminina permaneceu vaga desde 1857. Sobre a escola pública primária masculina, Silveira da Mota salientou em 1859, que a instituição foi

Provida definitivamente a 13 de novembro do ano passado; por falta de casa no lugar, foi mandado ensinar na cidade de Castro, por ordem de 8 de janeiro do ano corrente, enquanto se providenciava para aquisição de casa, e regressando para a sua cadeira, nela começou a funcionar em outubro (PARANÁ, 1859b, p. 20).

O professor responsável pela turma foi Previsto Gonçalves da Fonseca Columbia, que residia na escola. Segundo o inspetor, ele ensinava conforme o método preconizado na legislação e possuía a turma dividida em 3 classes, havendo 6 de seus estudantes preparados para o exame. Outra ressalva de Silveira da Mota sobre o docente, foi acerca de sua dedicação aos trabalhos escolares, o qual recebeu elogios do Dr. Inspetor do Distrito de Castro, por sua inteligência e dedicação, assim, por seu aproveitamento o professor seria transferido para outra localidade.

Em 1862, o inspetor geral do ensino foi José Lourenço de Sá Ribas. Neste ano, a Freguesia de Palmeira pertencia ao distrito da Comarca de Castro, composto por 11 cadeiras. No tocante à instrução pública, Palmeira possuía uma cadeira feminina e uma masculina, já a iniciativa particular foi responsável por 3 escolas. As escolas públicas atendiam 11 meninas e 22 meninos. As particulares eram masculinas e somaram o atendimento de 38 meninos.

A cadeira pública masculina foi regida pelo professor João de Araújo França, o qual ainda era inexperiente, mas segundo o inspetor, “Provou idoneidade no exame a que foi admitido, fazendo parte da classe normal, como aluno-mestre<sup>34</sup>” (PARANÁ, 1862, p. 35). Tal escola teve a frequência de 22 alunos. Já a cadeira pública feminina foi regida por Maria Bernardina de Almeida Ribas. Sua turma foi frequentada por 11 alunas.

---

<sup>34</sup> A prática do sistema dos alunos mestres foi realizada no império buscando acelerar e qualificar a formação de professores, conforme ressaltou Castanha “No Paraná, o sistema dos alunos adjuntos foi adotado com adaptações no regulamento de 8 de abril de 1857. Os alunos deveriam ter 16 anos e o tempo de experiência seria de dois anos. De acordo com o artigo 63, o aluno que conseguisse aprovação nos dois anos poderia ser nomeado professor vitalício” (2007, p. 481).

Em 1862, a freguesia de Palmas estava sob a jurisdição da comarca de Guarapuava. Conforme relatou o inspetor José Lourenço de Sá Ribas, a comarca foi composta por 5 escolas, havendo “2 na vila de Guarapuava, 1 para cada sexo; 1 na freguesia de Palmas, para o sexo masculino; e 2, uma para cada sexo, na colônia Thereza” (PARANÁ, 1862, p. 36). Nesse sentido, o inspetor em Palmas foi Antônio de Oliveira Ribas.

Acerca da escola pública em atividade, José Lourenço de Sá Ribas ressaltou que a cadeira foi provida por contrato com o pároco Francisco Xavier Pimenta, desde 1857, o qual residia na escola. Sobre especificações da instituição, o inspetor frisou que devido às grandes distâncias do local até a capital não havia muitas informações.

É quanto posso informar com o único documento que possuo, que é o mapa anual do professor, sem distinção de classes. A distância em que está esta escola da inspetoria geral, e a falta de comunicação dão causa a que se não possa exercer uma inspeção eficaz sobre ela, de modo que, desde a sua instalação, não se tem podido fazer uma ideia do resultado do ensino sobre a população (PARANÁ, 1862, p. 37).

As distâncias e a precariedade de estradas foram uma das limitações à expansão da escolarização em Palmas no período, havendo poucas escolas, matrículas e informações dos trabalhos. Assim, juntamente com o ensino primário público que atendia 16 meninos, havia uma escola particular masculina, na qual estudavam 12 alunos. Em números gerais, foram 28 alunos matriculados. Diante disso, a escola da freguesia de Palmas, juntamente com a instituição de Morretes, obteve destaque em detrimento das outras, pois no ano findo, 16 de seus estudantes foram aprovados em exame.

As dificuldades, como as longas distâncias da freguesia, a questão de mudar ou não sua sede e a falta de docentes, contribuíram para que no final da década de 1860, até o início da de 1870, Palmas não contasse com escola em funcionamento.

Já em Palmeira, houve regularidade. Dessa forma, em 1864, Amélia Isolina de Carvalho Bordes foi contratada para lecionar para vinte meninas (PARANÁ, 1864). O contrato com a professora particular na freguesia estava de acordo com o artigo 25º, do Regulamento de 8 de abril de 1857, o qual previu as condições para subvencionar professores para lecionar aos alunos carentes que residissem em locais que não houvesse uma escola, sendo por número insuficiente de estudantes ou, na ausência de pessoa com as atribuições legais para ser provida.

Em 03 de maio de 1869, Palmeira emancipou-se do município de Ponta Grossa. Segundo os dados do relatório provincial emitido neste ano, Ponta Grossa possuía 75

meninos matriculados e 26 meninas. Com relação à freguesia de Palmeira, havia 17 meninos e 21 meninas matriculadas (PARANÁ, 1869). Ressaltamos neste sentido, a maior predominância de matrículas femininas.

Em 1866, o presidente André Augusto de Pádua Fleury, frisou que a escola pública da freguesia de Palmas estava vaga por falta de professor, sendo a cadeira suprimida (PARANÁ, 1866). Nesse panorama, foi somente no início da década de 1870 que a instrução pública foi retomada na freguesia, com a aprovação da lei n. 214, de 30 de março de 1870. Essa norma preconizou que “Fica criada uma escola de instrução primária para o sexo masculino, na freguesia de Palmas, do município de Guarapuava: revogadas as disposições em contrário” (MIGUEL; MARTIN, 2004, p. 161).

Em 1871, Palmeira dispunha de uma escola pública primária destinada às meninas, contendo 21 matrículas e regida pela professora Maria Clara Barbosa da Gama. Com relação à educação dos meninos, o município deteve uma escola pública primária, contendo 13 meninos matriculados até 22 de outubro de 1870, pois a partir desta data a escola ficou vaga (PARANÁ, 1871). Com relação ao ensino particular, havia uma escola em atividade no ano de 1872.

Conforme o exposto ficou evidenciado que num primeiro momento, foram nesses dois núcleos populacionais que a instrução pública foi disseminada na área de influência da Estrada de Palmas, sendo que em Palmeira houve maior número de instituições e matrículas durante o período provincial.

Com a ocupação do território e a criação de povoados e freguesias, a política de escolarização difundiu-se dentro dos limites. Na década de 1870, ocorreram transformações sociais e administrativas na região, pois em 1871, o povoado de São João do Triunfo foi elevado à categoria de freguesia, Palmas em 1877 passou a ser vila e União da Vitória, freguesia.

No ano da emancipação de São João do Triunfo, o governo instalou uma escola masculina na comunidade, por meio da lei n. 286, de 15 de abril de 1871. Destacamos também a ênfase do ensino particular no local, pois no início do ano de 1872, o quadro escolar foi composto somente por uma escola primária mista particular.

Já no final do mesmo ano, o inspetor geral João Franco de Oliveira Souza, frisou que havia em funcionamento duas escolas públicas primárias, sendo uma feminina e outra masculina. Com relação aos docentes, o professor José Agostinho dos Santos foi nomeado para reger a cadeira masculina, já a professora Maria Rosa dos Santos, possuiu contrato para lecionar às meninas (PARANÁ, 1873). A instituição feminina não foi

mantida, pois em 1878, a freguesia possuía apenas uma escola pública primária masculina, regida por Manoel Ferreira da Costa, contendo 28 alunos.

Com relação à Palmas, o inspetor geral informou em 1872 que o local possuía duas instituições públicas primárias, sendo uma feminina e outra masculina, porém ambas não estavam em funcionamento (PARANÁ, 1873).

Nesse contexto, União da Vitória apresentou quadro educativo organizado na década de 1870, pois anteriormente de ser elevada à categoria de freguesia em 1877, já possuía uma instituição escolar mista legalizada pela lei n. 450, de 6 de abril de 1876. Conforme descreveu Silva (1933), a escola constituiu a primeira do povoado, onde lecionou Raimundo Colaço e entre 1877 a 1879, foi substituído por Cipriano Mendes Sampaio.

No ano de 1877, Palmas foi emancipada de Guarapuava, passando a categoria de vila e município. Conforme os dados de 1878, o município possuía uma docente e em seu quadro geral, foram 13 meninos matriculados e 8 meninas. O ensino particular foi ministrado em uma instituição masculina com 14 alunos matriculados (PARANÁ, 1879).

Em relação ao município de Palmeira, algumas cadeiras públicas primárias da vila foram abordadas na lei n. 502, de 10 de maio de 1878, que sancionou o restabelecimento e extinção de escolas. O decreto promulgado pelo presidente Rodrigo Octávio de Oliveira Menezes, no 1º artigo restabeleceu as escolas primárias do sexo masculino e feminino na vila e seu 3º artigo aboliu a escola primária promíscua<sup>35</sup> do município.

Em 1878, Palmeira dispunha de duas escolas públicas primárias. No tocante à educação dos meninos, eram 19 meninos matriculados nas aulas do professor José Agostinho dos Santos. Já na cadeira feminina, foram 25 alunas matriculadas nas aulas da professora Maria Rosa dos Santos (PARANÁ, 1879). Destacamos que, naquele momento na vila, a maior procura de matrículas foi para meninas.

Sendo elevada à categoria de freguesia em 1877, União da Vitória, apresentou povoamento em ascensão e demanda escolar. Na década de 1880, novas mudanças ocorreram com a instalação de imigrantes, a exploração de matérias primas, a navegação a vapor etc. O crescimento demográfico foi condicionante para que novas

---

<sup>35</sup> Conforme supracitamos no tópico anterior, as escolas promíscuas foram difundidas oficialmente na Província a partir de 1874. Com o Ato de 26 de setembro de 1877, algumas cadeiras femininas e masculinas localizadas em vilas e freguesias foram transformadas em promíscuas. Nesse caso, a cadeira existente em Palmeira foi extinta.

cadeiras públicas e particulares fossem implementadas, no entanto, o panorama escolar da região continuou bem incipiente.

No início da década de 1880 uma cadeira de instrução primária masculina foi implementada em União da Vitória, pela lei n. 577, sancionada pelo presidente Manuel Pinto de Souza Dantas Filho, em 8 de abril de 1880. Conforme relatou Silva, neste ano em União da Vitória,

[...] frequentavam a Escola de primeiras letras do Mestre Cipriano Mendes, os alunos Benedito Laurindo, José e Diogo de Brito, José Luzia, Antônio Moreira, José de Ramos, Calixto de Abreu, José e Santiago Antunes, Balduino Gaspar, Pedro e Inocêncio Buava, Antônio dos Anjos, Manuel Firmino, Domingos Pacifico, Jeronimo Domingues, Veríssimo Alves e Amado do Espírito Santo (1933, p. 35-36).

Em Palmeira, o maior povoamento de imigrantes contribuiu para que o governo provincial dispensasse atenção para a educação aos colonos, pois com o decreto n. 659, sancionado pelo presidente João José Pedrosa em 1881, foi implementada uma cadeira promíscua no núcleo Papagaios Novos.

Já em 1882, a educação dos adultos apresentou desenvolvimento nos municípios de Palmeira e Palmas. No dia 9 de agosto foi criada uma escola noturna sob a regência do professor Ernesto Boese em Palmas, sendo mantida pelo município, forma mais generalizada de financiamento da modalidade na Província. Em Palmeira, a instalação da escola ocorreu em 23 de junho de 1882, na qual lecionou Joaquim Vicente da Silva Montepoliciano.

Segundo o diretor geral da instrução pública, Moyses Marcondes, estava sendo animador o desenvolvimento desta modalidade, pois desde março até agosto de 1882, foram criadas 15 escolas noturnas em diversos locais da Província. Com relação ao financiamento das instituições, a maior parte era mantida pelos governos municipais e o restante possuía subvenção particular (PARANÁ, 1882).

O diretor geral da instrução pública informou que os estudantes das escolas noturnas constituíram-se, sobretudo de trabalhadores escravizados<sup>36</sup>, os quais demonstraram interesse e bons resultados. Nesse contexto, os cativos na região da Estrada de Palmas atuaram em atividades domésticas e principalmente, nas ações agropecuárias, pastoris e tropeiras. Dessa maneira, as escolas noturnas para adultos,

---

<sup>36</sup> O Regulamento da Instrução Pública Primária do Paraná promulgado em 1871 proibia a matrícula e a frequência da população escravizada na escolarização. Já em 1872, foi instituído o ensino noturno, o qual não coibiu a participação de escravos, no entanto, o Regulamento da Instrução Primária da Província promulgado em 1874, novamente impediu a presença dos trabalhadores. Com a aprovação da Lei n. 2.040, de 28 de setembro de 1871, conhecida como Lei do Ventre Livre, a legislação do Paraná incluiu os escravizados na escola, a partir da Lei n. 769 de 1883 (BARROS, 2016).

constituíram-se outra iniciativa na escolarização elementar das classes subalternas empreendida na Província paranaense.

Um ano após a instalação das referidas escolas, o presidente Luiz Alves Leite de Oliveira Bello relatou que havia 14 escolas noturnas, sendo duas localizadas na capital e 8 destas eram mantidas pela esfera municipal. No entanto, as instituições não obtiveram sucesso nos anos finais do período provincial, pois conforme ressaltou o presidente Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, em 1886, o número reduziu-se para 4 escolas, mantidas pelas municipalidades de Curitiba, Ponta Grossa, Morretes e Lapa. Com relação às matrículas, Faria Sobrinho destacou que as instituições atendiam exclusivamente o sexo masculino e, juntas totalizaram 115 matrículas, com frequência de 81 estudantes (PARANÁ, 1886b).

No período republicano, a legislação da educação paranaense continuou incentivando a educação dos adultos, pois as primeiras leis da instrução pública promulgadas na década de 1890 abordaram o ensino noturno<sup>37</sup>.

Em 14 de outubro de 1884, a Lei n. 787, sancionada pelo presidente Brazílio Augusto Machado de Oliveira, expandiu o ensino público primário feminino no município de Palmas. O decreto preconizou a criação de duas escolas de instrução primária em Palmas: uma para o sexo feminino na vila e outra na freguesia de Nossa Senhora da Luz da Boa Vista<sup>38</sup>.

Em 1885, lecionava na escola pública de União da Vitória, o professor Rodolfo Boese. Dentre os estudantes, estavam os seguintes nomes: Pedro José da Silva, Firmina Silva, José Bino, David Bertholino, Felipe e Henrique Bueno, João e Salvador Nunes (SILVA, 1933).

A lei n. 851 de 27 de novembro de 1886, instituiu escolas em bairros e freguesias da sociedade palmense. Chancelada por Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, significou um avanço na escolarização elementar de Palmas, pois criou uma escola promíscua de instrução primária nos bairros Mangueirinha<sup>39</sup> e em São Sebastião do Passo dos Carneiros. Com relação à União da Vitória, a freguesia recebeu por meio dessa lei, uma cadeira feminina e a escola da freguesia de Nossa Senhora da Luz da Boa

---

<sup>37</sup> O Decreto n° 31 de 1890, preconizou em seu 6° artigo que “As câmaras municipais ou as autoridades que as substituírem, criarão desde já escolas noturnas, ou pelo menos subvencionarão, segundo os seus recursos, alguma daquelas que forem estabelecidas por iniciativa particular, e tiverem frequência não inferior a quinze alunos” (ESTADO DO PARANÁ, 1890). Da mesma forma, no Ato de 30 de março de 1891, foi assegurado no artigo 177 que “Serão estabelecidas escolas noturnas nas cidades e mais localidades do Estado, a proporção que forem criados os recursos para o respectivo custeio” (ESTADO DO PARANÁ, 1891).

<sup>38</sup> Corresponde atualmente ao município de Clevelândia, emancipado de Palmas em 1892.

<sup>39</sup> Corresponde atualmente ao município de Mangueirinha, desmembrado de Clevelândia em 1946.

Vista foi declarada promíscua. No mesmo ano, o professor Jayme Schleder de Sá Balão foi contratado para lecionar aos meninos de São João do Triunfo (PARANÁ, 1886a).

Na freguesia de União da Vitória, em 1886, o professor normalista Francisco de Paula Guimarães foi contratado para reger a cadeira do sexo masculino. Neste ano, o professor Libero Teixeira Braga implementou seu colégio no local e obteve matrículas de alunos procedentes de Palmas e demais localidades, no entanto, o educador permaneceu por pouco tempo no local (SILVA, 1933).

Com a Lei n. 917, de 31 de agosto de 1888, foi preconizada a implantação de uma instituição promíscua em Palmas e Palmeira. A partir desse decreto, foram extintas as cadeiras especiais de meninas e meninos e sancionada a instalação de uma única escola promíscua, a qual atendia os meninos no período da manhã e as meninas à tarde. Para tal, foram extintas todas as cadeiras especiais criadas com o preceito de divisão entre meninas e meninos. Conforme o 4º artigo, o ensino foi dividido em duas seções, sendo a primeira para os meninos, ofertada das 8 às 11 horas da manhã, a segunda para as meninas, entre as 13 horas até às 16 horas (MIGUEL; MARTIN, 2004, p. 434).

Com a separação dos sexos e a divisão do horário dedicado à instrução dos meninos e meninas, houve diminuição nas horas diárias de permanência dos alunos na escola e conseqüentemente, ocasionou a redução dos conteúdos. A mesma lei, sancionada pelo presidente Balbino Cândido da Cunha, legalizou a redução da instrução primária em duas entrâncias: a 1ª referindo-se às cadeiras existentes nas vilas e freguesias e a 2ª referente às cidades.

Conforme o exposto, o panorama escolar na região foi disseminado inicialmente em Palmeira, com a organização do governo central imperial. Havendo a ocupação dos campos de Palmas, em 1854, sob a responsabilidade do governo paranaense, a escolarização foi difundida na extensa área dos campos. Assim, entre 1854 até o final do período provincial apresentou oscilações no número de escolas primárias em atividade.

No tocante ao número populacional desses locais, conforme o Censo Geral do Império de 1872, entre a população livre e escravizada, o município de Palmeira possuía 5.116 pessoas, na freguesia de Palmas residiam 3.301 pessoas e a freguesia de São João do Triunfo, totalizou 1.182 moradores (BRASIL, 1872). Nesse contexto, o total de instituições primárias públicas e particulares na região apresentou variações, sendo o maior número de 5, conforme revelou o quadro a seguir:

**Quadro 6** - Síntese do número de escolas primárias públicas/particulares e matrículas em Palmeira, Palmas, São João do Triunfo e União da Vitória, entre 1854 e 1882.

Ano	Palmeira		Palmas		São João do Triunfo		União da Vitória
	Escolas	Matrículas	Escolas	Matrículas	Escolas	Matrículas	Escolas
1854	1	-*	1	-*	-	-	-
1856	2	92	1	21	-	-	-
1861	5	71	2	28	-	-	-
1866	3	-*	-	-	-	-	-
1873	2	-*	-	-	2	-*	-
1878	2	44	2	35	1	28	1
1882	5	66	2	-*	1	13	1

\*não foi identificado o número de matrículas nos referidos anos.

**Fonte:** PARANÁ, 1854, RP<sup>40</sup>; PARANÁ, 1856, RVP<sup>41</sup>; PARANÁ, 1862, RIG<sup>42</sup>; PARANÁ, 1867a, RP; PARANÁ, 1873, RIG; PARANÁ, 1879, RP; PARANÁ, 1882, RIG. Dados organizados pela autora.

Foi possível observarmos que nos municípios de Palmas e Palmeira ocorreu o maior desenvolvimento educativo durante o período provincial, já que os demais povoados ainda estavam em processo de ascensão. A maior incidência de instituições escolares primárias isoladas ocorreu em Palmeira, a qual enquanto freguesia dispunha de uma a 5 instituições e após sua emancipação, em 1869, o número variou entre duas a 5 escolas em atividade.

Em Palmas, o número de escolas instaladas foi menor, sendo entre uma a duas instituições vigentes. O panorama de apenas uma escola manteve-se no local durante a década de 1850. Em 1860, a freguesia dispunha de duas escolas e a partir de meados dessa década, até início de 1870, essas ficaram vagas. Destacamos que um dos condicionantes para essa realidade de poucas instituições e, até a ausência, foi a problemática de o povoado mudar ou não a sede da vila, decorrente nas décadas de 1850 e 1860.

Em São João do Triunfo e União da Vitória, povoados elevados à categoria de freguesia na década de 1870, destacamos o início da implementação de escolas. Em São João do Triunfo, a partir de 1873 identificamos a presença de uma a duas escolas em atividade até os anos finais do Paraná provincial. Já na freguesia de União da Vitória, pertencente a Palmas, o número de apenas uma instituição pública vigente na comunidade permaneceu até 1889.

No tocante às matrículas, foi possível analisarmos em Palmeira, Palmas e São João do Triunfo que os números apresentaram oscilações. Na freguesia de São João do Triunfo desde a implementação da primeira escola, houve ascensão. Em Palmas, com o fechamento das escolas em meados das décadas de 1860 e 1870, o crescimento que

<sup>40</sup> Relatório do Presidente da Província.

<sup>41</sup> Relatório do Vice Presidente da Província.

<sup>42</sup> Relatório do Inspetor Geral de Ensino.

estava sendo consolidado apresentou decadência, sendo retomado em fins de 1870. Já em Palmeira o quadro apresentou variações, pois em 1856, com apenas duas escolas atendiam-se 92 estudantes, já em 1882, o número de 5 cadeiras atendiam menor quantidade, no total de 66 alunos.

Tal quadro foi condicionado pelos entraves históricos do período provincial, quando a formação docente na escola normal era limitada, havia grandes distâncias entre a capital e as povoações, a população não considerava a instrução pública relevante e grandes taxas de evasão escolar eram registradas.

Outro condicionante que podemos apontar para a presença de poucas escolas foi a perspectiva dos governantes ao território e da população à escola. Conforme a exposição que realizamos nos primeiros capítulos, ficou evidente que o governo provincial paranaense possuía outros interesses: a ocupação dos territórios, a demarcação de fronteiras e o estabelecimento de comunicação com os povoados, buscando integrá-los com a capital e demais cidades.

Com relação à população, a falta de interesse e a resistência por parte dos moradores foi outra limitação, conforme evidenciado no número de matrículas. Tal resistência emergiu pelo fato das famílias menos abastadas preferiam utilizar-se do trabalho das crianças, não considerando a escola como uma possibilidade de ascensão aos filhos.

Concluimos assim, que foi incipiente a implementação de escolas na área de influência da Estrada de Palmas, quando a atividade agropastoril e tropeira integraram os aspectos estruturais dessa sociedade, pois a educação nesse contexto, não foi um elemento de interesse. Para tal, o número de escolas apresentou aumento quando novas atividades econômicas emergiram e os ideais republicanos na educação começavam a ser divulgados, como ficou evidenciado no próximo capítulo.

## **CAPÍTULO 4 - A EDUCAÇÃO NO PERCURSO DA ESTRADA DE PALMAS- PALMEIRA NO PERÍODO DE 1890-1916**

No presente capítulo, dividido em 3 tópicos, discutimos sobre a organização da instrução nos municípios ligados pela Estrada de Palmas, entre 1890 até 1916. Nesse momento, houve significativo aumento de implementação de escolas, tanto pela iniciativa pública estadual e também de forma comunitária, pelos colonos imigrantes.

Na primeira seção, enfatizamos as concepções de educação em âmbito nacional e, sobretudo, acerca das iniciativas e dos decretos promulgados pelo governo paranaense voltados à instrução. Após a contextualização em âmbito macro, o segundo item abordou a expansão da instrução primária e secundária nos municípios integrantes da área de abrangência da Estrada de Palmas. No terceiro tópico, relacionamos o desenvolvimento educativo da região com os aspectos econômicos e sociais, pois nesse momento, novas formas de trabalho apresentaram expansão e registrou-se maior incidência demográfica.

### **4.1 A Educação Paranaense Dentro do Projeto de Nação Republicano**

Com a proclamação do regime federativo em 1889, o modelo político e administrativo do país foi alterado, o que exigiu reformulação da legislação, porém algumas práticas do Período Imperial permaneceram, como o sistema de gestão descentralizado no setor educacional.

Os governos estaduais continuaram organizando o ensino em geral e o governo central responsabilizou-se pela criação de escolas secundárias e pelo nível superior nos Estados. Uma das reformas de destaque no alvorecer da república, em âmbito nacional, foi o Decreto n. 981, de 8 de novembro de 1890, conhecido como reforma Benjamin Constant, responsável por regulamentar o ensino primário e secundário no Distrito Federal e constituiu-se como referência para a organização educacional no país.

Em perspectiva de totalidade, a disseminação de instituições escolares nos municípios localizados na influência da Estrada de Palmas não foi desvinculada das relações do contexto brasileiro e paranaense na época. Dessa forma, com relação aos ideais e concepções de educação no âmbito macro das discussões, o ensino foi concebido como essencial na constituição da nação, pois por meio dele objetivou-se formar o novo cidadão brasileiro: republicano, patriota, alfabetizado, eleitor, disciplinado, entre outros.

A concepção da instrução como solução nacional, baseou-se nos fundamentos liberais e nos modelos modernos de educação vigentes nas nações mais desenvolvidas, sobretudo, nos países europeus e norte-americanos. O positivismo foi outra influência, materializada assim, com a introdução do ensino das ciências físicas e naturais no currículo do ensino primário e secundário.

Em conformidade com essa realidade, os valores cívicos patriotas, juntamente com o ensino da moral, foram preconizados pela legislação no currículo escolar. Houve interesse público na educação, pois além da ênfase na implementação de instituições escolares, buscou-se a difusão de novos hábitos e modos de pensar que estivessem de acordo com os princípios defendidos pelo regime (SCHENA, 2002).

Para tal, a educação foi concebida como essencial para a formação da cidadania, tornando a sociedade participativa, democrática e também para estabelecer a unidade da nação, já que grande quantidade de imigrantes adentrava no país. Nos primeiros anos da república, a escolarização paranaense referenciou-se nas iniciativas do Estado de São Paulo, inspiração influenciada pelo sistema oligárquico e pela hegemonia da economia paulista. Nas palavras de Oliveira,

As oligarquias regionais das unidades federativas mais expressivas economicamente, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul, exerciam forte pressão política no governo federal para favorecer seus empreendimentos com repercussões na área da educação. São Paulo, concorrendo expressivamente para a balança comercial brasileira, recebia apoio e benefícios, possibilitando-lhe investimentos em sua estrutura educacional, que se tornou, posteriormente, referência para os Governos do Paraná (2001, p. 145).

Além da influência paulista, inspirações internas e externas, repercutiram na organização dos três níveis de ensino, “[...] no tocante à a implementação de uma nova estrutura de ensino primário, pela dinamização do curso ginásial e dos cursos técnicos, da Escola Normal e Comercial, e pela criação de cursos superiores, estruturados sob a forma de Universidade” (OLIVEIRA, 1994, p. 36). A educação também foi composta com a etapa do ensino infantil, concretizada nas escolas maternas e nos jardins de infância.

Referenciando-se nesses princípios, a legislação educacional do Paraná na primeira república foi composta por 9 regulamentos, juntamente com leis diversas. O quadro a seguir sintetizou algumas disposições referentes à instrução pública e particular, matrículas e professores do Decreto nº 31, de 29 de janeiro de 1890, do Ato

de 30 de março de 1891, do Decreto n. 93, de 11 de março de 1901, do Regulamento Orgânico de 1909 e do Código do Ensino de 1915.

**Quadro 7** - Síntese das disposições sobre a instrução primária, escolas, matrículas e professores dos regulamentos do Estado entre 1890 a 1915.

Instrução primária	
<p>Decreto nº 31 de 29 de janeiro de 1890</p> <p>Artigo 1º - “A instrução primária elementar do Estado do Paraná, será ministrada: 1.º - por cadeiras já criadas e as que forem estabelecidas nas cidades, vilas e freguesias, e nos povoados onde verificar-se a existência de quarenta alunos em condições de aprender, compreendidas as colônias. 2.º - por escolas providas mediante contrato, em quaisquer localidades, proferidas para regê-las os professores legalmente habilitados. 3.º - por aulas mantidas pelas câmaras municipais, com recursos próprios. 4.º - por estabelecimentos livres, não subvencionados”.</p> <p>Artigo 3º - “Será dividido em dois graus o ensino primário”.</p> <p>Artigo 10 - “Serão classificadas em três entrâncias as cadeiras públicas de instrução elementar, do seguinte modo: 1.ª entrância – cadeira de vilas e freguesias. 2.ª entrância – cadeiras de cidades. 3.ª entrância – cadeiras da Capital”.</p>	<p>Ato de 30 de março de 1891</p> <p>Artigo 6º - “A instrução será difundida: 1.º - Por escolas e estabelecimentos públicos; 2.º - Por colégios e escolas particulares; 3.º - Por aulas mantidas pelas Intendências Municipais, com recursos próprios”.</p> <p>Artigo 7º - “Será dividido em dois graus o ensino primário”.</p> <p>Artigo 11 - “As escolas públicas de ensino elementar serão classificadas em três entrâncias do seguinte modo: 1.ª entrância – cadeiras de povoados, bairros e colônias; 2.ª entrância – cadeiras de vilas e freguesias; 3.ª entrância – cadeiras de cidade. As cadeiras da Capital constituirão uma entrância única e especial”.</p>
<p>Decreto n. 93 de 11 de março de 1901</p> <p>Artigo 1º - “A Instrução Pública compreende: a) O ensino primário, ministrado nas escolas primárias mantidas pelo Estado, e divide-se em 1º e 2º graus; b) o ensino primário, ministrado nas escolas particulares e nas que forem criadas e mantidas pelas municipalidades; c) o ensino normal, ministrado na Escola Normal da Capital; d) o ensino secundário, ministrado no Ginásio Paranaense ou em outros estabelecimentos criados por lei”.</p> <p>Artigo 21, § Único - “Não é mais permitido o ensino misto”.</p>	<p>Regulamento Orgânico do Ensino Público do Estado do Paraná de 1909</p> <p>Artigo 69 - “O ensino primário mantido pelo Estado é leigo e gratuito, será ministrado em língua vernácula e compreende três cursos: o infantil, o elementar e o complementar”.</p> <p>Artigo 134 - “As escolas de ensino primário são classificadas em três entrâncias conforme a sua situação: 1.º Escola de 1.ª entrância – as que funcionarem em pontos afastados mais de 15 quilômetros de qualquer estrada de ferro. 2.º Escolas de 2.ª entrância – as que funcionarem em pontos servidos por qualquer estrada de ferro, num raio de 5 quilômetros. 3.ª Escola de 3.ª entrância – as que funcionarem no município da Capital”.</p>
Código do Ensino do Estado do Paraná – Decreto n. 710 de 18 de outubro de 1915	

<p>Artigo 62 - “É dividido em quatro séries graduais o ensino primário completo, cujo programa será organizado de acordo com as conclusões mais adiantadas da Pedagogia e com as necessidades do meio paranaense [...]”.</p>	
<p>Ensino particular</p>	
<p>Decreto nº 31 de 29 de janeiro de 1890</p> <p>Artigo 9º - “É livre o exercício do magistério em qualquer dos graus do ensino, assim como a escolha dos métodos, programas e compêndios, nas aulas particulares; mas os respectivos instituidores são obrigados a comunicar ao diretor geral da Instrução Pública a abertura dos seus estabelecimentos, imediatamente depois que for esta realizada, e a fornecer todas as informações exigidas por aquele funcionário ou pelos inspetores literários, sob as penas anteriormente fixadas, e sempre com recurso para o governo”.</p>	<p>Ato de 30 de março de 1891</p> <p>Artigo 38 - “É livre o exercício do magistério em qualquer dos graus do ensino, assim como a escolha de métodos, programas e compêndios, nas aulas particulares”.</p> <p>Artigo 39 - “O professor ou fundados de qualquer escola ou colégio particular será obrigado a participar a abertura de seus estabelecimentos na Capital ao diretor da Instrução Pública e nos demais lugares aos inspetores literários, sob pena de incorrer na multa de cem a cento e cinquenta mil réis, imposta pelo Estado”.</p>
<p>Decreto n. 93 de 11 de março de 1901</p> <p>Artigo 2º - “É inteiramente livre aos particulares e associações, o exercício do ensino primário, secundário ou superior”.</p> <p>Artigo 3º - “Os estabelecimentos particulares de instrução só estão sujeitos à higiene, moralidade e estatística”.</p>	<p>Regulamento Orgânico do Ensino Público do Estado do Paraná de 1909</p> <p>Artigo 366 - “É livre aos particulares e associações o exercício do ensino primário, secundário, profissional e artístico, em todo o território do Estado [...]”.</p> <p>Artigo 368 - “Os professores ou diretores de estabelecimentos particulares de ensino são obrigados a comunicar às autoridades competentes a instalação e encerramento desses estabelecimentos, a mantê-los em condições higiênicas e a franqueá-los às visitas de inspeção e fiscalização daquelas autoridades”.</p>
<p>Código do Ensino do Estado do Paraná – Decreto n. 710 de 18 de outubro de 1915</p> <p>Artigo 196 - “Não poderão receber quaisquer favores diretos ou indiretos do Estado os institutos ou escolas particulares que não cumprirem os seguintes preceitos:  1.º Comunicar ao Superintendente a sua abertura e o seu encerramento anual;  2.º Ensinar a Corografia do Brasil, a História do Brasil e a Língua Portuguesa, ao menos, de acordo com o programa oficial do curso primário;  3.º Adotar exercícios de ginástica escolar e cânticos escolares entre os quais o Hino Nacional do Brasil;  4.º Manter-se em rigorosas condições de higiene;  5.º Fornecer à Superintendência os mapas estatísticos e todas as informações que lhe forem solicitadas”.</p>	
<p>Matrículas</p>	
<p>Decreto nº 31 de 29 de janeiro de 1890</p> <p>Artigo 34 - “Nenhuma criança será admitida à matrícula nas escolas primárias diurnas que tiver menos de seis ou mais de quatorze anos de idade. O preceptor examinará se o aluno é vacinado, e caso não o seja, comunicará imediatamente o fato ao inspetor ou aos delegados de higiene, que providenciarão</p>	<p>Ato de 30 de março de 1891</p> <p>Artigo 60 - “As matrículas nas aulas públicas do Estado serão gratuitas, vedadas, porém, aos seguintes indivíduos:  1. – Aos que sofrerem moléstias contagiosas.  2. – Aos menores de 6 e maiores de 13 anos.  3. – Aos que tiverem sido expulsos de outras escolas”.</p>

segundo as suas atribuições”.	
Decreto n. 93 de 11 de março de 1901  Artigo 47, § Único - “Não serão admitidos à matrícula: 1º As meninas nas escolas do sexo masculino e os meninos nas do sexo feminino, o que só será permitido nas escolas promíscuas. 2º Os meninos maiores de dez anos nestas últimas escolas. 3º As crianças menores de cinco anos de idade, exceção feita quando à Escola Maternal Modelo. 4º As que sofrerem moléstia contagiosa. 5º As não vacinadas”.	Regulamento Orgânico do Ensino Público do Estado do Paraná de 1909  Artigo 111 - “O ensino primário do curso elementar é obrigatório, em todo o território do Estado, para as crianças dos dois sexos, de 7 a 14 anos de idade”.  Artigo 112 - “Estão isentas da obrigatoriedade estabelecida pelo artigo anterior, desde que os responsáveis as justifiquem perante o inspetor escolar respectivo. a) as crianças que residirem fora da zona de três quilômetros da sede da escola mais próxima; b) as que por impedimento permanente físico ou moral, não puderem frequentar a escola; c) as que recebem ensino em sua residência ou em escola particular; d) as que apresentarem certidão de aprovação em exame final do curso elementar”.
Código do Ensino do Estado do Paraná – Decreto n. 710 de 18 de outubro de 1915  Artigo 83 - “Além dos alunos matriculados oficialmente conforme as disposições dos artigos 58º e 60º, serão admitidos outros que espontaneamente forem apresentados em qualquer época do ano letivo, satisfazendo as condições seguintes: 1ª Ter mais de 7 anos de idade. 2ª Não ter mais de 10 anos, sendo meninos, no caso do art. 65º. 3ª Não sofrer de moléstia ou defeito físico permanente que impossibilite de frequentar a escola”.	
Dos professores	
Decreto nº 31 de 29 de janeiro de 1890  Artigo 17 - “Os candidatos ao magistério público deverão provar perante o diretor da instrução: 1.º - serem maiores de 18 anos. 2.º - moralidade, mediante folha corrida e atestado das autoridades civis. 3.º - capacidade profissional”.  Artigo 19 - “Para reger interinamente as cadeiras de instrução primária elementar, enquanto não houver normalistas diplomados, valerá como prova de habilitação o exame feito conforme preceituam os arts. 46, do regulamento de 16 de julho de 1876 e 7º da lei n.º 917, de 31 de agosto de 1888”.  Artigo 21 - “Serão considerados vitalícios, desde a data do seu provimento, os alunos diplomados pela Escola Normal; assim como se lhes poderá designar cadeiras de qualquer entrância, logo que requeiram, quando	Ato de 30 de março de 1891  Artigo 65 - “Os candidatos ao magistério público deverão provar perante o diretor geral da instrução: 1. Serem maiores de 18 anos, mediante certidão ou justificação. 2. Moralidade e isenção de culpa, por meio de atestados das autoridades civis e folhas corridas. 3. Capacidade profissional”.  Artigo 67 - “Para reger interinamente as cadeiras de instrução primária elementar, enquanto não houver normalistas diplomados, valerá como prova de habilitação o exame feito perante os lentes da Escola Normal, conforme preceituam os arts. 46, do regulamento de 16 de julho de 1876, e 7º da lei n.º 917, de 31 de agosto de 1888”.  Artigo 87 - “Os alunos diplomados pela Escola Normal podem ser providos em quaisquer cadeiras de instrução primária

<p>ocupadas por serventuários interinos ou provisórios”.</p> <p>Artigo 36 - “As cadeiras do sexo feminino ou promíscuas só poderão ser ocupadas por preceptoras, mantida sempre à disposição do artigo 2.º”.</p>	<p>enquanto preenchidas por serventuários interinos ou contratados; mas a classificação em entrância vigorará também para eles desde o ano de 1896, respeitadas os direitos adquiridos”.</p>
<p>Decreto n. 93 de 11 de março de 1901</p> <p>Artigo 35 - “As escolas do sexo masculino serão regidas por professores e as do sexo feminino e promíscuas por professoras somente”.</p> <p>Artigo 66 - “A inscrição será requerida pelo candidato ao diretor geral, juntando documentos que provem: 1º Idade maior de 21 anos, sendo homem, e 18 sendo mulher. 2º Bom procedimento moral e civil. 3º Capacidade física”.</p> <p>Artigo 78 - “Só poderão ser nomeados efetivos os professores diplomados pela Escola Normal e os pretendentes que se acharem habilitados ou que se habilitarem, de conformidade com as disposições sobre concurso, contidas no título IV, capítulo II”.</p> <p>Artigo 79 - “Os professores provisórios serão nomeados pelo Governador, sob proposta do diretor geral, enquanto não houver professores diplomados em número correspondente ao das escolas públicas, ressalvados os direitos dos professores que se acharem fora do exercício”.</p>	<p>Regulamento Orgânico do Ensino Público do Estado do Paraná de 1909</p> <p>Artigo 136, § Único - “As escolas do sexo feminino e as mistas, só poderão ser regidas por professoras”.</p> <p>Artigo 254 - “O provimento das cadeiras do ensino público primário será feito por nomeação do Presidente do Estado, diretamente, ou mediante concurso, nos termos deste Regulamento. § Único. Essas nomeações só podem recair em pessoas que provem ter a idade de 21 anos, para os homens, e de 18 para as mulheres; capacidade física e moral, bem como o tempo de residência legal, de acordo com o estabelecido nos §§ 2º, 3º, 4º e 5º do art. 260”.</p> <p>Artigo 257 - “Só os diplomados pela Escola Normal poderão ser nomeados para o magistério primário dos cursos infantil e elementar do Estado, independente de concurso”.</p> <p>Artigo 258 - “Enquanto o número de normalistas for insuficiente para o preenchimento das cadeiras do ensino elementar, fica estabelecido o concurso como meio complementar para o provimento dessas cadeiras”.</p>
<p>Código do Ensino do Estado do Paraná – Decreto n. 710 de 18 de outubro de 1915</p> <p>Artigo 104 - “Só podem ser nomeados para reger efetivamente escolas urbanas ou suburbanas, de cidade ou de vila, os professores formados pela Escola Normal deste Estado”.</p> <p>Artigo 106 - “O professor normalista que pretender a sua nomeação deve provar a sua capacidade física e moral para o exercício do magistério; salvo se, não tendo decorrido ainda mais de três meses desde que o dito professor completou o curso, puder o Superintendente informar a respeito da sua capacidade moral e física manifestada na Escola”.</p> <p>Artigo 111 - “Os professores provisórios só passarão a ser efetivos, mediante aprovação em exame que se realizar na capital do Estado, perante uma comissão examinadora nomeada pelo Superintendente do Ensino e conforme o programa que o Conselho Superior organizar”.</p>	

**Fonte:** ESTADO DO PARANÁ, Decreto nº 31 de 29 de janeiro de 1890; ESTADO DO PARANÁ, Ato de 30 de março de 1891; ESTADO DO PARANÁ, Decreto n. 93 de 11 de março de 1901; ESTADO DO PARANÁ, Regulamento Orgânico do Ensino Público de 1909; ESTADO DO PARANÁ, Decreto n. 710 de 18 de outubro de 1915. Dados organizados pela autora.

A primeira lei foi aprovada em 29 de janeiro de 1890, com o Decreto n. 31. É importante salientarmos que o regulamento foi legalizado anteriormente a Constituição Republicana, de 1891 e da Carta Constitucional do Estado do Paraná, vigente a partir de 1892. De modo expressivo, a influência dos fundamentos republicanos foi constatada na ênfase ao ensino primário e no ensino da moral.

Dessa forma, o ensino primário foi considerado como essencial na reversão das elevadas taxas de analfabetismo. Assim, seu 1º Artigo ressaltou que a instrução pública deveria ser ministrada de forma obrigatória e gratuita:

1º Por cadeiras já criadas e as que forem estabelecidas nas cidades, vilas e freguesias, e nos povoados onde verificar-se a existência de quarenta alunos em condições de aprender, compreendidas as colônias. 2º Por escolas providas mediante contrato, em quaisquer localidades, preferidos para regê-las os professores largamente habilitados. 3º Por aulas mantidas pelas câmaras municipais, com recursos próprios. 4º Por estabelecimentos livres, não subvencionados (ESTADO DO PARANÁ, 1890).

A regulamentação dividiu o ensino primário em 2 graus: o primeiro, denominado elementar e o segundo, complementar. Aos docentes foi garantida a liberdade de ensino, sendo “[...] livre o exercício do magistério em qualquer dos graus do ensino, assim como a escolha dos métodos, programas e compêndios, nas aulas particulares [...]” (ESTADO DO PARANÁ, 1890).

Do mesmo modo, com relação aos professores, o decreto auxiliou na feminização do magistério, pois chancelou a presença feminina nas escolas promíscuas, tema que tratou o artigo 32º,

Sempre que for impossível a criação de duas escolas, para cada sexo, em qualquer localidade, será instituída uma cadeira de ensino promíscuo, regida por preceptora. Nestas escolas só poderão matricular-se, até a idade de 10 anos, os alunos do sexo masculino. Serão segregados, e colocados em bancos separados, os meninos e as meninas, reunindo-se apenas por ocasião do exercício ou lição de classe, presididos pelo preceptor (ESTADO DO PARANÁ, 1890).

Ressaltamos assim, que o Decreto n. 31, como primeira manifestação da organização no período republicano paranaense, materializou os ideais de seu tempo histórico e os objetivos dos governantes à instrução. Algumas dessas concepções podem ser analisadas na ênfase em disseminar a educação primária e organizar o ensino normal, o qual habilitaria docentes para atuar nas escolas elementares.

O segundo regulamento foi aprovado em 30 de março 1891 e seguiu os princípios defendidos no regulamento anterior, garantindo a liberdade de ensino e a

desvinculação dos dogmas religiosos. Foi dividido em 219 artigos e referiu-se ao ensino em geral, o qual compreendeu a instrução primária, normal, secundária, superior e industrial.

O artigo 11º do Ato, dividiu o ensino elementar em 3 entrâncias, sendo a 1ª referente às escolas de povoados, bairros e colônias; a 2ª no tocante às escolas de vilas e freguesias e a 3ª correspondeu ao ensino nas cidades, não contendo as escolas da capital, às quais pertenciam a uma entrância especial. Outra garantia foi a implementação de escolas em locais que houvesse até 30 alunos, onde não atingissem tal número, o artigo 13º preconizou que poderiam ser estabelecidas aulas particulares.

O 3º capítulo tratou da instrução pública secundária, ofertada no Instituto Paranaense. Em estabelecimento anexo ao prédio do instituto, funcionou o curso normal (ESTADO DO PARANÁ, 1891). A separação e anexação dessas instituições ainda foram constantes na república, pois os mesmos problemas do Período Imperial ainda repercutiam, como a falta de auxílio financeiro e a evasão. Com baixa demanda dos cursos, houve a permanência do funcionamento de forma anexada.

Em 1892, o governador Francisco Xavier da Silva referiu-se à educação, afirmando que as leis e regulamentos existentes demonstravam a preocupação da assembleia legislativa com o assunto, no entanto, ainda grande parte da população não era alfabetizada. Outra ressalva foi sobre o trabalho do professor, pois o governante evidenciou como o docente deveria ser dedicado para o êxito da instrução, pois assim referiu-se, “Não basta que o professor seja versado nas matérias que constituem o programa da escola, é necessário que a par disso, se esforce com dedicação para bem cumprir os seus deveres” (PARANÁ, 1892, p. 16).

Os inspetores, profissionais de destaque durante o período provincial, continuaram desenvolvendo seus trabalhos no regime republicano. O Estado prosseguiu com o sistema hierárquico, pois a lei n. 42 dividiu a inspeção em 4 circunscrições, no entanto, o governador Xavier da Silva afirmou que essa divisão foi organizada de forma vasta e conseqüentemente, ineficaz. Para tal, os delegados literários foram suprimidos de acordo com a lei n. 402, de 28 de junho de 1894. Nesse tocante, segundo Xavier da Silva:

[...] a inspeção das escolas ficou a cargo do Superintendente do Ensino, que reside na capital, e dos inspetores em cada distrito. Tendo de atender os múltiplos deveres do cargo, o Superintendente apenas poderá inspecionar as escolas do lugar em que reside, e os inspetores distritais que servem gratuitamente, limitam-se a dar atestados de frequência aos professores a fim de receberem os seus honorários (PARANÁ, 1894a, p. 8).

Com as defasagens do regulamento anterior, no ano de 1895, nova reforma foi realizada com a promulgação do Decreto n. 42, de 9 de fevereiro. Essa lei dividiu a etapa primária em 3 graus: primário, secundário e misto. Este último grau, correspondeu a conjugação de alguns elementos dos conteúdos do primeiro grau e do segundo, os quais funcionavam exclusivamente na área urbana. Já a implementação do grau do ensino misto foi em locais que houvesse apenas uma escola para cada sexo ou, fosse promíscua (OLIVEIRA, 1994).

Nos aspectos práticos, em 1895 havia 220 escolas primárias, sendo 196 providas e 24 vagas. De tal modo, Xavier da Silva relatou que a educação possuía entraves, pois mesmo com a presença de instituições em todas as localidades com o número de alunos e em faixa etária correspondente, o ensino não estava se propagando.

O governador ressaltou que havia preocupação do Estado com o desenvolvimento do ensino, porém outros condicionantes impediam, os quais segundo ele, somente com o tempo seriam sanados de forma conjunta: “A difusão do ensino não depende só dos poderes públicos, depende também da iniciativa particular, da cooperação dos pais de famílias, depende da habilitação do mestre, da sua vocação, e gosto pelo magistério” (PARANÁ, 1895a, p. 6).

Em 1896, o secretário Antônio Augusto de Carvalho Chaves, explanou sobre as escolas estrangeiras na capital, ou seja, as instituições particulares regidas por professores imigrantes que se expandiram no início da república. No relato do secretário, destacou-se a etnia alemã e a problemática do ensino em outras línguas, que não fosse a portuguesa:

Existem nesta capital diversos estabelecimentos particulares de ensino primário dirigidos por professores estrangeiros, notadamente alemães; é edificante, como tive ocasião de observar, o menosprezo que nesses estabelecimentos se ostenta pela língua portuguesa, a ponto de se encontrar, mesmo nos alunos de mais idade, a ignorância a mais completa e absoluta da nossa língua. Para obviar esse inconveniente de desastradas consequências, faz-se necessário que o poder Legislativo dote este Estado com uma Lei atinente a esse serviço, visando a obrigatoriedade do ensino da língua oficial nos estabelecimentos de instrução particular (PARANÁ, 1896, p. 10).

Percebemos a preocupação com o uso da língua vernácula nas instituições escolares organizadas pelos imigrantes no início da república, tanto na instrução pública, mas com maior ênfase no ensino particular. Na região da Estrada de Palmas, frente às dificuldades na implementação e manutenção de escolas públicas, os colonos instalaram escolas comunitárias, ofertando assim, o ensino primário e secundário. Tendo em vista que os docentes eram das próprias comunidades, as aulas eram

ministradas a partir da língua vernácula dos imigrantes, prática combatida pelos governantes.

Em 1901, novo regulamento foi promulgado, com a aprovação pelo governador Francisco Xavier da Silva do Decreto n. 93, de 11 de março. Constando de 305 artigos, tratou da instrução pública, da direção e inspeção do ensino, do ensino primário, dos professores públicos, do Ginásio Paranaense, dos alunos, do magistério, dos concursos, da escola normal, da administração, dos vencimentos e disposições gerais.

O regulamento preconizou no 1º artigo que a instrução pública era leiga e gratuita, formada pelo ensino primário, oferecida nas escolas primárias mantidas pelo Estado, nas escolas particulares e nos estabelecimento mantidos pelas municipalidades; pelo o ensino normal, ministrado na Escola Normal e o ensino secundário, ministrado no Ginásio Paranaense ou em outras escolas criadas por lei. Outra ênfase do regulamento foi acerca da proibição do ensino misto, dividindo a instrução primária em 2 graus (ESTADO DO PARANÁ, 1901).

Em 1903, ocorreu a instalação do primeiro grupo escolar no Estado, escolas que possuíam vantagens na escolarização, pois anteriormente aos grupos, a educação primária era regida em classes isoladas. Desse modo, cada escola constituía uma classe regida pelo professor que lecionava o ensino elementar a um grupo de alunos de diferentes níveis de aprendizagem. A junção dessas escolas originou os grupos escolares, nos quais os estudantes foram agrupados em séries.

Não somente a seriação, outros elementos caracterizaram os grupos escolares. Podemos destacar a racionalização do espaço, com prédios próprios e sua instalação em locais de destaque das capitais e das cidades com economia próspera, além das modernas construções arquitetônicas. A ênfase na aplicação do inovador método intuitivo refletiu na utilização de novos materiais e espaços: mapas, gabinetes, laboratórios, figuras, livros didáticos, cartilhas, entre outros, além de viabilizarem a presença do diretor na escola (BENCOSTTA, 2005).

Para tal, em 19 de dezembro de 1903, inspirado na experiência paulista, foi inaugurado em Curitiba, o primeiro grupo escolar do Paraná, o Grupo Escolar Dr. Xavier da Silva. A partir desse momento, essas instituições escolares foram sendo implementadas de forma gradual, com ênfase nos locais com economia próspera, na condição de grupos escolares e semigrupos escolares<sup>43</sup>.

---

<sup>43</sup> O diretor geral da instrução pública, Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo, descreveu sobre os grupos escolares e semigrupos instalados no Paraná, “Reuni escolas sistematizando e dividindo os trabalhos, por séries, entre os respectivos professores e confiando a um destes a função de diretor; formei, assim, o que em falta de melhor denominação, chamamos grupos e semigrupos escolares (PARANÁ, 1915b, p. 3).

Conforme o Regulamento Orgânico do Ensino Público do Estado de 1909 e o Código do Ensino do Estado do Paraná de 1915, o ensino primário poderia ser ofertado nas escolas isoladas<sup>44</sup>, nas escolas ambulantes<sup>45</sup> e nos grupos escolares. O quadro abaixo sintetizou as principais atribuições aos grupos escolares nas referidas leis:

**Quadro 8** - Síntese das principais atribuições aos grupos escolares no Regulamento Orgânico do Ensino Público do Estado do Paraná (1909) e no Código do Ensino do Estado (1915).

Regulamento Orgânico do Ensino Público do Estado de 1909	Código do Ensino do Estado do Paraná de 1915
Denominação	
Grupos escolares	Escolas combinadas ou grupos escolares
Organização	
<p>Artigo 138 - “Os grupos escolares, de acordo com a natureza dos cursos de que se constituem, podem ser de ensino primário completo ou incompleto.            § 1º O grupo escolar será de ensino primário completo, quando constituir-se dos três cursos: infantil, elementar e complementar, de que se compõe o ensino primário.            § 2º Os grupos escolares de ensino primário incompleto podem ser de ensino elementar, de ensino infantil e elementar e de ensino elementar e complementar, conforme a sua constituição relativamente aos cursos que formam o ensino primário”.</p> <p>Artigo 139 - “Nos grupos escolares de ensino elementar, os alunos serão distribuídos de acordo</p>	<p>Artigo 72 - “São condições para organização de grupos:            I Que duas ou mais escolas funcionem na mesma localidade com uma frequência total que, dividida pelo número de escolas apresente frequência média de acordo com a determinação do art. 67º.            II Que possam funcionar, em salas separadas, de um mesmo prédio, que reúna as necessárias condições de capacidade e de higiene”.</p> <p>Artigo 74 - “Poderá organizar-se um instituto nas condições dos art. 71º e 72º, reunindo-se escolas destinadas a meninos com escolas destinadas a meninas, desde que, especialmente para estas, a casa tenha, em separado, pátio de</p>

Nesse sentido, o diretor da educação paranaense ressaltou que os modelos paranaenses não foram organizados “[...] à feição dos afamados grupos escolares paulistas, compostos de uma secção para meninas e outra para meninos, dispondo de todo o material técnico para o ensino e tendo pessoal administrativo diferente do pessoal docente” (PARANÁ, 1915b, p. 3). Para tal, Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo, salientou que apesar da arquitetura moderna característica dos grupos escolares, os semigrupos paranaenses apresentaram diferenciações: “As nossas atuais casas escolares são, em regra, de belo estilo arquitetônico, têm todas as condições de aeração e de luz, dotadas uma de quatro amplos salões, outras apenas de dois: nas de quatro amplos salões pudemos instalar as quatro séries do ensino, uma a cargo de cada professor, - é o nosso grupo escolar; nas de dois salões deixamos cada professor com duas séries, - é o semigrupo. Um dos professores, em regra o mais antigo, acumula o cargo de Diretor, competindo-lhe, em geral, a direção interna do instituto e a representação desta” (PARANÁ, 1915b, p. 3).

<sup>44</sup> As escolas isoladas possuíam uma única classe e o professor lecionava a instrução elementar aos alunos que se encontravam em diferentes níveis de aprendizagem.

<sup>45</sup> O artigo 66º do Código de Ensino de 1915 apresentou as principais disposições para o funcionamento dessas escolas: “Em bairros onde o Governador não tiver estabelecido escolas ou onde não puder mantê-las por ser insuficiente a população escolar, as escolas ambulantes funcionarão da seguinte forma: § 1º Cada professor ambulante terá a seu cargo um circuito escolar que abrangerá três localidades, permanecendo três meses e meio em cada uma, durante o ano. § 2º Em cada localidade do circuito a escola funcionará no prédio designado pelo respectivo Inspetor Escolar. § 3º Em dezembro de cada ano o Superintendente, sob proposta dos Conselhos Locais ou dos Inspectores respectivos, determinará os circuitos das escolas ambulantes, fixando os períodos do funcionamento para cada localidade. § 4º Das determinações de que trata o § supra, o Superintendente dará conhecimento aos Inspectores Escolares dos distritos onde tiverem de funcionar as escolas ambulantes. § 5º Aos professores ambulantes, auxiliados pelos Inspectores compete levar, com antecedência, ao conhecimento dos responsáveis pela educação das crianças do circuito escolar, qual o dia exato da abertura das aulas, bem como quais as casa onde a escola funcionará. § 6º O Governo poderá, se julgar conveniente, organizar missões temporárias de professores ambulantes tendo casa uma o seu chefe que será um professor competente para orientar convenientemente os seus companheiros” (ESTADO DO PARANÁ, 1915).

<p>com o grau do seu adiantamento, em quatro séries, cada uma correspondendo a cada um dos anos de estudos em que são distribuídas as matérias do curso elementar.</p> <p>§ único. Cada série será regida por um professor, e os alunos só poderão passar de uma série para a seguinte, sendo aprovados em exame parcial daquela a que pertencem”.</p>	<p>recreio e privadas.</p> <p>§ único. No caso deste artigo, os professores e professoras providenciarão para que, nas salas de aula, fiquem as meninas em uma parte e os meninos em outra, separadamente, embora as lições sejam em comum, na mesma sala”.</p>
<p>Administração</p>	
<p>Artigo 140 - “O cargo de diretor de cada grupo escolar será exercido por um dos professores respectivos, designado pelo Governo, sem remuneração especial, servindo como seu auxiliar e substituto, um outro professor, nas mesmas condições.</p> <p>§ 1º Os outros professores do grupo servirão igualmente de auxiliares do diretor, cabendo a este a distribuição do ensino.</p> <p>§ 2º Em cada grupo escolar haverá também um zelador, encarregado de abrir e fechar o edifício e cuidar do seu asseio e conservação”.</p>	<p>Artigo 71 - “Diversas escolas poderão reunir-se para combinadas, formar um só instituto de ensino primário, sendo os trabalhos divididos convenientemente entre os professores e acumulando um deles as funções de Diretor”.</p> <p>Artigo 75 - “A distribuição dos trabalhos escolares, será feita pelo Superintendente do Ensino, mediante proposta do qual será o diretor nomeado pelo Governo”.</p> <p>Artigo 76 - “Ao Diretor do grupo compete, em geral, a direção e fiscalização de todos os trabalhos do instituto e a sua representação externa”.</p>

**Fonte:** ESTADO DO PARANÁ, Regulamento Orgânico de 1909; ESTADO DO PARANÁ, Código do Ensino de 1915. Dados organizados pela autora.

O Regulamento Orgânico do Ensino Público do Estado, aprovado em 1909, dividido em 434 artigos, foi estruturado nos seguintes títulos: organização geral do ensino; direção e inspeção do ensino; ensino público primário; ensino público secundário e normal; do ensino público profissional; professores primários, lentes catedráticos e professores do Ginásio e da Escola Normal; do ensino subvencionado; do ensino particular; da Secretaria da Diretoria Geral da Instrução Pública e seu expediente e disposições gerais.

A lei definiu, conforme o 4º artigo de suas promulgações, o ensino primário como “[...] o que se destina a transmitir os conhecimentos literários essenciais e os primeiros rudimentos científicos, que vão servir de base necessária para os estudos superiores” (ESTADO DO PARANÁ, 1909). Assim, essa etapa era ministrada nas escolas isoladas e nos grupos escolares.

Nesse contexto, em 1912 existiam no Paraná 559 escolas públicas, sendo 249 providas, das quais 83 eram voltadas ao atendimento dos meninos, 53 para as meninas e 158 promíscuas. Nesse número, também constou as 135 subvencionadas, aumentando para 429. Juntamente com 129 particulares e colégios existentes, totalizou-se 550 o número de escolas primárias. Havia 271 cadeiras vagas, as quais eram localizadas nos povoados, nesses locais segundo o governador, o atendimento sobretudo, foi realizado em instituições particulares subvencionadas e não subvencionadas (PARANÁ, 1912a).

Além de apontar o número de escolas em 1912, Xavier da Silva informou a relação das matrículas. Nas escolas públicas e subvencionadas o número foi de 16.589 alunos, “[...] sendo 6.498 do sexo feminino, e somados os 6.574 das escolas particulares e colégios - o total da população escolar eleva-se a 23.163, sendo 8.399 do sexo feminino” (PARANÁ, 1912a, p. 12).

O aumento das matrículas no ensino primário não estava de acordo com as matrículas do ensino normal, pois o número de professores formados na instituição não correspondia ao número de escolas existentes no território. Essa ocorrência favorecia para que os normalistas preferissem lecionar nas escolas urbanas, em detrimento das escolas situadas no interior.

No ano de 1915, foi sancionado o Código do Ensino do Estado que regulamentou as leis especiais legalizadas desde 1901 até o ano de sua aprovação. Foi composto por 352 artigos e estruturado em 8 títulos: das autoridades especiais de ensino; do ensino infantil; do ensino primário; do curso intermediário; do ensino particular; do curso secundário e do normal; do ensino superior e disposições gerais. No tocante ao ensino primário, o artigo 62º dividiu-o em 4 séries graduais (ESTADO DO PARANÁ, 1915).

Dessa forma, essas foram as principais regulamentações que orientaram o ensino no Estado paranaense até 1916. As reformas foram constantes, pois após a promulgação das leis, normalmente os governadores ou demais responsáveis pelo setor, ressaltavam que as determinações não estavam de acordo com o ensino em seus aspectos práticos ou, que extrapolavam os recursos financeiros destinados à pasta.

As leis foram influenciadas por diversas concepções, sendo nacionais, principalmente do Estado de São Paulo, como também internacionais. Do mesmo modo, os princípios do regime republicano fundamentaram determinações e na implementação dos grupos escolares. Essas escolas primárias foram vistas como modernas em comparação com as escolas primárias disseminadas no Período Imperial.

Já os currículos escolares, além de constarem dos conteúdos elementares, foram estruturados pelas práticas cívicas patrióticas, objetivando manter a identidade brasileira e a integração do país. Contrapondo-se a essa realidade, as ações realizadas pelos docentes em escolas situadas em colônias imigrantes que remetesse aos seus respectivos países de origem, deveriam ser combatidas.

Outra preconização das leis republicanas foi o incentivo às condutas higiênicas, pois algumas disposições dos regulamentos voltaram-se ao assunto, assegurando a

inspeção de higiene na capital e em certas vilas e cidades, a qual ocorria com a visita de médicos mensalmente na instituição.

Na área de abrangência da Estrada de Palmas, foi possível identificarmos esse contexto, com a maior implementação de escolas primárias e dos grupos escolares. Outra ocorrência foram as escolas primárias e secundárias comunitárias nos núcleos imigrantes, as quais eram inspecionadas e constantemente tiveram sua organização e práticas combatidas pelos governantes, secretários e inspetores da instrução pública.

Mesmo com as limitações herdadas do Período Imperial, houve progressos na educação paranaense a partir da proclamação da república, pois novas concepções de escola foram inculcadas nas políticas públicas e na população. No entanto, o sistema dual de ensino permaneceu com as escolas primárias, destinadas à formação elementar das classes trabalhadoras e a educação secundária voltada à elite. Para tal, a educação secundária era valorizada nas colônias imigrantes, sendo organizada na região da Estrada de Palmas.

## **4.2 A Escolarização nos Municípios Sob Influência da Estrada de Palmas-Palmeira entre 1890-1916**

Na primeira república de modo gradual, novas concepções sobre o ensino foram disseminadas. Conforme ressaltamos, as limitações vivenciadas na escolarização imperial ainda perduraram nas primeiras décadas republicanas, pois o novo ideário de educação foi expandido e praticado de modo processual e contínuo.

As problemáticas de grandes distâncias e a dificuldade de comunicação permaneceram na república, contribuindo para o quadro de poucas escolas primárias, de limitação na formação docente, de evasão escolar e na perspectiva de indiferença da população acerca da escola. Nos povoados ligados pela Estrada de Palmas, com a expansão demográfica, constatamos algumas influências a partir do período republicano, havendo a instalação de escolas primárias, secundárias e grupos escolares.

### **4.2.1 A Escolarização em Palmeira**

Com a Proclamação da República e dos novos decretos para a legislação educacional da instrução pública, no início da década de 1890, a lei n. 42, de 21 de julho de 1892, dividiu o território em 4 circunscrições escolares, havendo em cada uma um delegado literário. Palmeira pertencia à 3ª circunscrição escolar e seu quadro educativo de 1894, foi formado por 3 escolas públicas primárias: uma feminina, regida por

Ernestina Celestina C. Stokler, uma masculina, na qual lecionou João da Costa Fernandes Bello, ambas localizadas na vila e uma promíscua<sup>46</sup> em Papagaios Novos, onde lecionou Paulina Ferreira de Souza (PARANÁ, 1894b).

Em 1897, houve aumento no quadro de escolas em Palmeira com 6 cadeiras: duas na vila, com uma feminina, regida por Ernestina Celestina da Conceição Stockel e uma masculina, na qual lecionava Félix de Matos Leão. As outras 4 foram promíscuas e localizadas nos povoados do município: uma em Quarteirão dos Correias, onde lecionou Alcina de Oliveira Borges, uma em Mangueirinha, na qual foi regente Maria Magdalena de Oliveira, uma em Mandaçaia, onde lecionou Josephina Nepomuceno de Miranda e no povoado do Porto Amazonas, na qual foi regente Mariana Rodebrand (PARANÁ, 1897a).

Destacamos, conforme evidenciado, que as escolas femininas e promíscuas eram regidas exclusivamente por professoras. A presença das docentes nas instituições escolares que iniciou de forma gradativa no período provincial, foi incentivada na legislação estadual, pois os decretos que regulamentaram a instrução preconizaram a regência feminina nas escolas primárias, fator que contribuiu para a feminização do magistério.

Além da iniciativa pública, o setor particular também estava desenvolvendo-se no Estado, sobretudo pela organização dos imigrantes e de congregações religiosas. A vila de Palmeira integrou-se nesse contexto, pois em 1903, havia 3 escolas particulares masculinas em funcionamento, sendo duas localizadas na vila e uma na colônia de imigrantes de Papagaios Novos. Tais instituições foram o Externato Palmeirense que possuía como diretor Urbano da Silva Carrão e foi frequentado por 15 meninos; a Escola Paroquial, coordenada pelo padre Francisco Xavier e contava com 33 matrículas e em Papagaios Novos, havia a Escola B. Aptz, na qual o diretor Bernardo Aptz somou 30 matrículas (PARANÁ, 1904a).

O município também contou com escolas vagas, ou seja, que não estavam em atividade por falta de professor, de matrículas ou de prédio adequado e materiais escolares. Em conformidade, as cadeiras promíscuas de Mangueirinha, do Quarteirão dos Vieiras e algumas masculinas estavam nessa situação.

Em 1906, Palmeira apresentou 6 escolas públicas primárias, sendo duas localizadas na vila e 4 nas colônias imigrantes. Destacamos a iniciativa do governo em

---

<sup>46</sup> O Ato de 30 de março de 1891 dispunha no artigo 19º que “Nestas escolas só poderão matricular-se até a idade de dez anos, os alunos do sexo masculino. Serão segregados, e postos em bancos separados, os meninos e as meninas, reunindo-se apenas por ocasião do exercício ou lição de classe, presididos pelo preceptor” (ESTADO DO PARANÁ, 1891).

instalar instituições nos núcleos, visando impor as práticas educativas preconizadas pelo regime republicano, combatendo assim, ações que remetessem ao país de origem dos colonos.

Na vila de Palmeira, a cadeira masculina foi regida pelo professor João Raymundo Pereira Ramos e possuía em seu mobiliário escolar 2 bancos compridos, duas carteiras grandes, uma mesa e quadro negro, estando necessitando de carteiras, cadeiras, cabides para chapéus, banco, relógio, mapas, livros, entre outros. Na cadeira promíscua lecionou Maria Luiza Rodrigues, a qual precisava de carteiras, mesa, quadro negro, cadeiras, banco, mapas e demais materiais (PARANÁ, 1907b).

No núcleo de Papagaios Novos, a cadeira mista foi regida por Maria Ignácia da Silva. A instituição dispunha em seu mobiliário de 2 carteiras usadas e uma tabuleta, estando precisando de carteiras, uma mesa, quadro negro e cavalete, talha e banco, cadeiras, relógio, mapas e livros. No Quarteirão dos Vieiras, Pedro Ferreira dos Santos lecionou na cadeira masculina, a qual não apresentou mobiliário escolar do governo (PARANÁ, 1907b).

No Quarteirão dos Correias, Ângela Ferrario Lopes foi docente na instituição promíscua, a qual não dispunha de móveis do Estado, mas precisava de carteiras, quadro negro, tabuleta, mapas, livros, entre outros. Na escola mista de Restinga Seca, Maria Joanna da C. Lobato lecionou, e seu mobiliário dispunha de duas carteiras e bancos simples, estando necessitando de quadro negro com cavalete, bancos, carteiras, uma mesa com estrado, livros e mapas (PARANÁ, 1907b).

Destacamos a precariedade das referidas instituições que necessitavam de grande quantidade de materiais, dispondo assim, de pouco mobiliário e materiais. Esse fator foi uma das dificuldades para o trabalho docente e a efetivação do processo de ensino e aprendizagem. Conforme relatado, por vezes, os materiais eram mantidos pelos próprios regentes de turma.

Em 1907, foi instalada em Palmeira a inovação republicana na escolarização primária, materializada nos grupos escolares<sup>47</sup>. Ressaltamos que nos municípios integrantes da Estrada de Palmas foram instalados o que podemos denominar de semigrupos escolares, pois as referidas instituições, compostas por 4 salas de aula,

---

<sup>47</sup> Parte da discussão sobre os grupos escolares apresentada no presente texto foi publicada nos Anais do III Seminário Internacional de Educação e XXIII Semana Acadêmica do Curso de Pedagogia da UNIOESTE, em 2019, em coautoria com o Professor Doutor André Paulo Castanha.

atendiam menos estudantes em comparação com os grupos escolares<sup>48</sup> implementados pelo governo paulista, caracterizados pelo grande número de salas e turmas.

A instalação do grupo escolar em Palmeira remontou ao início do século XX e por meio do decreto n. 407, de 03 de dezembro de 1904, foram sancionadas verbas para sua construção. Conforme suas promulgações, a instituição recebeu “[...] a denominação perpétua de Conselheiro Jesuíno Marcondes em homenagem ao ilustre paranaense desse nome, que tantos serviços prestou ao Paraná e que teve o seu berço naquela cidade” (PARANÁ, 1905b, p. 31).

Seguindo os requisitos de localização, o Grupo Escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes foi construído de alvenaria em um único bloco, composto por 4 salas de aula e visou a separação de meninos e meninas. Além dos preceitos da organização escolar da época, conforme podemos observar na figura a seguir, a edificação possuiu uma arquitetura imponente, a qual conforme Padilha (2010) seguiu os preceitos da arquitetura grega de ordem dórica, com uma construção eclética formada por paredes de tijolos, alicerces de pedra e pátios ao redor.

**Figura 14** - Prédio do Grupo Escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes em sua inauguração, em Palmeira (1907).



Fonte: PADILHA, 2010, p. 99.

<sup>48</sup> No caso paranaense foram denominados grupos escolares as casas escolares constituídas de 4 salas e consequentemente, 4 séries com um professor para cada turma. Já os semigrupos escolares eram formados por apenas duas salas, havendo assim, somente duas turmas, uma feminina e a outra masculina, ou também poderia ser frequentado por duas turmas pela manhã e duas à tarde.

Outros detalhes foram as colunas e grades que cercaram o edifício, a escadaria que dava acesso a entrada principal, formada por duas colunas, destacando-se na obra os portais de acesso, havendo o central e outros 2 secundários nas laterais, as janelas e o acrotério, utilizado para decorar a fachada da edificação. A obra situou-se em local elevado, no centro da cidade, revelando a importância da escola pública primária aos republicanos.

A inauguração ocorreu no primeiro trimestre de 1907, com grande solenidade, estando presentes autoridades locais e grande parte da população. Os primeiros professores foram João Raymundo Pereira Ramos, que lecionou aos meninos, e Maria Luiza Rodrigues, professora das meninas (PADILHA, 2010).

Com relação à instituição, o secretário Bento José Lamenha Lins, descreveu detalhes da instalação da escola: “A 3 de maio foi inaugurado o Grupo Escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes, construído na cidade de Palmeira, passando a funcionar no mesmo grupo o professor João Raymundo Pereira Ramos e as professoras D. Maria Luiza Rodrigues e D. Virgília Maria da Silva Netto” (PARANÁ, 1908c, p. 35). Conforme o exposto, o referido semigrupo possuía 3 turmas.

Em relatório redigido por Ismael Alves Pereira Martins, delegado do ensino da 3ª circunscrição, o número de alunos atendidos na instituição foi de 47 alunos, já na turma do professor João Raymundo Ramos foram 35 matrículas (PARANÁ, 1908a). A primeira turma formou-se em 1912.

Verificamos que o empreendimento estando de acordo com o ideal republicano, foi instalado em um local de economia próspera e seguiu os preceitos de um prédio bem localizado no cenário urbano, com destaque para sua arquitetura. Sua atuação voltou-se principalmente para a formação primária das classes com maiores poderes aquisitivos.

Em 1916, Palmeira possuía um quadro amplo de instituições escolares, totalizando 12 instituições localizadas na sede da cidade, em povoados e núcleos imigrantes. Foram 5 instituições na cidade: duas femininas, onde lecionaram as professoras normalistas Maria da Luz Cordeiro Xavier e Thereza Lopes; duas masculinas regidas pelos professores licenciados na Escola Normal, Francisco Avelino Lopes e Duílio Annibal Calderari e uma mista, na qual lecionou a professora normalista Maria do Carmo G. de Menezes.

Na Colônia de Papagaios Novos havia duas escolas: uma masculina regida por Guilherme Mittelmeyer e outra mista regida por Luíza Gonçalves Cordeiro Monteiro. No povoado de Lago, Auta Leite de Araújo Mollinari lecionou na cadeira mista

(PARANÁ, 1917). Salientamos a presença das professoras nas escolas femininas e mistas, conforme preconizava a legislação da época.

O Quarteirão dos Correias dispunha de uma escola mista, regida por Ângela Ferrário Lopes. Em Boa Vista, Pedro Ferreira dos Santos lecionou na escola masculina. Já nas escolas mistas de Porto Amazonas, lecionou a professora normalista Maria Esther de Souza Knor e da Colônia dos Franceses, foi regente Sebastiana Maria de Freitas (PARANÁ, 1917).

Desse modo, o município durante o período republicano, apresentou crescimento demográfico, pois em 1890 totalizou 8.189 habitantes (BRASIL, 1890) e em 1900 foi povoada por 10.105 pessoas (BRASIL, 1900). Esse crescimento populacional refletiu na escolarização, pois no tocante às matrículas escolares, entre 1890 a 1916, em consonância com as escolas implementadas, os números apresentaram, sobretudo ascensão, pois a partir da década de 1900, chegaram a 200 matrículas e em 1916, passou de 700 crianças frequentando. No quadro abaixo é possível observarmos o crescimento.

**Quadro 9** - Síntese do número de matrículas e escolas primárias públicas e particulares em Palmeira, entre 1894 a 1916.

Ano	Número de escolas	Ano	Número de matrículas
1894	3	1894	-
1896	7	1895	88
1903	8	1906	200
1906	6	1912	586
1914	9	1914	561
1916	12	1916	705

**Fonte:** PARANÁ, 1894b, RS<sup>49</sup>; PARANÁ, 1895b, RS; PARANÁ, 1896, RS; PARANÁ, 1904a, RDG<sup>50</sup>; PARANÁ, 1907b, RS; PARANÁ, 1913b, RDG; PARANÁ, 1915b, RDG; PARANÁ, 1917, RS. Dados organizados pela autora.

Um dos condicionantes para o maior povoamento foi a chegada dos imigrantes no território ainda no período provincial, os quais instalaram escolas nos núcleos, além do Estado prover ensino público nas colônias. A escolarização desses povos a partir da iniciativa pública foi importante para a manutenção da unidade brasileira e da construção da identidade do país, valores amplamente reforçados no período republicano.

No ano de 1907, período no qual o município desenvolveu uma economia voltada ao urbano, ocorreu a instalação do Grupo Escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes. Essa ocorrência demonstrou a importância de Palmeira ao Estado nos primeiros anos do século XX, pois essas escolas primárias foram instaladas inicialmente

<sup>49</sup> Relatório do Secretário dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública.

<sup>50</sup> Relatório do Diretor Geral da Instrução Pública.

em capitais e centros com economia próspera. A instituição, além de constituir-se como destaque na escolarização primária das classes mais favorecidas, também ostentou imponente arquitetura, revelando assim, a nova concepção de educação, a qual se consolidou na primeira república.

#### **4.2.2 A Escolarização em Palmas**

Nos anos iniciais do regime republicano, Palmas dispunha de 3 escolas em seu quadro educativo: uma feminina, na qual lecionou Maria dos Anjos Cunha, uma masculina regida pelo professor João Manoel da Cunha Sobrinho, ambas localizadas na vila, já a terceira foi promíscua, localizada no Bairro Mangueirinha, onde lecionou Leocádia Dias de Camargo<sup>51</sup> (PARANÁ, 1894b).

Segundo as informações do relatório do secretário Antônio Augusto de Carvalho Chaves, em 1897, Palmas apresentou o quadro de 4 escolas públicas primárias: duas localizadas na vila e as outras eram promíscuas, localizadas nas colônias: em Xanxerê e na colônia de imigrantes de General Carneiro. O inspetor escolar foi José Cezar de Almeida, nomeado em 23 de agosto de 1897 (PARANÁ, 1897a). No ano de 1903, a escola promíscua localizada no Passo do Bormann estava vaga.

Além da iniciativa pública, em 1904 o município possuiu uma escola protestante, fator que incentivou a congregação cristã a implementar uma instituição escolar primária masculina. Segundo Thomé (2007), objetivando a formação elementar, difundir a educação cristã e evitando a expansão do culto protestante às crianças, a ordem dos Franciscanos fundou uma Escola Paroquial que iniciou as atividades letivas em 1º de agosto de 1904, com 12 alunos.

Em 1906, o município deteve 3 instituições escolares públicas primárias, estando duas localizadas na cidade. Regida por Pedro Carli, a cadeira masculina da sede dispunha em seu mobiliário de 4 bancos carteiras, uma mesa pequena e um quadro negro danificado, necessitando de carteiras, novo quadro negro, cadeiras, talha e banco, relógio, mapas, livros etc. Na escola feminina, regida por Maria Rita de Mendonça, a mobília não era proveniente do Estado, havendo a necessidade de carteiras, uma mesa e estrado, quadro negro, cadeiras, talha com banco, relógios, mapas, entre outros (PARANÁ, 1907b).

---

<sup>51</sup> A legislação educacional paranaense do período republicano preconizou a maior presença feminina na escolarização primária, implantando cadeiras de funcionamento misto regidas por professoras, frente à impossibilidade de criar escolas para atender meninos e meninas de forma separada.

A outra instituição era a promíscua da colônia General Carneiro, regida por Maria Magdalena Santos Costa, na qual também não havia móveis do Estado, no entanto, precisava de mesas, carteiras, duas cadeiras, quadro negro, talha e banco, relógio, mapas, livros, entre outros (PARANÁ, 1907b). Evidenciamos assim, as necessidades que as escolas públicas de Palmas dispunham em sua materialidade nesse momento, havendo a carência de mobiliários básicos para a efetivação das aulas e também da ausência do Estado em fornecer mobília em duas instituições do município.

Em 1907, o delegado do ensino da 3ª circunscrição, Ismael Alves Pereira Martins alegou que o professor Pedro Carli havia pedido demissão, na turma do docente havia 17 alunos matriculados. Na cadeira da professora Maria Rita de Mendonça eram 74 matrículas e 50 estudantes que frequentavam assiduamente. Segundo Pereira Martins, nessa escola persistia a falta de mobília, como quadro negro, mesa, estrado e cadeiras (PARANÁ, 1908a). Ele salientou que os alunos eram bem instruídos e elogiou a docente. Na colônia de General Carneiro, a professora Maria Magdalena dos Santos Costa lecionou para 21 alunos.

No dia 9 de dezembro de 1912, estabeleceram-se no município 3 Irmãs da Congregação do Puríssimo Coração de Maria, que provenientes da cidade de Santos, em São Paulo, implementaram o primeiro colégio feminino na região. Para tal, em 2 de janeiro de 1913, foram abertas matrículas para o ensino primário. As aulas iniciaram no mesmo mês com 72 alunas, sendo que no dia 20 deste, a congregação lançou a pedra fundamental para a construção da sede da escola.

No entanto, em fevereiro os planos foram interrompidos, quando a Madre Inês de São Luiz comunicou ao pároco Frei Jacob que estava encerrando as atividades. Para tal, duas irmãs regressaram à Santos e uma permaneceu até se estabelecerem as Irmãs da Congregação Divina Providência, vindas de Florianópolis. Assim, a Irmã Sylvia e outras duas retomaram as atividades letivas e a formação cristã das meninas de Palmas. Tal congregação permaneceu na cidade até 1921, quando se estabeleceu a Congregação Servas do Espírito Santo (THOMÉ, 2007).

Além das escolas isoladas e religiosas, em 1914 foi organizada no município a instituição que originou o semigrupo escolar de Palmas, pois sua implementação ocorreu de forma improvisada em uma residência do então prefeito. Segundo Thomé (2007), foi pela Portaria n. 4, de 17 janeiro que se implementou a escola na cidade, denominada de Coronel Domingos Soares, que homenageou Domingos Soares. Outro nome de destaque envolvido com o semigrupo escolar foi seu primeiro diretor: Virgílio Ferreira, professor normalista formado na capital paranaense em 1909.

O semigrupo apresentou uma particularidade: não recebeu um prédio moderno e com uma arquitetura imponente, conforme os grupos escolares foram estabelecidos nas outras regiões e centros urbanos populosos, pois sua atuação inicial ocorreu de forma provisória.

Em 1916, Palmas teve grande expansão no quadro de suas escolas primárias, pois com a lei n. 1.552 de 26 de fevereiro, foram criadas instituições em diferentes locais do município. Foram duas no distrito Passo do Bormann, em Passo dos Índios e a outra no povoado de Caxambu; duas no distrito judiciário de General Carneiro, no Marco Cinco e no povoado Saltinho de Santa Anna; 3 no distrito Rio do Peixe, no povoado do distrito, em Pinhalão e Sertãozinho e uma em Chopim, no Distrito de Mangueirinha (PARANÁ, 1917).

Nesse mesmo ano, o município foi o núcleo populacional localizado na área de influência da Estrada de Palmas com o maior número de escolas públicas primárias, sendo 16 instituições distribuídas em seu vasto território. Segundo Raul Rodrigues Gomes, delegado de ensino, o município foi o melhor servido de instituições escolares, estando entre as 10 melhores do Estado, pois conforme o recenseamento dispunha de uma escola para cada 27 crianças (PARANÁ, 1917).

O número de cadeiras almejou melhor atender a população palmense, pois o município também revelou crescimento populacional: em 1890 possuía 7.068 habitantes (BRASIL, 1890) e em 1900, o número ascendeu para 8.503 (BRASIL, 1900).

De tal modo, as 16 cadeiras existentes em 1916 estavam espalhadas pelo município que era formado por grande dimensão territorial. Para tal, 4 escolas foram localizadas na sede da cidade, sendo 3 femininas regidas por Anna da Silva Vieira, Karnac Petrelli e Maria Nonésia Ribas. Outra cadeira situada na vila era masculina<sup>52</sup>, onde o professor normalista Vergílio Ferreira lecionou (PARANÁ, 1917).

No distrito de Mangueirinha havia duas escolas: uma mista onde a professora normalista Hercília França do Nascimento lecionou e outra masculina regida por Manoel Caetano Pinto. O distrito de Passo do Bormann, também apresentou duas escolas: uma mista regida por Marcolina Rodrigues do Amaral e uma masculina, onde Fabriciano José Rodrigues lecionava. Do mesmo modo, o distrito de General Carneiro detinha duas escolas masculinas regidas por Francisco Saboya Nogueira e Theotônio de Oliveira Silvério (PARANÁ, 1917).

---

<sup>52</sup> As fontes indiretas apontaram que essa escola constituiu-se no Grupo Escolar Coronel Domingos Soares.

Além das instituições na sede da cidade e nos distritos, os povoados também possuíam escolas primárias isoladas, em sua maioria masculinas. Em Xanxerê, Pedro Carli lecionou, em Papanduva, José de Oliveira Penteado foi regente, em Herval foi regente João Floriano de Athayde, em Rio Bonito lecionou João José Gonçalves, em Faxinal do Irany foi professor Affonso Goetting e em São Bentinho, Pedro Brito Bittencourt foi regente (PARANÁ, 1917).

Com relação às matrículas, o município apresentou crescimento em todo o período analisado, havendo grande acréscimo em 1916, momento em que houve a expansão de instituições. O quadro a seguir demonstra a relação em matrículas e número de escolas.

**Quadro 10** - Síntese do número de matrículas e escolas primárias públicas e particulares em Palmas, entre 1894 a 1916.

Ano	Número de escolas	Ano	Número de matrículas
1894	3	1894	-
1896	3	1895	82
1903	5	1906	120
1906	3	1912	122
1914	5	1914	363
1916	16	1916	-*

**Fonte:** PARANÁ, 1894b, RS; PARANÁ, 1895b, RS; PARANÁ, 1896, RS; PARANÁ, 1904a, RDG; PARANÁ, 1907b, RS; PARANÁ, 1913b, RDG; PARANÁ, 1915b, RDG; PARANÁ, 1917, RS. Dados organizados pela autora.

\* Não foi identificado o número de matrículas em 1916.

Com efeito, a educação pública primária elementar foi a de maior ênfase na vila, seja com a atuação pública ou religiosa. Em 1914, a implementação improvisada do Grupo Escolar Coronel Domingos Soares demonstrou a necessidade que a sociedade palmense apresentou em possuir uma instituição escolar primária, símbolo da república e modernidade, pois as autoridades locais sediaram o espaço para seu funcionamento.

#### 4.2.3 A Escolarização em São João do Triunfo

Nos anos iniciais do período republicano, a freguesia de São João do Triunfo, emancipou-se politicamente de Palmeira e tornou-se município, com a instalação em 15 de fevereiro de 1890. Nos primeiros anos enquanto município, o local dispunha de 3 escolas promíscuas. Uma das instituições funcionou na vila e duas nas colônias imigrantes. Destacamos que nesse momento, grande quantidade de colonos instalou-se no território e o Estado implementou instituições escolares nos núcleos, além dos próprios imigrantes organizarem escolas.

Em 1897, o secretário Antônio Augusto de Carvalho Chaves frisou sobre a criação de duas escolas públicas primárias masculinas nos povoados do município, com a promulgação da lei n. 224, implementando assim, uma na Colônia do Rio Claro e outra no Bairro Rio Baio (PARANÁ, 1897a).

Da mesma forma, o secretário relatou informações sobre o quadro de ensino no local, o qual totalizava 4 escolas públicas primárias. Para tal, duas foram localizadas na vila, uma atendia os meninos, sob a regência do professor João da Costa Fernandes Bello e a outra era promíscua, na qual foi regente Leocádia de Souza Gaissler. As outras funcionavam nas colônias: na Colônia de São Mateus, com regência de Catharina de Gracia Teigão e da professora Guilhermina da Costa Lisboa Gomes, na escola promíscua da colônia Palmira. Neste ano, o inspetor escolar do município foi Horácio Cornélio do Amaral, nomeado em 7 de março de 1895 (PARANÁ, 1897a).

Em 1903, havia escolas primárias masculinas vagas: a localizada na vila e de Bromado. No ano de 1906, o município possuía 5 escolas em atividade, sendo duas localizadas na vila e 3 nas colônias.

Na cadeira promíscua da vila, regida por Leocádia de Souza Gaissler, havia carência de mobiliário escolar como cadeiras, mesa com estrado, cadeira de braço, quadro negro, cabide, mapas, entre outros. Já na instituição masculina da sede, foi regente Seraphim Pinto da Silva, a qual dispunha de mesas grandes, quadro negro bom e um cabide para chapéu, necessitando de outros materiais, como mesa com estrado, bancos, mapas e um relógio (PARANÁ, 1907b).

Na escola promíscua da Colônia de São Mateus lecionou Catharina de Gracia Teijão, onde não havia mobília escolar do Estado, estando necessitando de materiais como cadeiras, mesa com estrado, um quadro e cavalete, mapas, entre outros. Na Colônia Palmira, a cadeira promíscua dispunha de uma mesa grande e estrado, havendo necessidade de carteiras, mesa pequena, relógio de parede, cadeiras, quadro negro e uma tabuleta, nessas condições foi regente da instituição Ottilia Netto Bastos (PARANÁ, 1907b).

Na localidade de Rio Baio, havia uma cadeira masculina regida por Manoel Gonçalves Padilha, a qual mobiliada com uma mesa pequena, quadro negro, mesas, bancos compridos simples, possuía carência de carteiras, mapas, entre outros materiais (PARANÁ, 1907b). Destacam-se desse modo, as necessidades decorrentes nas escolas públicas de São João do Triunfo, que além dos grandes números de evasão escolar, as distâncias e a falta de formação aos professores, eram dificuldades para a escolarização no período.

Em 1907, o município ampliou seu quadro escolar com a lei n. 702, sancionada em 1º de abril, que aprovou a criação de escolas promíscuas nos bairros de Guabirota, em Curitiba, em Mandirituba na cidade de São José dos Pinhais e em Rebouças, bairro de São João do Triunfo (PARANÁ, 1908c).

Em 1916, São João do Triunfo possuía 6 escolas públicas primárias, achando-se 3 localizadas na sede. Desse modo, João Francisco de Ramos lecionou na cadeira masculina, a professora normalista Ernestina Franco de Macedo na cadeira mista e na escola feminina, foi regente Etelvina A. Gracia Vianna. Nas localidades, estavam situadas as outras escolas: em Rebouças, havia uma cadeira mista, onde Maria Ignácia da S. Assumpção foi regente, na cadeira promíscua de Roxo Roiz, foi docente Elizabeth Dacheux do Nascimento e na turma masculina, localizada em Rio Baio, foi regente Manoel G. Padilha (PARANÁ, 1917).

No tocante a povoação de São João do Triunfo, em 1890, quando foi elevado à categoria de município, havia 5.789 habitantes, destacamos que a partir desse momento, grande quantidade de colonos imigrantes chegou ao local (BRASIL, 1890). Assim, o número apresentou ascensão no recenseamento de 1900, quando 10.669 pessoas passaram a habitar o município (BRASIL, 1900).

Com o aumento populacional, o número de escolas e de matrículas, também revelou crescimento, conforme sintetizamos no quadro 11:

**Quadro 11** - Síntese do número de matrículas e escolas primárias públicas e particulares em São João do Triunfo, entre 1894 e 1916.

Ano	Número de escolas	Ano	Número de matrículas
1894	3	1894	-
1896	4	1895	48
1903	5	1906	152
1906	5	1912	177
1914	5	1914	404
1916	6	1916	249

**Fonte:** PARANÁ, 1894b, RS; PARANÁ, 1895b, RS; PARANÁ, 1896, RS; PARANÁ, 1904a, RDG; PARANÁ, 1907b, RS; PARANÁ, 1913b, RDG; PARANÁ, 1915b, RDG; PARANÁ, 1917, RS. Dados organizados pela autora.

Diante deste panorama de escolas primárias isoladas, ressaltamos que o ano de 1914, registrou o auge de estudantes matriculados, com 404 crianças frequentando as instituições públicas. No entanto, no recenseamento escolar realizado em 1916, o número de estudantes apresentou queda, tal ocorrência pode ser condicionada pela ausência dos dados, decorrente das grandes distâncias e da falta de informações apresentadas pelos professores e inspetores.

Nesse contexto, destacamos na escolarização primária de São João do Triunfo, a grande participação das escolas comunitárias dos colonos, nos anos iniciais da primeira república.

#### **4.2.4 A Escolarização em União da Vitória**

No alvorecer da república, a freguesia de União da Vitória foi emancipada do território de Palmas. Desse modo, já em 1891, com o Ato de 30 de março, foi criada na cidade uma escola promíscua, regida por Amélia Schleder de Araújo. Em 1894, o secretário Caetano Alberto Munhoz relatou a presença dessa escola e da referida docente no quadro educativo do município (PARANÁ, 1894b).

No ano de 1895, o professor José Cleto da Silva fundou um colégio internato e externato, o qual recebeu alunos provenientes de Palmas, São Mateus, Ponta Grossa e Curitiba (SILVA, 1933).

Em 1897, permaneceu apenas uma instituição escolar primária em funcionamento, na qual foi regente Maria Leocádia Alves Correia. O inspetor escolar do município foi o Major Horácio Lima, nomeado em 28 de maio. Tal realidade manteve-se enquanto freguesia e, posteriormente, na condição de município, pois até meados da década de 1900, União da Vitória apresentou somente uma escola primária em atividade.

O município também foi integrado por colônias imigrantes, nos quais foram implementadas instituições escolares pelo governo estadual e por iniciativa dos próprios colonos. Dessa forma, em 11 de dezembro de 1901, a Câmara Municipal concedeu 44 metros de terreno, localizado na rua 7 de setembro, à Escola Alemã-Brasileira para a construção do prédio escolar (SILVA, 1933).

Em 1904, o quadro de União da Vitória, apresentou escolas vagas, sendo a situada na vila, que atendia os meninos e instituição promíscua, localizada na colônia Jangada. Em 1906, por meio do Decreto n. 216, foi aposentada a professora Maria Leocádia Alves Correia.

Neste ano, Porto União da Vitória demonstrou ascensão em seu quadro escolar, pois segundo relatou o inspetor e fiscal da 2ª circunscrição escolar, Ismael Alves Pereira Martins, havia 3 escolas públicas primárias, sendo duas cadeiras localizadas na vila. Uma funcionava de modo promíscuo e foi regida pela professora normalista Amasília da Costa Pinto, contendo 61 alunos matriculados. O inspetor descreveu a escola e elogiou a docente:

A mobília compõe-se de 7 bancos regulares, mesa, estrado, quadro negro, uma cadeira, dois cabides, uma toalha, tudo obtido por subscrição popular. Excelente método de ensino, produzindo brilhantes resultados. A professora é inteligente, preparada e muito dedicada à sua profissão. A sala é quase insuficiente, reinando em tudo ordem e asseio. Os livros bem escriturados. A professora apresentou-me bem bons trabalhos de agulha executados pelas alunas (PARANÁ, 1907a, p. 37-38).

O município possuiu uma escola masculina localizada na sede, a qual constou com 40 matrículas, onde lecionou Júlio Francisco Cidreira. Nas palavras do inspetor, essa cadeira estava com carência de prédio escolar, no entanto, continuava em funcionamento:

Não possui mobília alguma, os bancos de que se serve, bem como mesa, quadro negro e cadeiras, pertencem a particulares; a sala é estreita, porém há dificuldade para obter melhor. O professor é competente e relativamente ao tempo em que ensino, há bastante adiantamento. Perfeita ordem; asseio o quanto é possível numa casa velha e em péssimo estado de conservação (PARANÁ, 1907a, p. 38).

Percebemos na descrição do inspetor a iniciativa de particulares para prover o funcionamento da escola, auxiliando na oferta de mobília. Outra cadeira presente no local foi de Timbó que atendia os meninos com a regência do professor José da Costa e Silva Braga. O inspetor não foi na referida escola, pois as consequências iniciais da Guerra do Contestado, iniciada em 1912, já incidiam no território. O inspetor descreveu:

Não fui ao Timbó porque soube em União da Vitória que o professor por ali passara com destino à esta capital. Soube mais que não existe nenhum aluno matriculado; penso contudo que a escola deve ser conservada; acha-se em território contestado por Santa Catarina, cuja população apesar de estar foragida, pode de um instante para outro, voltar às suas casas. Neste momento então que o carinho do Estado a receba com um tempo de luz aberto ao Saber (PARANÁ, 1907a, p. 38).

Com efeito, o conflito do Contestado influenciou na disseminação da escolarização na região, já que o território estava sendo disputado, nele ocorreu a instalação da ferrovia e a grande extração madeireira, fatores que ocasionaram a dispersão dos moradores de suas residências.

O relatório do delegado do ensino da 3ª circunscrição, Ismael Alves Pereira Martins descreveu algumas informações sobre o quadro escolar de União da Vitória em 1907. O professor Júlio Francisco Cidreira lecionou para 26 alunos, sendo conforme o delegado de ensino, os alunos bem instruídos, o professor competente e a escola carente

de mobiliário. Na turma da professora Amasília da Costa Pinto, havia 68 matriculados e 51 estudantes assíduos (PARANÁ, 1908a).

No ano de 1910, o professor Wenceslau Muniz fundou um colégio particular, obtendo regular frequência, no entanto, não permaneceu na cidade, transferindo-se posteriormente para Rio Negro. No tocante à escolarização pública, Modesto Bitencourt Sobrinho ocupou o cargo de diretor da escola do município (SILVA, 1933).

Com relação ao povoamento de União da Vitória, em 1890, quando foi elevado à categoria de município, o recenseamento apontou que o local possuía 2.533 habitantes (BRASIL, 1890). Já em 1900 o número aumentou para 2.654 pessoas (BRASIL, 1900). Com povoação em ascensão e economia próspera, o município de Porto União da Vitória recebeu a instalação de um semigrupo que recebeu o nome de Grupo Escolar Professor Serapião, o qual iniciou sua construção em 1911 e inaugurou em 1913. O responsável por construir o edifício foi André Petrelli. Destacamos nesse sentido, que a instalação ocorreu em meio a Guerra do Contestado.

Em relatório apresentado pelo secretário de Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização, Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos, de 1912, foi publicado o contrato para a construção do prédio escolar, o qual descreveu especificações da obra:

Contrato para a construção de um grupo escolar na cidade de União da Vitória, com o Sr. André Petrelli como abaixo se declara.

Aos vinte dias do mês de maio de mil novecentos e onze, nesta Secretaria de Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização, perante o respectivo Secretário Sr. Dr. Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos, compareceu o Sr. André Petrelli, que declarou vir assinar o presente contrato para a construção de um grupo escolar na cidade de União da Vitória, mediante as seguintes cláusulas:

1.<sup>a</sup> O contratante André Petrelli, fica obrigado a construir um edifício Escolar na cidade de União da Vitória de acordo com a planta e mais instruções técnicas que lhe forem ministradas pela Diretoria de Obras e Viação.

2.<sup>a</sup> Obriga-se mais o contratante André Petrelli:

- a) a iniciar o serviço no prazo de trinta dias e concluí-lo no de quinze meses, tudo a contar da data da assinatura do presente contrato;
- b) a empregar na alvenaria dos alicerces pedras grandes principalmente nos cantos, não sendo admissível pedras de volume inferior a dois centésimos do metro cúbico, senão em calços, adotando nessa alvenaria argamassa feita de duas partes de areia e uma de cal;
- c) a construir os embasamentos com alvenaria de pedra e argamassa de cal e areia na mesma proporção da alínea anterior;
- d) a construir as paredes com alvenaria de tijolos e argamassa de três partes de areia e uma de cal, fazendo o emboço com argamassa desse mesmo traço e o reboco em partes iguais de cal e areia;

A superfície rebocada deverá ficar perfeitamente lisa e desempenada.

- e) a areia a empregar será de boa qualidade e bem lavada, depois de expurgada de quaisquer detritos argilosos, vegetais, passando em peneira de crivo fino quando destinada a ser empregada no reboco;
- f) a colocar nas paredes assim como nos vãos das portas e janelas os necessários tocos de cerne de madeira de lei com a dimensão de um tijolo, a fim de serem neles pregados os forros, cimalthas, rodapés e os quadros das portas e janelas;
- g) a construir a porta externa com madeira de imbuia e as internas de pinho todas almofadadas. As janelas serão constituídas por caixilhos de cedro e levarão vidros sendo as bandeirolas móveis, as folhas serão de madeira de pinho, tudo na conformidade das instruções da planta;
- h) as ferragens serão de primeira qualidade a juízo do fiscal;
- i) o barroamento será de madeira de pinho, bem seca, sem nós e isentas de quaisquer defeitos que lhe diminuam a resistência, tendo a esquadria de vinte centímetros por onze metros; antes de ser colocado deve ser fortemente alcatroado nos respectivos topos;
- j) os soalhos serão de pinho sem nós, ou quaisquer outros defeitos, perfeitamente cepilhados em tábuas de dezesseis centímetros de largura por trinta e dois milímetros de espessura, devendo as emendas serem feitas a macho e fêmea, e pregados de sorte que os pregos fiquem inteiramente ocultos;
- k) os forros serão de pinho e aparelhados do mesmo modo que o soalho, serão emendados de saia e camisa e dotados de gala;
- l) o madeiramento do telhado será de pinho bem seco, sem nós, vento ou outros quaisquer defeitos suscetíveis de prejudicar a resistência das peças, sendo a respectiva amarração feita de acordo com as indicações do desenho;
- m) a cobertura será feita com telhas francesas, perfeitamente cozidas e isentas de quaisquer defeitos;
- n) as calhas serão de zinco n. 14 perfeitamente pintadas a óleo e projetando as águas por baixo das calçadas que se terá de construir em volta do edifício;
- o) a pintar todo o edifício de conformidade com a norma adotada para as escolas públicas, sendo as paredes internas e externas a cola e o madeiramento das janelas, portas, forros e rodapés a óleo com três mãos.

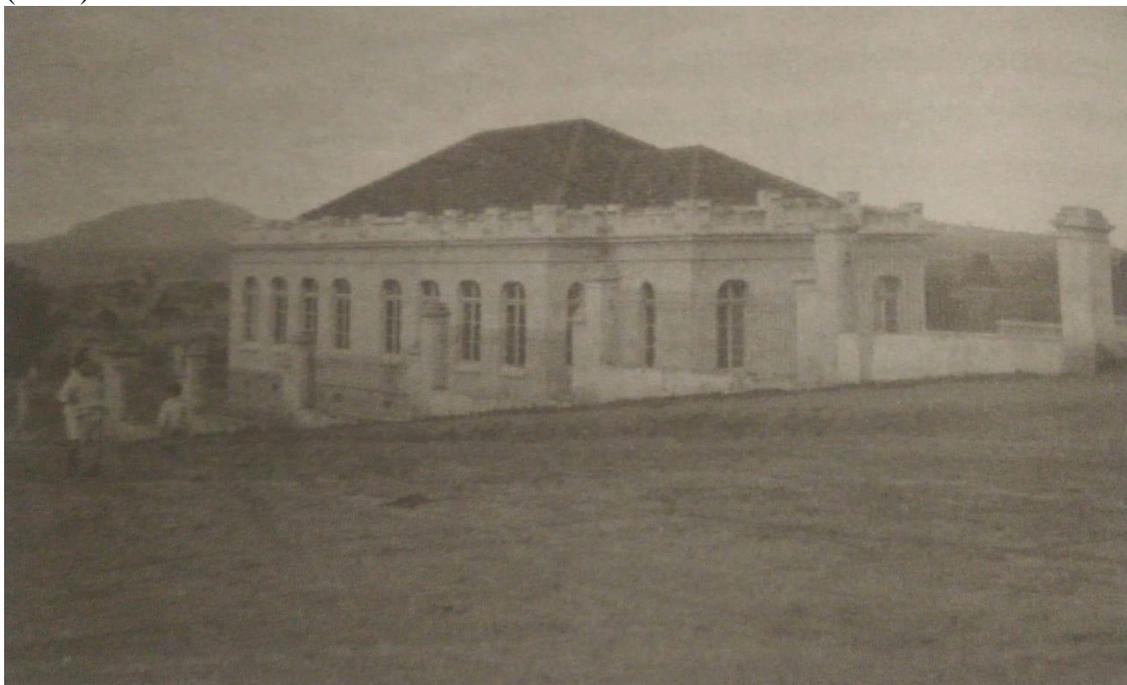
3.<sup>a</sup> Pelos serviços constantes do presente contrato o Governo pagará ao contratante André Petrelli a quantia de trinta e quatro contos e oitocentos mil réis (34:800\$000) em cinco prestações iguais, da seguinte maneira; a primeira, um mês depois de iniciado o serviço e se tiver material equivalente a prestação; a segunda, na altura dos alicerces; a terceira, na altura das paredes para receber o madeiramento; a quarta, na conclusão da cobertura e finalmente a quinta e última prestação, quando, for entregue a chave do edifício.

4.<sup>a</sup> Além das cláusulas presentes vigorarão no presente contrato as disposições do ato n. 28 de 27 de novembro de 1901, que não as contrariarem. E para produzir todos os efeitos legais foi lavrado o presente contrato para a construção de um grupo escolar na cidade de União da Vitória, em que assina o Exmo. Sr. Dr. Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos, Secretário de Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização e o sr. André Petrelli, comigo Manoel Antônio Cordeiro que lavrei. Pagou de selo a quantia de cento e treze mil e seiscentos réis, conforme a verba n. lançada pela coletoria estadual no verso da respectiva guia nesta mesma data (PARANÁ, 1912b, p. 63-64-65).

Os detalhes e as exigências para a construção do prédio constituíram-se como requisitos para a edificação dos grupos escolares, já que essas escolas primárias foram concebidas como símbolos da escolarização do período republicano e da modernidade, nas quais se formaria o novo cidadão brasileiro. Os prédios escolares com uma arquitetura imponente em local de destaque na cidade revelou a concepção que a república possuía sobre a instrução na sociedade.

O local escolhido para sediar o grupo escolar em União da Vitória foi de destaque: próximo da igreja matriz e da Praça Prudente de Brito. A figura 15 ilustra a obra finalizada.

**Figura 15** - Prédio do Grupo Escolar Professor Serapião em União da Vitória (1913).



**Fonte:** Klein (2013, p. 22).

O grupo escolar homenageou Joaquim Serapião do Nascimento, professor nascido na Província de São Paulo e em União da Vitória, exerceu a docência e trabalhou em cargos públicos. Outro nome de destaque foi da professora normalista Amasília Pinto de Araújo, uma das primeiras professoras do grupo escolar, a qual no mês de abril de 1914, “[...] com a colaboração do povo e das autoridades locais, desfilou com seus alunos em homenagem ao então Presidente do Estado do Paraná, Dr. Carlos Cavalcanti, quando, de sua visita à cidade” (KLEIN, 2013, p. 38).

O funcionamento do Grupo Escolar Professor Serapião, naquele prédio, ocorreu até 1916, pois nesse ano, teve o desfecho da Guerra do Contestado e o acordo de limites entre os Estados do Paraná e Santa Catarina. Tal divisão incidiu reflexos na localização

do Grupo Escolar Professor Serapião, pois o território no qual o prédio encontrava-se instalado passou a pertencer a cidade de Porto União, ou seja, ao Estado de Santa Catarina. Diante disso, as dependências da edificação foram ocupadas pelas Escolas Reunidas Professor Balduino Cardoso.

Por consequência, em 1917, o referido Grupo Escolar teve suas atividades letivas transferidas ao Paraná. O novo prédio, situado definitivamente em território paranaense, foi também construído próximo de uma praça: a Praça Coronel Amazonas. O novo prédio do grupo escolar também apresentou uma arquitetura imponente, destacando-se em meio às outras importantes construções da cidade de União da Vitória, modernizando o cenário urbano.

Em 1915, União da Vitória ampliou seu quadro de escolas primárias com a aprovação da lei n. 1.523, de 27 de março, a qual criou cadeiras nos povoados de Estácios, Taquara Verde e Palmital. Com a lei n. 1.552 de 29 de fevereiro de 1916, foram implementadas escolas em Paula Freitas, Barreiras, na Colônia Antônio Cândido, em Nova Galícia e no Palmital.

Naquele ano, o município possuiu em seu quadro de escolas primárias 6 instituições, sendo 4 cadeiras situadas na sede da cidade. Nas duas escolas masculinas localizadas na vila, foram docentes Modesto Bittencourt Sobrinho e José da Cruz Arzua, já nas turmas femininas, lecionaram as professoras normalistas Amasília Pinto de Araújo e Maria da Luz Virgolino e Silva. No povoado de Tocos, lecionou na escola mista, a professora Bernardina Scheleder e na cadeira masculina de Taquara Verde, foi regente Martinho Ignácio da Trindade (PARANÁ, 1917).

No tocante às matrículas, os números apresentaram progressões e regressões. Já com relação à implementação de escolas houve ascensão a partir da década de 1900. Em 1914, o número passou de 400 meninos e meninas matriculados, no entanto, em 1916 houve grande declínio.

Ressaltamos que um dos condicionantes que contribuiu para o quadro foram as incidências do Conflito do Contestado, ocorrido entre 1912 até 1916. Nesse ínterim, muitas famílias afugentaram-se de suas casas, o que contribuiu na evasão escolar, além de que possivelmente, muitos dos alunos contabilizados em 1914, passaram a integrar o panorama educacional do Estado catarinense nos recenseamentos de 1916/1917.

O quadro abaixo sintetizou o movimento de matrículas e implementação de escolas no município:

**Quadro 12** - Síntese do número de matrículas e escolas primárias públicas e particulares em União da Vitória, entre 1894 a 1916.

Ano	Número de escolas	Ano	Número de matrículas
1894	1	1894	-
1896	1	1895	44
1903	1	1906	142
1906	3	1912	336
1914	5	1914	478
1916	6	1916	138

**Fonte:** PARANÁ, 1894b, RS; PARANÁ, 1895b, RS; PARANÁ, 1896, RS; PARANÁ, 1904a, RDG; PARANÁ, 1907b, RS; PARANÁ, 1913b, RDG; PARANÁ, 1915b, RDG; PARANÁ, 1917, RS. Dados organizados pela autora.

Dessa forma, o quadro de instituições escolares de União da Vitória que iniciou em 1876 permaneceu até meados de 1900, somente com uma escola em funcionamento, o que se transformou a partir de 1905, com a instalação de novas instituições. No município também houve a presença de professores normalistas. Um dos grandes nomes na educação regional do período foi da docente Amasília da Costa Pinto que lecionou no semigrupo escolar da cidade.

Em vista disto, o município que estava apresentando desenvolvimento na implementação de escolas e ascensão de matrículas, apresentou decréscimo. Somente após o conflito armado e da demarcação dos territórios paranaense e catarinense a questão foi reorganizada.

#### 4.2.5 A Escolarização em São Mateus

O maior povoamento em São Mateus foi, sobretudo a partir de 1890, quando colonos imigrantes de origem polonesa instalaram-se no núcleo. Até este ano, o território pertenceu à Palmeira, momento em que foi povoado por brasileiros, espanhóis e alemães. Com a emancipação de São João do Triunfo da área palmeirense em 1890, a colônia passou a ser um núcleo imigrante do novo município, denominado em primeira instância de Maria Augusta.

Em 1894, em relatório da pasta dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, o secretário Caetano Alberto Munhoz, relatou sobre a escolarização na colônia, havendo uma escola pública primária de ensino misto, sob a regência da professora Maria Pereira Lagos (PARANÁ, 1894b).

A implementação de escolas no município ocorreu com a iniciativa pública e com maior ênfase dos próprios imigrantes, que instituíram escolas coloniais. Segundo Staniszewski (2013), a maioria dos poloneses que vieram ao Paraná eram camponeses e falavam somente o polonês, sendo que a necessidade de troca de mercadorias e o

contato com a sociedade foi uma exigência para o domínio da língua portuguesa. No núcleo de São Mateus, os colonos organizaram primeiro a igreja e, posteriormente, voltaram-se à implementação das instituições escolares.

Neste contexto, as famílias assumiam o papel de educar os filhos, sendo primordial transmitir a eles as culturas religiosas, os costumes, a língua e as primeiras letras. Para os imigrantes poloneses era importante também mandar seus filhos para a escola para serem alfabetizados. Porém, por falta de auxílio e interesse do governo brasileiro em relação aos problemas dos imigrantes, como a necessidade de construção de escolas, - até mesmo porque sofria com a carência de escolas para os próprios brasileiros - os colonos perceberam que deveriam agir por si (STANISZEWSKI, 2013, p. 4).

Uma das iniciativas na escolarização foi a fundação das Sociedades-Escolas<sup>53</sup>. Em São Mateus, em 1895, foi fundada no centro da cidade, a Sociedade Casimiro Pulaski (STANISZEWSKI, 2013).

Além das escolas coloniais, a instrução pública foi presente na colônia, pois em 1897, São Mateus possuía uma escola que atendia as meninas, sob a regência de Catharina de Gracia Teigão (PARANÁ, 1897a). Em 1902, havia um projeto para a criação de uma nova escola primária. A proposta foi transformada na resolução de 18 de março de 1902, porém não foi promulgada.

Em 1906, em relatório apresentado pelo Diretor Geral da Instrução Pública Arthur Pedreira de Cerqueira, constatou-se que a escola da colônia de São Mateus não apresentava mobília financiada pelo Estado, mas de iniciativa particular. No entanto, a instituição precisava de alguns utensílios, como “[...] oito carteiras, uma mesa com estrado, um quadro e cavalete, uma cadeira, mapas, etc.” (PARANÁ, 1907b, p. 91).

Nas escolas coloniais, uma das problemáticas foi a ausência de um professor polonês habilitado formalmente à docência. Dessa forma, no início das atividades nas Sociedades-Escolas, eram eleitas as pessoas consideradas mais desenvolvidas da própria comunidade para lecionar, ou seja, que apresentassem domínio das questões de leitura e escrita.

A ausência de professores e a forte relação da colônia com a religião cristã contribuíram para que, em 1908, o grupo de Irmãs da Caridade São Vicente de Paulo, originário da Polônia, ministrasse o ensino primário em São Mateus. Dessa forma,

---

<sup>53</sup> “Eram Sociedades Recreativas, aos domingos serviam de encontro das famílias que passavam a semana inteira no trabalho, locais em que comemoravam datas importantes, recebiam alguma autoridade e proporcionavam à juventude um lugar para se divertir, e durante a semana funcionavam como escolas. Os membros desta sociedade tinham que pagar uma taxa, por isso as festas e comemorações eram também uma fonte de renda para manter as despesas da escola e remunerar alguma pessoa que pudesse lecionar para as crianças da colônia. Contudo, é importante lembrar que nem todas as famílias tinham condições de pagar a mensalidade para colocar suas crianças nessas escolas” (STANISZEWSKI, 2013, p. 4-5).

“Estas escolas tinham o prestígio dos colonos, pois confiavam nas religiosas, não precisavam se preocupar com a manutenção da escola, com a troca de professores que acontecia sucessivamente, e eram mais baratas que a Sociedade-Escola” (STANISZEWSKI, 2013, p. 5).

Em 1908, São Mateus emancipou-se politicamente de São João do Triunfo, sendo elevado à categoria de município. No ano de 1910, Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos, responsável pela Secretaria de Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização ressaltou que o novo município possuía 2.150 habitantes e no tocante aos aspectos educativos, havia dois prédios públicos, um localizado na sede Rio Claro e outro em Marechal Mallet, nos quais funcionavam escolas públicas (PARANÁ, 1910).

As escolas organizadas pelos imigrantes funcionavam em bons prédios escolares e o ensino nessas instituições era ministrado na língua polonesa, já nas escolas públicas a frequência era baixa. Essas problemáticas deveriam ser combatidas pelos governantes, pois ambas eram contra ao projeto republicano de educação.

Em 1916, o município possuía 7 escolas públicas primárias, sendo 4 delas situadas na cidade e as demais nas colônias imigrantes e povoados. Nas cadeiras masculinas localizadas na vila, os professores normalistas Hercílio Alves de Souza e Nelson Eduardo Mendes foram regentes. Nas cadeiras femininas lecionou a professora normalista Maria Bassan e Alphonsina Costard Portugal. Na comunidade de Paiol Grande, Sophia Gonçalves de Moraes foi regente na cadeira mista. Em Rozas, Paulino Soares dos Santos, lecionou na cadeira masculina e na Colônia Vera Guarany, foi regente na cadeira feminina Maria Ledronetta Siqueira (PARANÁ, 1917).

Conforme o exposto, ressaltamos que em São Mateus, a implementação de escolas ascendeu na década de 1900, estando estabilizada nos primeiros anos da fundação da colônia, quando foi pertencente à São João do Triunfo, permanecendo com apenas uma instituição. O quadro 13 demonstrou o movimento de instalação de escolas e de alunos matriculados no município:

**Quadro 13** - Síntese do número de matrículas e escolas primárias públicas e particulares em São Mateus, entre 1894 a 1916.

Ano	Número de escolas	Ano	Número de matrículas
1894	1	1894	-
1896	1	1895	-
1903	1	1906	-
1906	2	1912	307
1914	5	1914	333
1916	7	1916	405

**Fonte:** PARANÁ, 1894b, RS; PARANÁ, 1895b, RS; PARANÁ, 1896, RS; PARANÁ, 1904a, RDG; PARANÁ, 1907b, RS; PARANÁ, 1913b, RDG; PARANÁ, 1915b, RDG; PARANÁ, 1917, RS. Dados organizados pela autora.

Destacamos que com a emancipação política do município, o processo de escolarização apresentou maior desenvolvimento, com a instalação de escolas na sede da cidade e nas colônias de imigrantes, havendo também expressivo crescimento no número de matrículas.

#### **4.2.6 A Escolarização em São Pedro de Mallet**

Emancipado em 1912 de São Mateus, o município de São Pedro de Mallet foi povoado, sobretudo, a partir da década de 1890, por meio das políticas imigratórias. Nesse sentido, a escolarização nas colônias do município foi organizada em maior parte pelos próprios colonos, os quais implementaram instituições escolares comunitárias de ensino primário e secundário.

No mesmo contexto de São Mateus, as escolas foram instaladas no território após os imigrantes fixarem suas moradias, sendo juntamente com a religiosidade, um aspecto importante aos colonos. Frente à ausência de políticas de escolarização governamentais, após escolherem o professor, os pais auxiliavam na remuneração do docente e na manutenção da escola. Objetivando estabelecer a unidade da nação, o Estado paranaense também implementou escolas.

No tocante à iniciativa pública, em 16 de dezembro de 1896, a Lei n. 224 criou uma escola primária masculina na Colônia de Rio Claro, a qual se localizava nesse momento em São João do Triunfo (PARANÁ, 1897a).

Em 1898, a Colônia de Rio Claro, possuía uma escola pública primária promíscua. Assim, pelo Ato n. 82 de 5 de fevereiro deste ano, foi contratada Escolástica do Nascimento Castro para reger a cadeira. Já pelo Ato n. 175, de 14 de abril de 1898, foi nomeada regente Maria da Luz Sá Sottomaior Ribas (PARANÁ, 1899). Em 25 de agosto de 1900, foi contratada Julia de Souza Quadros para lecionar na escola pública primária da colônia (PARANÁ, 1901).

Em 1902, Rio Claro era habitado por 12 mil pessoas, sendo uma das problemáticas do núcleo a falta de docentes que falassem a língua vernácula. Conforme relatou Evaristo Martins Franco, chefe da 2ª secção da Secretaria de Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização, “esta colônia ressentia-se especialmente da falta de professores, pois como tive ocasião de presenciar, os brasileiros em grande parte falam a língua polaca, e muito poucos são os colonos que entendem e falam a portuguesa” (PARANÁ, 1902, p. 72).

No ano de 1905, a regente Julia de Souza Quadros permaneceu lecionando na cadeira pública promíscua da colônia de Rio Claro. Em 1909, no povoado de Marechal Mallet havia uma escola promíscua, regida por Alzira de Oliveira Freitas. Além dessas instituições, destacamos as escolas comunitárias organizadas pelos colonos, as quais não se limitaram ao ensino primário.

Tendo em vista que os colonos almejavam que seus filhos adentrassem no setor político, econômico, cultural e social do país, a implementação de escolas elementares não era suficiente para possibilitar tal formação. Nesse sentido, a partir de 28 de novembro de 1911 começou a funcionar em Marechal Mallet o Colégio Nicolau Copérnico, o primeiro colégio polonês de ensino secundário no Brasil (ZWIERZYKOWSKI; SCHENA, 2011). O colégio organizado pelos colonos demonstrou como os poloneses importavam-se com a educação de seus filhos, pois de forma comunitária, subvencionaram a instrução secundária.

Outra instituição de destaque em São Pedro de Mallet foi o Colégio Santa Clara, implementado em 1912 pelos poloneses em Rio Claro. A instituição foi considerada um dos maiores colégios de língua polonesa no Brasil, comandado pelas Irmãs da Caridade São Vicente de Paulo, ofereceu aulas e cursos de bordado, costura e culinária. Além de uma biblioteca, a instituição funcionou como hospital e internato (FOETSCH, 2007).

As referidas escolas possibilitaram a difusão do ensino secundário no interior do Estado, o qual nesse momento estava restrito, sobretudo aos sujeitos das classes abastadas e residentes nos centros populosos.

Em 15 de abril de 1912, São Pedro de Mallet foi emancipado de São Mateus. Em relatório do referido ano, o secretário da pasta destinada à colonização, José Niepce da Silva, frisou sobre os aspectos educacionais no núcleo de Rio Claro:

Dentro do território da colônia existem 14 edifícios escolares pertencentes a diversas sociedades e um do governo em São Pedro de Mallet. Funcionaram durante o ano apenas duas escolas nacionais e duas polacas, com uma frequência média de 100 alunos, sendo que em todas elas houve ensino da língua portuguesa, além das outras matérias (PARANÁ, 1913c, p. 28).

Tendo em vista tal situação, o secretário ressaltou a importância de ofertar ensino nesses prédios escolares, a partir da subvenção às sociedades, já que o índice demográfico da colônia e região era composto por mais de 2.500 famílias e naquele momento, a oferta de instrução a esses sujeitos reduziria as elevadas taxas de analfabetismo existentes no Estado.

Em 1913, Adão Sabocinski, inspetor da 6ª Circunscrição Colonial relatou ao secretário dos Negócios de Obras Públicas, Terras e Viação, Marins Alves de Camargo, que das 14 escolas existentes na colônia de Rio Claro, duas eram do governo paranaense, uma era particular subvencionada, localizada na sede do Rio Claro e as restantes pertenciam às diversas sociedades dos imigrantes. O inspetor da colônia ressaltou que em todas as escolas houve ensino da língua portuguesa e de outras matérias. Com relação às matrículas, de modo geral, em 1913 aproximadamente 500 alunos e alunas frequentam as escolas (PARANÁ, 1913d).

Em 1916, o município possuía 3 escolas públicas primárias, sendo duas localizadas na sede: uma masculina regida por Ezequias Machado de Oliveira e uma promíscua regida por Julieta da Silva Carrão. A outra cadeira era masculina, localizada na Colônia Dorizon, regida por Valentin Cutis (PARANÁ, 1917).

Nesse sentido, o número de escolas comunitárias, organizadas pelos imigrantes em São Pedro de Mallet, muitas vezes não foram registradas nos relatórios da Secretaria dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, nos quais constaram, em geral, as instituições públicas. O quadro abaixo sintetizou a movimentação das matrículas e escolas mantidas pelo governo:

**Quadro 14** - Síntese do número de matrículas e escolas primárias públicas em São Pedro de Mallet, entre 1913 a 1916.

Ano	Número de escolas	Ano	Número de matrículas
1913	2	1913	128
1916	3	1916	322

**Fonte:** PARANÁ, 1914, RS; PARANÁ, 1917, RS. Dados organizados pela autora.

Nesse panorama, as escolas das colônias que posteriormente integraram São Pedro de Mallet, pertenceram inicialmente à São João do Triunfo, até 1908 e, a São Mateus, entre 1908 a 1912. Assim, conforme o exposto, os colonos organizaram muitas instituições de ensino primário e secundário, visando à ascensão social de seus filhos. Nessas escolas, a utilização da língua estrangeira foi decorrente, prática combatida pelos governantes, sendo a implementação de escolas públicas, uma das ações do Estado para introduzir a língua portuguesa e os valores pátrios nos núcleos.

### **4.3 Educação e Tropeirismo entre 1890-1916: uma síntese**

A diminuição do tráfico de animais no início do século XX foi influenciada pelo fim das Feiras de Muare de Sorocaba e pela introdução da ferrovia de forma gradual no território brasileiro e pela difusão da criação de animais em diversos lugares no interior

do Brasil. Do mesmo modo, a redução do fluxo de gado esteve condicionada com as transformações no modo de produção e ao desenvolvimento de novas atividades econômicas nas regiões de consumo do gado, além de que outros locais passaram a abastecer a população paulista e demais.

Na área de influência da Estrada de Palmas-Palmeira, essa diminuição contribuiu para que os grandes latifúndios fossem gradativamente povoados por brasileiros e colonos imigrantes. Esses sujeitos desenvolveram a agricultura para subsistência, trabalhos com animais, extração de matérias primas e a comercialização de produtos.

No tocante aos imigrantes, foi ainda no Período Imperial que os colonos fixaram-se na região, sendo inicialmente na vila de Palmeira. Em 1881, o governo provincial implementou uma escola na Colônia de Papagaios Novos, pertencente ao município. Assim, escolas foram criadas nas colônias dos imigrantes ucranianos, poloneses, alemães, italianos, ingleses e russos.

A partir de 1890, grande número de estrangeiros chegou para povoar São João do Triunfo e União da Vitória, ocupação que se expandiu também à Palmas. Nesse panorama, marcado por transformações graduais nos aspectos sociais e nas bases estruturais, com o desenvolvimento de outras atividades econômicas, além dos trabalhos agropastoris, a educação, mesmo que não fosse elemento de maior interesse, também apresentou modificações.

De tal modo, a fixação dos imigrantes foi condicionante para a implementação de escolas e aumento nas matrículas, pois além dos próprios colonos instalarem escolas comunitárias nos núcleos, o Estado também criou cadeiras públicas. Conforme podemos verificar no quadro a seguir, a partir de 1894 em todos os locais analisados, houve em maior parte expansão no número de implementação de escolas e de alunos matriculados.

**Quadro 15** - Síntese do número de matrículas e escolas primárias públicas e particulares localizadas na área de influência da Estrada de Palmas, entre 1894 a 1916.

Ano	Número de escolas						
	Palmeira	Palmas	São João do Triunfo	União da Vitória	São Mateus	São Pedro de Mallet	TOTAL
1894	3	3	3	1	1	-	11
1896	7	3	4	1	1	-	16
1903	8	5	5	1	1	-	20
1906	6	3	5	3	2	-	19
1914	9	5	5	5	5	1	30
1916	12	16	6	6	7	3	50
Ano	Número de matrículas						
	Palmeira	Palmas	São João do Triunfo	União da Vitória	São Mateus	São Pedro de Mallet	TOTAL
1895	88	82	48	44	-	-	262
1906	200	120	152	142	-	-	614

1912	586	122	177	336	307	-	1528
1914	561	363	404	478	333	-	2139
1916	705	-	249	138	405	322	1819

**Fonte:** PARANÁ, 1894b, RS<sup>54</sup>; PARANÁ, 1895b, RS; PARANÁ, 1896, RS; PARANÁ, 1904a, RDG<sup>55</sup>; PARANÁ, 1907b, RS; PARANÁ, 1913b, RDG; PARANÁ, 1915b, RDG; PARANÁ, 1917, RS. Dados organizados pela autora.

Até a Proclamação da República em 1889, o número de instituições em atividade nas referidas vilas e povoados não passaram de 5. Já no período republicano, com maior incidência demográfica, houve aumento de escolas e matrículas. Outra influência na escolarização foram os agravantes da Guerra do Contestado, pois conforme ilustrou o quadro, em União da Vitória nos anos finais do conflito, o número de matrículas apresentou decadência. Nesse contexto, a guerra foi outro entrave no desenvolvimento escolar do local.

Entre 1907 e 1914, identificamos a presença dos grupos escolares na área de influência da Estrada de Palmas. Nas primeiras décadas do século XX, a localização dessas escolas foi em capitais e centros com economia próspera. A implantação de grupos e semigrupos escolares na região analisada se deu em Palmeira, União da Vitória e Palmas. Em Palmeira, em 1907, o Grupo Escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes foi inaugurado. Em meio a Guerra do Contestado, em 1913, o Grupo Escolar Professor Serapião foi implementado em União da Vitória, prédio que com o acordo de limites, passou ao domínio catarinense. Já em Palmas, o Grupo Escolar Coronel Domingos Soares, passou a funcionar a partir de 1914, de modo provisório, em uma residência do prefeito municipal.

A presença das referidas instituições nesses locais, revelou como as cidades possuíam destaque no âmbito paranaense da época. Cada instituição escolar apresentou especificidades, havendo um contexto histórico, social, político, econômico e cultural envolvido na sua implantação.

Mediante o exposto, afirmamos que no período republicano ocorreu a disseminação de novas concepções de educação e gradativamente, a política educacional apresentou expansão. Nesse novo contexto, a região apresentou transformações nos aspectos sociais, culturais e econômicos, com a inserção de novas atividades econômicas, de formas alternativas de transporte e a maior ocupação do território, por brasileiros e colonos imigrantes. Esses fatores condicionaram a maior implementação de escolas primárias e secundárias na região.

<sup>54</sup> Relatório do Secretário dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública.

<sup>55</sup> Relatório do Diretor Geral da Instrução Pública.

## CONCLUSÕES

A nova sociedade palmense foi estruturada em fins de 1830 e composta por fazendeiros oriundos dos Campos Gerais e de Guarapuava, caracterizando-se assim, como uma extensão da estrutura dessas organizações. A base latifundiária, escravocrata, religiosa, patriarcal e agropastoril predominante foi reproduzida nos campos, principalmente no século XIX, quando os ocupantes exploraram de forma intensa os recursos naturais e humanos da região, expulsando e dizimando os indígenas, esgotando as pastagens naturais e extraindo matérias-primas.

A Freguesia de Palmas estabeleceu grande contato com Guarapuava, da qual se emancipou politicamente em 1877 e, com Palmeira, via a Estrada de Palmas. Nesse caminho, com o fluxo dos tropeiros, desenvolveram-se alguns povoados: União da Vitória, São João do Triunfo, São Mateus e São Pedro de Mallet.

Ao constatarmos o maior fluxo de pessoas e a integração entre os povoados, a partir do tropeirismo na região, voltamo-nos a análise da relação entre o tropeirismo e a institucionalização da educação que se estabeleceu nessa área, entre 1854-1916. Para tal, evidenciamos que a educação, como elemento superestrutural, apresentou um panorama incipiente nessas comunidades, quando sua estrutura foi predominantemente de ordem agropastoril. O quadro apresentou algumas modificações, quando houve o crescimento demográfico, a partir da introdução de novos sujeitos e formas de trabalho.

A primeira instituição escolar implementada na região foi em Palmeira, ainda pelo governo imperial. Dessa maneira, durante o período provincial paranaense, o número de escolas não passou de cinco (5) instituições, aumentando significativamente no decorrer das primeiras décadas do século XX.

Outra ocorrência da educação em Palmeira foram as escolas nas colônias imigrantes. Dessa forma, foi em 1878 que iniciou a presença de estrangeiros no território, já em 1890, novas colônias foram criadas, com a fixação de ingleses, russos, poloneses e italianos. Em 1880, a vila também apresentou escolas noturnas, voltadas à instrução de jovens e adultos. Já em 1907, sob a influência dos ideais republicanos, o município recebeu a implementação do Grupo Escolar Conselheiro Jesuino Marcondes.

Compartilhando a mesma estrutura e valores conservados de Palmeira, a educação em Palmas assemelhou-se com a estrutura palmeirense. A primeira escola pública primária foi instalada no povoado em 1854/6, a partir desse momento houve variações no número de cadeiras, sendo que até a primeira década do século XX, não passou de cinco (5) também.

As oscilações na presença de instituições escolares e a pouca ênfase nos aspectos educativos, foram condicionadas pelo contexto da época, em que a educação não era interesse principal, além de o território palmense estar constantemente envolvido em conflitos. Esses eventos, constituíram-se como entraves ao desenvolvimento educacional e implementação de escolas.

Nesse contexto de disputas e incertezas, a escolarização na vila ocorreu em escolas públicas e particulares, com ênfase no ensino primário, durante o século XIX e início do XX. Foram poucas escolas isoladas implementadas, porém em 1916, o município contava com 16 cadeiras, sendo considerado um dos locais com maior atendimento escolar do Estado. Em 1914, houve a instalação de forma improvisada do Grupo ou semigrupo Escolar na cidade, que recebeu o nome de Coronel Domingos Soares.

Conforme o exposto, ressaltamos que a escolarização na Estrada de Palmas-Palmeira, iniciou nos polos da atividade tropeira e agropastoril, estendendo-se aos núcleos populacionais que se desenvolveram no percurso: em São João do Triunfo, União da Vitória, São Mateus e São Pedro de Mallet.

O município de São João do Triunfo foi inicialmente uma Freguesia de Palmeira, a qual possuía riquezas naturais e localização estratégica. A escolarização no local iniciou em 1871, quando passaram a ser instaladas escolas organizadas pelos setores particulares e públicos. Em 1890, com relativo desenvolvimento, a comunidade foi elevada à categoria de município, baseando sua economia na extração da madeira e da erva-mate. Neste ano, também iniciou a presença dos colonos, os quais contribuíram na disseminação de escolas.

Nesse íterim, em União da Vitória os aspectos econômicos e sociais, apresentaram progresso na Freguesia, sobretudo a partir de 1882, quando o Coronel Amazonas Marcondes empreendeu a navegação à vapor transportando sal para o gado dos campos palmenses, madeira e erva-mate, além dos primeiros colonos imigrantes. Destacamos que, como em Palmas, um dos entraves para o desenvolvimento da educação foi a decorrência da Guerra do Contestado.

Com o desfecho da guerra e o acordo de limites em 1916, Porto União da Vitória foi dividida em duas: União da Vitória, pertencente ao território paranaense, e Porto União, correspondente à Santa Catarina. Dessa forma, antes do conflito, algumas famílias já se afugentaram de suas casas, ocasionando a evasão escolar e, após o evento, em 1917, o grupo escolar do município precisou ser reconstruído, pois o inaugurado em 1913 passou ao domínio catarinense.

Já São Mateus apresentou maior povoamento a partir de 1890, quando foi fundado juntamente com outras colônias em São João do Triunfo. Em 1902, apresentou sua população composta por mais de mil habitantes, caracterizando-se como um centro comercial agrícola e ervateiro em ascensão. O local apresentou instituições públicas e escolas coloniais, com expansão das escolas, sobretudo na década de 1900.

No mesmo contexto, São Pedro de Mallet integrou o território de São João do Triunfo até 1908, quando passou a pertencer a São Mateus até 1912, ano de sua emancipação. Desse modo, os aspectos educacionais do local foram relacionados com a iniciativa comunitária dos imigrantes e em menor número do setor público. Sendo valorizado pelos colonos, no município houve também a oferta do ensino secundário.

De tal modo, podemos concluir que a política de escolarização na área de influência da Estrada de Palmas, esteve condicionada com o crescimento demográfico e o desenvolvimento de novas formas de trabalho. O crescimento foi impulsionado também com a chegada dos imigrantes e o desenvolvimento de novas formas de transporte, uma das problemáticas da época. Esses meios de condução, como o trem e a navegação a vapor, possibilitaram a importação e exportação de matérias primas e mercadorias.

Nesse quadro, a educação, como elemento superestrutural, não despertou o interesse enquanto a ordem agropastoril e tropeira predominaram, pois além de condicionantes históricos do Período Imperial, que se constituíram como entraves para a ascensão da educação, a região integrada inicialmente pelas freguesias de Palmas e Palmeira se estruturou como uma sociedade patriarcal, latifundiária, religiosa e escravocrata.

Uma das principais ênfases dos governantes para a região foi a manutenção da área ao seu domínio, por meio da conquista de terras e a demarcação de fronteiras. Já as famílias das classes subalternas, conforme seu modo de vida simples, possuíam interesse em inserir seus filhos no trabalho e nas tarefas do cotidiano.

Com o desenvolvimento de novas formas de trabalho, uma nova estrutura começou a se desenvolver e a escolarização, influenciada pelos ideais republicanos, mesmo com oscilações demonstrou certo progresso, já que as limitações do Período Imperial foram sendo superadas de forma progressiva. Outro evento que também influenciou na lenta expansão das escolas, foi a Guerra do Contestado.

Dessa forma, a hipótese inicial da pesquisa, de que o tropeirismo foi determinante no desenvolvimento social e educativo dos municípios integrantes da Estrada de Palmas não se confirmou, pois no período em que predominou a estrutura

agropastoril, houve a instalação de poucas escolas isoladas, já que a política de escolarização se vinculou com a ocupação das terras e o desenvolvimento de novas formas de trabalho, elementos que apresentaram ascensão a partir da crise do tropeirismo.

Todavia, se o movimento tropeiro não influenciou diretamente o processo de institucionalização do ensino formal, possibilitou a disseminação da educação assistemática e de sua cultura, elementos ainda presentes no cotidiano das populações residentes nesses locais, como as nomeações de cidades, povoados, rios, montanhas, passos, vaus, pousos, entre outros. Outras práticas referem-se ao modo de vida, como na culinária, nas vestimentas, na prevenção e cura de enfermidades, na religiosidade e no folclore. Para tal, existem espaços que atuam na preservação dessa rica cultura, como museus, rotas turísticas, restaurantes, eventos, centros e associações.

Atualmente na área de influência da antiga Estrada de Palmas, outros municípios passaram a integrar a rota. Além de Palmas, União da Vitória, São Mateus do Sul, São João do Triunfo e Palmeira, temos os municípios de General Carneiro, Porto Vitória, Paula Freitas e Paulo Frontin, que foram caminhos por onde os tropeiros passaram em direção aos Campos Gerais e às Feiras de Sorocaba. No quadro abaixo, apresentamos algumas informações sobre os referidos municípios.

**Quadro 16** - Dados dos municípios que atualmente integram a área por onde passava a antiga Estrada de Palmas (Censo 2010).

Município	População	Densidade demográfica (hab/km <sup>2</sup> )	Escolarização (6 a 14 anos)	IDHM*	População estimada em 2020
Palmas	42.888	27,53	92,8%	0,660	51.755
General Carneiro	13.669	12,76	96,7%	0,652	13.685
Porto Vitória	4.020	18,87	98%	0,685	4.061
União da Vitória	52.735	73,24	98,2%	0,740	57.913
Paula Freitas	5.434	12,89	98%	0,717	5.908
Paulo Frontin	6.913	18,69	99,4%	0,708	7.387
São Mateus do Sul	41.257	30,75	97,6%	0,719	46.705
São João do Triunfo	13.704	19,02	96,9%	0,629	15.241
Palmeira	32.123	22,04	95,5%	0,718	33.994

**Fonte:** BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html?view=municipio>. Acesso em: 01 dez. 2020. Dados organizados pela autora.

\*Índice de desenvolvimento humano municipal.

Nesse panorama, a região atualmente possui grande povoação, contexto diferente de 1854, quando as relações de contato e transporte eram estabelecidas com grande dificuldade. Destacamos que os municípios de Palmas e Palmeira, marcados pelo maior percurso histórico, enquanto povoados e dos quais foram desmembrados os

outros, revelaram em 2010, os índices mais baixos de escolarização, em comparação com os demais.

A partir dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), o principal indicador que monitora a qualidade da educação básica nacional, calculado a partir do desempenho dos estudantes nos exames aplicados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e do fluxo escolar, foi possível analisarmos as notas observadas nos municípios localizados na área de influência da antiga Estrada de Palmas. Os resultados do ano de 2019 foram sintetizados no quadro abaixo:

**Quadro 17 - IDEB dos municípios que atualmente localizam-se na região da antiga Estrada de Palmas (Resultados 2019).**

Município	Anos Iniciais do Ensino Fundamental	Anos Finais do Ensino Fundamental	Ensino Médio
Palmas	5.2	4.0	3.9
General Carneiro	5.1	4.7	4.0
Porto Vitória	6.5	5.2	5.1
União da Vitória	6.4	5.2	4.9
Paula Freitas	6.3	4.6	4.7
Paulo Frontin	6.5	5.4	4.7
São Mateus do Sul	6.2	5.6	4.5
São João do Triunfo	6.2	5.2	4.5
Palmeira	6.2	5.3	4.8

**Fonte:** BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>. Acesso em: 26 nov. 2020. Dados organizados pela autora.

Tal quadro demonstra como há fatores que devem ser considerados pelas políticas educacionais na melhoria da qualidade do ensino. Nesse novo cenário, denominado de Revolução 4.0, marcado pela ênfase nas tecnologias, a educação está se adequando às lógicas neoliberais, fazendo com que o fenômeno educacional se ajuste às demandas do mercado, “disto resulta a mudança do vocabulário pedagógico: não mais qualificação, mas competência; não mais emprego, mas empregabilidade; não mais qualidade, mas qualidade total” (FRIGOTTO, 2019).

Portanto, o desafio da educação é auxiliar os jovens, sobretudo os filhos e filhas da classe trabalhadora, a perceberem a partir do conhecimento histórico, que sua geração e as seguintes somente terão um futuro previsível, se a ciência e as riquezas naturais não estejam restritas ao lucro de uma minoria e tornem-se um bem comum da humanidade (FRIGOTTO, 2019). Dessa forma, mesmo com o avanço tecnológico e a facilitação na comunicação, a educação ainda possui entraves para atingir a todos e todas, sobretudo do ensino crítico, emancipatório, transformador e comprometido com a formação humana.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, J. L. de. Manifestações populares e o tropeirismo. In: SANTOS, L. M. S.; BARROSO, V. L. M. (Org.). **Bom Jesus na rota do tropeirismo no Cone Sul**. Porto Alegre, EST, 2004. p. 626-636.
- ALMEIDA, A. de. **Vida e morte do tropeiro**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1993.
- BARROS, S. P. Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 3, jul./set. 2016. p. 591-605. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v42n3/1517-9702-ep-42-3-0591.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2020.
- BENCOSTTA, M. L. A. Grupos Escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (Org.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2005, v. III. p. 68-76.
- BORBA, D. F. G. **Aprender e ensinar a ser gaúcho dentro do Grupo de Danças Biriva Tropeiros de Dois Mundos**. 2013. 90 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2013.
- BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BRASIL. DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. **Recenseamento geral do Império em 1872**. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477\\_v9\\_pr.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv25477_v9_pr.pdf). Acesso em: 14 jul. 2019.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS. DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. **Sinopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1890**. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/227299>. Acesso em: 14 jul. 2019.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS. DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. **Sinopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1900**. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1905. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/222260>. Acesso em: 14 jul. 2019.
- BRASIL. DECRETO-LEI Nº 311, DE 2 DE MARÇO DE 1938. Dispõe sobre a divisão territorial do país, e dá outras providências. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União - Seção 1 - 7/3/1938, p. 4249. Coleção de Leis do Brasil - 1938, p. 438 Vol. 1 (Publicação Original). Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-311-2-marco-1938-351501-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 out. 2020.
- BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>. Acesso em: 26 nov. 2020.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados.html?view=municipio>. Acesso em: 01 dez. 2020.

CAMPOS, N. J. de. Terras de uso comum junto aos caminhos de tropas. In: SANTOS, L. M. S.; BARROSO, V. L. M. (Org.). **Bom Jesus na rota do tropeirismo no Cone Sul**. Porto Alegre, EST, 2004. p. 299-307.

CATÁLOGO DE TESES E DISSERTAÇÕES DA CAPES. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 14 out. 2020.

CARVALHO, M. M. X.; NODARI, E. S. As origens da indústria madeireira e do desmatamento da floresta de araucária no Médio Vale do Iguaçu (1884-1920). **Cadernos do CEOM**, Chapecó, v. 21. n. 29, 2008. p. 63-82. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/329/169>. Acesso em: 22 jul. 2019.

CASTANHA, A. P. **O Ato Adicional de 1834 e a Instrução Elementar no Império: descentralização ou centralização?**. 2007. 555 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2007.

CASTANHA, A. P. **Edição crítica da legislação educacional primária do Brasil imperial: a legislação geral e complementar referente à Corte entre 1827 e 1889**. Francisco Beltrão: UNIOESTE - Campus de Francisco Beltrão; Campinas: Navegando Publicações, 2013.

CASTANHA, A. P. O processo de feminização do magistério no Brasil do século 19: coeducação ou escolas mistas. **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 19, n. 47, set./dez. 2015. p. 197-212. Disponível em: [https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/51341/pdf\\_98](https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/51341/pdf_98) . Acesso em: 15 jul. 2020.

CHIOVITTI, N. M. Trabalho, disciplina e progresso - O fim das Feiras de Muers em Sorocaba (1850-1900). In: SANTOS, L. M. S.; BARROSO, V. L. M. (Org.). **Bom Jesus na rota do tropeirismo no Cone Sul**. Porto Alegre, EST, 2004. p. 361-373.

FERREIRA, J. C. V. **O Paraná e seus municípios**. 19. ed. Maringá: Memória Brasileira, 1996.

FILIPAK, F. O tropeirismo paranaense. In: SANTOS, L. M. S.; BARROSO, V. L. M. (Org.). **Bom Jesus na rota do tropeirismo no Cone Sul**. Porto Alegre, EST, 2004. p. 308-310.

FILIPAK, F. **Tropeirismo: Platino-Peruano e Platino-Brasileiro**. Curitiba: Juruá, 2010.

FLORES, M. O tropeirismo e a economia colonial. In: SANTOS, L. M. S.; VIANNA, M. L. C.; BARROSO, V. L. M. (Org.). **Bom Jesus e o tropeirismo no Brasil Meridional**. Porto Alegre: EST, 1995. p. 135-150.

FLORES, M. **Dicionário do Tropeirismo**. Porto Alegre: EST, 2006.

FOETSCH, A. A. **Paisagem, Cultura e Identidade**: os poloneses em Rio Claro do Sul, Mallet – PR. 2007. 110 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

FONSECA, P. A. V. da. O tropeirismo. In: SANTOS, L. M. S.; VIANNA, M. L. C.; BARROSO, V. L. M. (Org.). **Bom Jesus e o tropeirismo no Brasil Meridional**. Porto Alegre: EST, 1995. p. 76-85.

FRIGOTTO, G. A Revolução 4.0 e a reedição das lógicas das revoluções burguesas. Entrevista concedida a IHU On-Line. 21 out. 2019. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/593618-a-revolucao-4-0-e-a-reedicao-das-logicas-das-revolucoes-burguesas-entrevista-especial-com-gaudencio-frigotto>. Acesso em: 26 fev. 2021.

GOULART, J. A. **Tropas e tropeiros na formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Conquista, 1961.

KLEIN, R. B. **Grupo Escolar Professor Serapião: 100 anos de história**. Palmas: Kaygangue, 2013.

KRÜGER, N. **Sudoeste do Paraná: história de bravura, trabalho e fé**. Curitiba: Posigraf, 2004.

LAGO, L. S. **Origem e evolução da população de Palmas - 1840-1899**. 1987. 253 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1987.

MACHADO, J. L. da S. **O Sertão e o Cativo - Escravidão e Pastoreio: os campos de Palmas - Paraná (1859-1888)**. Porto Alegre: FCM, 2015.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Florestan Fernandes. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MATIAS, L. F.; MASCARENHAS, R. G. T. Culinária tropeira e suas potencialidades no turismo dos Campos Gerais do Paraná: uma análise nos municípios de Castro, Lapa e Tibagi. **Cultura e Turismo**, Santa Cruz, v. 02, n. 02, jul/2008. Disponível em: <http://periodicos.uesc.br/index.php/cultur/article/view/234>. Acesso em: 11 abr. 2019.

MENDES, A. M. **Origem e composição das fortunas na Sociedade Tradicional Paranaense: Palmas - 1859-1903**. 1989. 429 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1989.

MIGUEL, M. E. B.; MARTIN, S. D. (Org.). **Coletânea da documentação educacional paranaense no período de 1854 a 1889**. Brasília: INEP, 2004.

MONTEIRO, R. R. **Territorialidade e memória tropeira em São Paulo: o caminho paulista das tropas**. 2013. 240 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2013.

- MORAES, F. **O processo de escolarização pública na Vila de Cotia no contexto cultural caipira (1870-1885)**. 2015. 259 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- MOREIRA, H. C. **A toponímia paranaense na rota dos tropeiros: Caminho das Missões e Estrada de Palmas**. 2006. 268 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2006.
- NOSELLA, P.; BUFFA, E. **Instituições escolares: porque e como pesquisar**. 2. ed. São Paulo: Alínea, 2009.
- NOSELLA, P. As pesquisas sobre instituições escolares: o método dialético marxista de investigação. In: SILVA, J. C. da. et al. (Org.). **História da Educação: arquivos, instituições escolares e memória histórica**. Campinas: Alínea, 2013. p. 49-64.
- NOVACKI, L. H. Como se liberto nascesse de ventre livre: escravos libertos na Freguesia da Palmeira/PR (1831-1848). **Vernáculo**, Curitiba, n. 3, 2000. p. 67-84. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/view/18072/11776>. Acesso em: 25 jan. 2020.
- OLIVEIRA, M. C. M. **Ensino Primário e Sociedade no Paraná durante a Primeira República**. 1994. 324 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- OLIVEIRA, M. C. M. Organização escolar no início do século XX: o caso do Paraná. **Revista Educar**, Curitiba, v. 17, n. 18, 2001. p. 143-155. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/32821/20805>. Acesso em: 26 mai. 2020.
- PADILHA, L. M. de L. **Ideário Republicano nos Campos Gerais: a criação do Grupo Escolar Conselheiro Jesuíno Marcondes (1907)**. 2010. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2010.
- PARANÁ. **Diretoria de Geociências Departamento de Cartografia: Breve histórico sobre a evolução da divisão territorial do Estado do Paraná**. Curitiba: 2003. Disponível em: [http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/Produtos\\_DGEO/Divisas\\_Municipais/Evolucao\\_Divisao\\_Territorial.pdf](http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/File/Produtos_DGEO/Divisas_Municipais/Evolucao_Divisao_Territorial.pdf). Acesso em: 15 jan. 2020.
- RIBAS, J. O. **História do Município de General Carneiro**. Palmas: Kaygangue, 2008.
- RIBAS, J. O. O tropeirismo: contribuições para Porto União (SC). **Revista da Academia de Letras do Vale do Iguaçu**, União da Vitória, n. 10, 2017. p. 119-125. Disponível em: <https://docplayer.com.br/118649361-Academia-de-letras-do-vale-do-iguacu.html>. Acesso em: 15 out. 2020.
- RIOS, J. A. O Contestado: um centenário. In: WEHLING, A. et al. (Org.). **100 anos do Contestado: memória, história e patrimônio**. Florianópolis: MPSC, 2013. p.31-48.
- SANTI, D. N. **Instrução Pública na Província do Paraná (1854-1871): a atuação e o legado do inspetor geral Joaquim Ignácio Silveira da Mota**. 2017. 253 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2017.

SANTOS, L. M. S.; BARROSO, V. L. M. (Org.). **Bom Jesus na rota do tropeirismo no Cone Sul**. Porto Alegre, EST, 2004.

SCHENA, D. R. **O lugar da escola primária como portadora de um projeto de nação: o caso do Paraná (1890-1922)**. 2002. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2002.

SILVA, J. J. C. da. **Apontamentos históricos de União da Vitória (1768-1933)**. Curitiba: Max Roesner, 1933.

SILVA, N. L. A. da. No Norte do Planalto, a ocupação do território e as primeiras fazendas. In: SANTOS, L. M. S.; BARROSO, V. L. M. (Org.). **Bom Jesus na rota do tropeirismo no Cone Sul**. Porto Alegre, EST, 2004. p. 238-252.

SILVA, I. de S. **Tropeirismo e criatórios de mulas em Lagoa Vermelha, nordeste do RS (1914-1955)**. 2011. 140 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2011.

SILVA, M. L. S. da.; SOPELSA, R. A. O progresso veio de barco: um estudo sobre a navegação a vapor no Rio Iguçu e sua importância para o desenvolvimento da cidade de São Mateus do Sul - PR (1879-1953). **Ateliê de História**, Ponta Grossa, v. 01, n. 01, 2013. p. 137-145. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/ahu/article/view/4468/3601>. Acesso em: 21 jul. 2019.

STANISZEWSKI, R. S. A matemática escolar na época da colonização dos poloneses em São Mateus do Sul, Paraná. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 11., 2013, Curitiba. **Anais eletrônicos...** Curitiba: SBEM, 2013. Disponível em [http://sbem.iuri0094.hospedagemdesites.ws/anais/XIENEM/pdf/2137\\_462\\_ID.pdf](http://sbem.iuri0094.hospedagemdesites.ws/anais/XIENEM/pdf/2137_462_ID.pdf). Acesso em: 10 jul. 2020.

SPIM, A. A. **A criação do Grupo Escolar “Senador Vergueiro” (1919) e a escolarização dos filhos dos operários em Sorocaba**. 2014. 92 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2014.

STRAFORINI, R. **No Caminho das Tropas**. Sorocaba: TCM, 2001.

TAKATUZI, T. **Águas batismais e santos óleos: uma trajetória histórica do aldeamento de Atalaia**. 2005. 158 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

THOMÉ, N. **A formação do homem do Contestado e a educação escolar** - República Velha. 2007. 349 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, São Paulo, 2007.

THOMPSON, E. P. **Senhores e caçadores: a origem da Lei Negra**. Tradução de Denise Bottmann. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. Tradução de Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRINDADE, J. B. **Tropeiros**. São Paulo: Editoração Publicações e Comunicações Ltda, 1992.

VISNIESKI, D. **Os cravos e a rosa: Clube Operário e Grêmio Magnólia - interdependências e tensões no início do século XX em Palmeira - PR.** 2014. 87 f. Dissertação (Mestrado em História, cultura e identidades) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2014.

WACHOWICZ, R. C. **Paraná, Sudoeste: ocupação e colonização.** 2. ed. Curitiba: Vicentina, 1987.

WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná.** 9. ed. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2001.

WITTE, G. **Os caboclos dos Campos de Palmas e sua representação na Guerra do Contestado.** 2017. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2017.

ZWIERZYKOWSKI, E. M. B.; SCHENA, V. A. A organização do ensino dos imigrantes poloneses no município de Mallet – Paraná (1900 -1940). In: JORNADA DO HISTEDBR, 10., 2011, Campinas. **Anais eletrônicos...** Campinas: UNICAMP, 2011. Disponível em [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada10/\\_files/wLDaPCYQ.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada10/_files/wLDaPCYQ.pdf). Acesso em: 02 ago. 2020.

#### **Legislação do Ensino:**

BRASIL. Decreto de 13 de outubro de 1831. **Cria cadeiras de primeiras letras em diversas comarcas da província de São Paulo.** Coleção das Leis do Império do Brasil de 1831 – Primeira Parte. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1875, p. 135.

ESTADO DO PARANÁ. Decreto n. 31, de 29 de janeiro de 1890. **Regulamento para Instrução Pública do Estado do Paraná.** Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/173157/DECRETO%201890.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 18 set. 2019.

\_\_\_\_\_. Ato de 30 de março de 1891. **Regulamento para a Instrução Pública do Paraná.** Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/173155>. Acesso em: 26 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 93, de 11 de março de 1901. **Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná.** Disponível em: [http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/Ano\\_1901\\_1903\\_MFN\\_1293.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/Ano_1901_1903_MFN_1293.pdf). Acesso em: 26 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. **Regulamento Orgânico do Ensino Público do Estado de 15 de outubro de 1909.** Disponível em: [http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/Ano\\_1909\\_1910\\_MFN\\_1347.pdf](http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/Ano_1909_1910_MFN_1347.pdf). Acesso em: 30 abr. 2020.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 710, de 18 de outubro de 1915. **Código do Ensino do Estado do Paraná.** Disponível em: [https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/99744/Ano\\_1915\\_MFN\\_1914%5b1%5d.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/99744/Ano_1915_MFN_1914%5b1%5d.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 30 abr. 2020.

## Relatórios dos Presidentes da Província

PARANÁ. Relatório do presidente Zacarias de Góis e Vasconcelos, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial na abertura dos trabalhos, em 15 de julho de 1854. Curitiba: Tipografia Paranaense, 1854.

\_\_\_\_\_. Relatório do vice-presidente Theófilo Ribeiro de Rezende apresentado ao novo vice-presidente da Província Henrique de Beaurepaire Rohan por ocasião da transmissão do cargo, em 6 de setembro de 1854. Curitiba: Tipografia de Candido Martins Lopes, 1855a.

\_\_\_\_\_. Relatório do presidente Zacarias de Góis e Vasconcelos, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial na abertura dos trabalhos, em 8 de fevereiro de 1855. Curitiba: Tipografia Paranaense, 1855b.

\_\_\_\_\_. Relatório do vice-presidente Henrique de Beaurepaire Rohan, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, em 1º de março de 1856. Curitiba: Tipografia Paranaense, 1856.

\_\_\_\_\_. Relatório do vice-presidente José Antonio Vaz de Carvalhaes, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, em 1º de janeiro de 1857. Curitiba: Tipografia Paranaense, 1857.

\_\_\_\_\_. Relatório do presidente Francisco Liberato de Mattos, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, na abertura dos trabalhos legislativos, em 7 de janeiro de 1859. Curitiba: Tipografia Paranaense, 1859a.

\_\_\_\_\_. Relatório do presidente José Francisco Cardoso, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, na abertura dos trabalhos legislativos, em 1º de março de 1860. Curitiba: Tipografia de Candido Martins Lopes, 1860.

\_\_\_\_\_. Relatório do presidente José Joaquim do Carmo, apresentou ao novo presidente da Província André Augusto de Pádua Fleury por ocasião da transmissão do cargo, em 18 de novembro de 1864. Curitiba: Tipografia de Candido Martins Lopes, 1864.

\_\_\_\_\_. Relatório do presidente André Augusto de Pádua Fleury, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, na abertura dos trabalhos legislativos, em 15 de fevereiro de 1866. Curitiba: Tipografia de Candido Martins Lopes, 1866.

\_\_\_\_\_. Relatório do presidente Polidoro Cezar Burlamaque, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, na abertura dos trabalhos legislativos, em 15 de março de 1867. Curitiba: Tipografia de Candido Martins Lopes, 1867a.

\_\_\_\_\_. Relatório do presidente Polidoro Cezar Burlamaque, apresentado ao novo presidente da província Carlos Augusto Ferraz de Abreu, por ocasião da transmissão do cargo, em 17 de agosto de 1867. Curitiba: Tipografia de Candido Martins Lopes, 1867b.

\_\_\_\_\_. Relatório do presidente Antônio Augusto da Fonseca, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, na abertura dos trabalhos legislativos, em 6 de abril de 1869. Curitiba: Tipografia de Candido Martins Lopes, 1869.

\_\_\_\_\_. Relatório do presidente Antônio Luiz Affonso de Carvalho, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, na abertura dos trabalhos legislativos, em 15 de fevereiro de 1870. Curitiba: Tipografia Candido Martins Lopes, 1870.

\_\_\_\_\_. Relatório do vice-presidente Agostinho Ermelino de Leão, apresentado ao presidente da Província Venâncio José de Oliveira Lisboa por ocasião da transmissão do cargo, em 1871. Curitiba: Tipografia Candido Martins Lopes, 1871.

\_\_\_\_\_. Relatório do presidente Venâncio José de Oliveira Lisboa, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, na abertura dos trabalhos legislativos, em 15 de fevereiro de 1872. Curitiba: Tipografia da Viúva e Filhos de C. M. Lopes, 1872.

\_\_\_\_\_. Relatório do presidente Adolpho Lamenna Lins, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, na abertura dos trabalhos legislativos, em 15 de fevereiro de 1876. Curitiba: Tipografia da Viúva Lopes, 1876.

\_\_\_\_\_. Relatório do presidente Joaquim Bento de Oliveira Júnior, apresentado ao 1º vice-presidente Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá, por ocasião da transmissão do cargo, em 7 de fevereiro de 1878. Curitiba: Tipografia da Viúva Lopes, 1878.

\_\_\_\_\_. Relatório do presidente Manuel Pinto de Souza Dantas Filho, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, em 4 de junho de 1879. Curitiba: Tipografia Perseverança, 1879.

\_\_\_\_\_. Relatório do presidente Manuel Pinto de Souza Dantas Filho, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, em 16 de fevereiro de 1880. Curitiba: Tipografia Perseverança, 1880.

\_\_\_\_\_. Relatório do presidente Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, em 1º de outubro de 1883. Curitiba: Tipografia Perseverança, 1883.

\_\_\_\_\_. Relatório do presidente Alfredo D' Escagnolle Taunay, apresentado ao 1º vice-presidente Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, por ocasião da transmissão do cargo, em 3 de maio de 1886a. Curitiba: [S.l.: s. n.].

\_\_\_\_\_. Relatório do presidente Joaquim de Almeida Faria Sobrinho, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, em 30 de outubro de 1886. Curitiba: Tipografia da Gazeta Paranaense, 1886b.

SÃO PAULO. Relatório do presidente Manoel da Fonseca Lima e Silva, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial, em 7 de janeiro de 1846. São Paulo: [S.l.: s. n.].

### **Relatórios dos Inspectores Gerais da Província**

PARANÁ. Diretoria da Instrução Pública. Relatório do diretor Joaquim Ignácio Silveira da Mota, de 31 de dezembro de 1858. Apresentado pelo presidente Francisco Liberato de Mattos, em dezembro de 1858. Curitiba: Tipografia Paranaense, 1859b.

\_\_\_\_\_. Diretoria da Instrução Pública. Relatório do Inspetor Geral José Lourenço de Sá Ribas, de 31 de dezembro de 1861. Apresentado pelo presidente Antonio Barbosa

Gomes Nogueira, na abertura dos trabalhos legislativos, em 15 de fevereiro de 1862. Curitiba: Tipografia do Correio Oficial, 1862.

\_\_\_\_\_. Diretoria da Instrução Pública. Relatório do Inspetor Geral João Franco de Oliveira Souza, de 31 de dezembro de 1872. Publicado como parte do relatório do vice-presidente, Manoel Antônio Guimarães, na abertura dos trabalhos legislativos, em 17 de fevereiro de 1873. Curitiba: Tipografia da Viúva Lopes, 1873.

\_\_\_\_\_. Diretoria da Instrução Pública. Relatório do Diretor Geral da Instrução Pública da Província do Paraná Moysés Marcondes apresentado ao Presidente Carlos Augusto de Carvalho, em 1882. Curitiba: Tipografia Dezenove de Dezembro, 1882.

### **Mensagens dos Governadores do Estado**

PARANÁ. Mensagem do governador Francisco Xavier da Silva, apresentada ao Congresso Legislativo do Paraná, em 4 de outubro de 1892. Curitiba, 1892.

\_\_\_\_\_. Mensagem do governador Francisco Xavier da Silva, apresentada ao Congresso Legislativo do Paraná, em 20 de outubro de 1894. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1894a.

\_\_\_\_\_. Mensagem do governador Francisco Xavier da Silva, apresentada ao Congresso Legislativo do Paraná, em 13 de novembro de 1895. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1895a.

\_\_\_\_\_. Mensagem do governador Vicente Machado da Silva Lima, apresentada ao Congresso Legislativo do Paraná, em 1º de fevereiro de 1905. Curitiba: Tipografia da Livraria Econômica, 1905a.

\_\_\_\_\_. Mensagem do governador Francisco Xavier da Silva, apresentada ao Congresso Legislativo do Paraná, em 2 de fevereiro de 1912. Curitiba: Tipografia da República, 1912a.

\_\_\_\_\_. Mensagem do governador Carlos Cavalcanti de Albuquerque, apresentada ao Congresso Legislativo do Paraná, em 1º de fevereiro de 1913. Curitiba: Tipografia do Diário Oficial, 1913a.

\_\_\_\_\_. Mensagem do governador Carlos Cavalcanti de Albuquerque, apresentada ao Congresso Legislativo do Paraná, em 1º de fevereiro de 1915. Curitiba: Tipografia da República, 1915a.

### **Relatórios de Secretários de Governo**

PARANÁ. Relatório do Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, Caetano Alberto Munhoz, apresentado ao Governador do Estado Francisco Xavier da Silva, em 29 de setembro de 1894. Curitiba: Tipografia Imprensa Paranaense, 1894b.

\_\_\_\_\_. Relatório do Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, Caetano Alberto Munhoz, apresentado ao Governador do Estado

Francisco Xavier da Silva, em 31 de agosto de 1895. Curitiba: Tipografia Impressora Paranaense, 1895b.

\_\_\_\_\_. Relatório do Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, Antônio Augusto de Carvalho Chaves, apresentado ao Governador do Estado José Pereira Santos Andrade, em 1º de setembro de 1896. Curitiba: Tipografia Modelo a Vapor, 1896.

\_\_\_\_\_. Relatório do Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, Antônio Augusto de Carvalho Chaves, apresentado ao Governador do Estado José Pereira Santos Andrade, em 1º de setembro de 1897. Curitiba: Tipografia Atelier Novo Mundo, 1897a.

\_\_\_\_\_. Relatório do Secretário de Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização, Cândido Ferreira de Abreu, apresentado ao Governador do Estado José Pereira Santos Andrade, em 1º de setembro de 1897. Curitiba: Tipografia da Livraria Econômica, 1897b.

\_\_\_\_\_. Relatório do Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, Antônio Augusto C. Chaves, apresentado ao Governador do Estado José Pereira Santos Andrade, em 31 de dezembro de 1898. Curitiba: Tipografia da República, 1899.

\_\_\_\_\_. Relatório do Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, Octávio Ferreira do Amaral e Silva, apresentado ao Governador do Estado Francisco Xavier da Silva, em 31 de dezembro de 1901. Curitiba: Tipografia Atelier Novo Mundo, 1901.

\_\_\_\_\_. Relatório do Secretário de Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização, Arthur Pedreira de Cerqueira, apresentado ao Governador do Estado Francisco Xavier da Silva, em 31 de dezembro de 1902. Curitiba: Tipografia Atelier Novo Mundo, 1902.

\_\_\_\_\_. Relatório do Diretor Geral da Instrução Pública Victor Ferreira do Amaral e Silva, apresentado ao Secretário do Estado do Interior, Justiça e Instrução Pública, em 31 de dezembro de 1903. Curitiba: Tipografia da República, 1904a.

\_\_\_\_\_. Relatório do Secretário de Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização, Arthur Pedreira de Cerqueira, apresentado ao Governador do Estado Francisco Xavier da Silva, em 31 de dezembro de 1903. Curitiba: Tipografia Impressora Paranaense, 1904b.

\_\_\_\_\_. Relatório do Secretário de Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização Joaquim P. Pinto Chichorro Junior, apresentado ao Governador do Estado Vicente Machado da Silva Lima em 31 de dezembro de 1904. Curitiba: Tipografia da República, 1905b.

\_\_\_\_\_. Diretoria da Instrução Pública. Relatório do diretor Ismael Alves Pereira Martins, de 31 de dezembro de 1906. Publicado como parte do relatório do secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, Bento José Lamenha Lins, apresentado ao Governador do Estado Vicente Machado da Silva Lima em 1906. Curitiba, 1907a.

\_\_\_\_\_. Relatório do Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública Bento José Lamenha Lins, apresentado ao Governador do Estado Vicente Machado da Silva Lima, em 14 de janeiro de 1907. Curitiba, 1907b.

\_\_\_\_\_. Diretoria da Instrução Pública. Relatório do diretor Ismael Alves Pereira Martins, de 5 de janeiro de 1908. Publicado como parte do relatório do secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, Bento José Lamenha Lins, apresentado ao Governador do Estado Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva. Curitiba, 1908a.

\_\_\_\_\_. Relatório do Secretário de Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização Francisco Gutierrez Beltrão, apresentado ao Vice-Presidente do Estado Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva, em 14 de janeiro de 1908. Curitiba: Oficinas de Artes Gráficas de Adolpho Guimarães, 1908b.

\_\_\_\_\_. Relatório do Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública Bento José Lamenha Lins, apresentado ao Governador do Estado Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva, em 23 de janeiro de 1908. Curitiba, 1908c.

\_\_\_\_\_. Relatório do Secretário de Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos, apresentado ao Governador do Estado Francisco Xavier da Silva, em 31 de dezembro de 1910. Curitiba: Tipografia da República, 1910.

\_\_\_\_\_. Relatório do Secretário de Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização, Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos, apresentado ao Governador do Estado Francisco Xavier da Silva, em 31 de dezembro de 1911. Curitiba, 1912b.

\_\_\_\_\_. Relatório do Diretor Geral da Instrução Pública Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos, apresentado ao Secretário do Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, Marins Alves de Camargo, em 31 de dezembro de 1912. Curitiba, 1913b.

\_\_\_\_\_. Relatório do Secretário de Estado dos Negócios de Obras Públicas e Colonização, José Niepce da Silva, apresentado ao Governador do Estado Carlos Cavalcanti de Albuquerque, em 31 de dezembro de 1912. Curitiba: Tipografia Alfredo Hoffmann, 1913c.

\_\_\_\_\_. Relatório do Secretário de Estado dos Negócios de Obras Públicas, Terras e Viação, Marins Alves de Camargo, apresentado ao Governador do Estado Carlos Cavalcanti de Albuquerque, em 31 de dezembro de 1913. Curitiba: Imprensa Paranaense, 1913d.

\_\_\_\_\_. Relatório do Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos, apresentado ao Governador do Estado Carlos Cavalcanti de Albuquerque, em 31 de dezembro de 1913. Curitiba: Tipografia do Diário Oficial, 1914.

\_\_\_\_\_. Diretoria da Instrução Pública. Relatório de Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo, de 31 de dezembro de 1914. Publicado como parte do relatório do secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, Claudino Rogoberto

Ferreira dos Santos, apresentado ao Governador do Estado Carlos Cavalcanti de Albuquerque em 31 de dezembro de 1914. Curitiba: Diário Oficial, 1915b.

\_\_\_\_\_. Relatório do Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio do Paraná, Ernesto Luiz de Oliveira, apresentado ao Governador do Estado Carlos Cavalcanti de Albuquerque, em 17 de fevereiro de 1915. Curitiba: Tipografia da Livraria Mundial, 1915c.

\_\_\_\_\_. Relatório do Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, Enéas Marques dos Santos, apresentado ao Governador do Estado Affonso Alves de Camargo, em 31 de dezembro de 1916. Curitiba: Tipografia da República, 1917.

\_\_\_\_\_. Relatório do Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, Agricultura e Obras Públicas, Caetano Munhoz da Rocha, apresentado ao Governador do Estado Affonso Alves de Camargo, em 31 de dezembro de 1918. Curitiba: Tipografia da República, 1918.